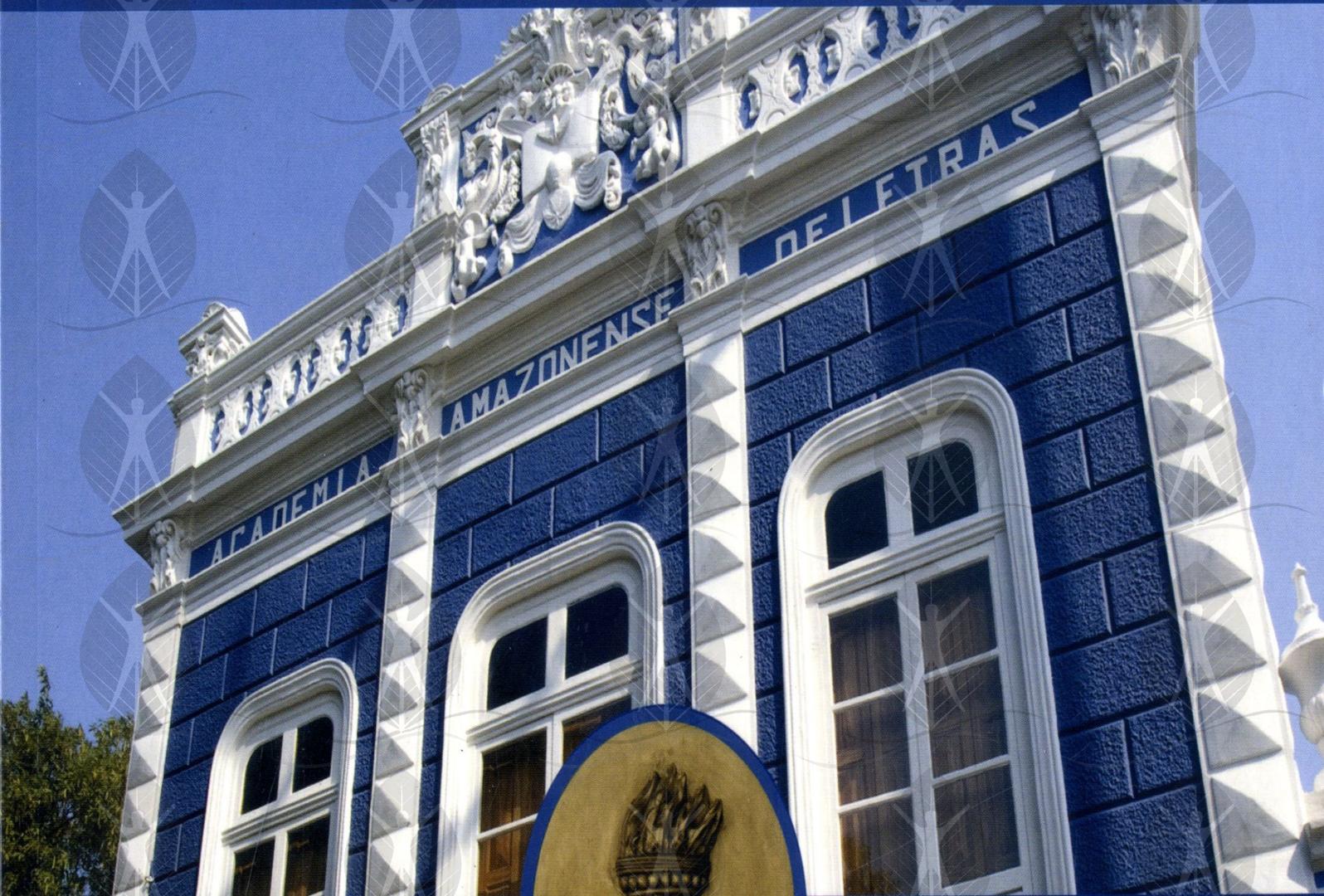


Robério Braga

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS





A juventude é uma das nossas maiores preocupações. Terá atenção especial com o fomento do esporte, espaços culturais e educacionais que possam assegurar a formação de gerações saudáveis e preparadas a vencer os desafios de um mundo globalizado e competitivo, proporcionando um futuro melhor para as nossas próximas gerações...

Eduardo Braga

Discurso proferido pelo Governador Eduardo Braga na sessão solene de posse em 1.º de janeiro de 2003.



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO AMAZONAS

Eduardo Braga

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS

Omar Aziz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Robério Braga

CHEFE DE GABINETE

Mimosa Paiva

ASSESSOR DE EDIÇÕES

Antônio Auzier

Cléia Viana

DIRETORA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Ana Cristina Santos

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Regina Lobato Teixeira

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CULTURA

Saul Benchimol – Presidente

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141 – Manaus-AM-Brasil

Tels: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357

Fax: (92) 3233.9973

E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br

www.culturamazonas.am.gov.br

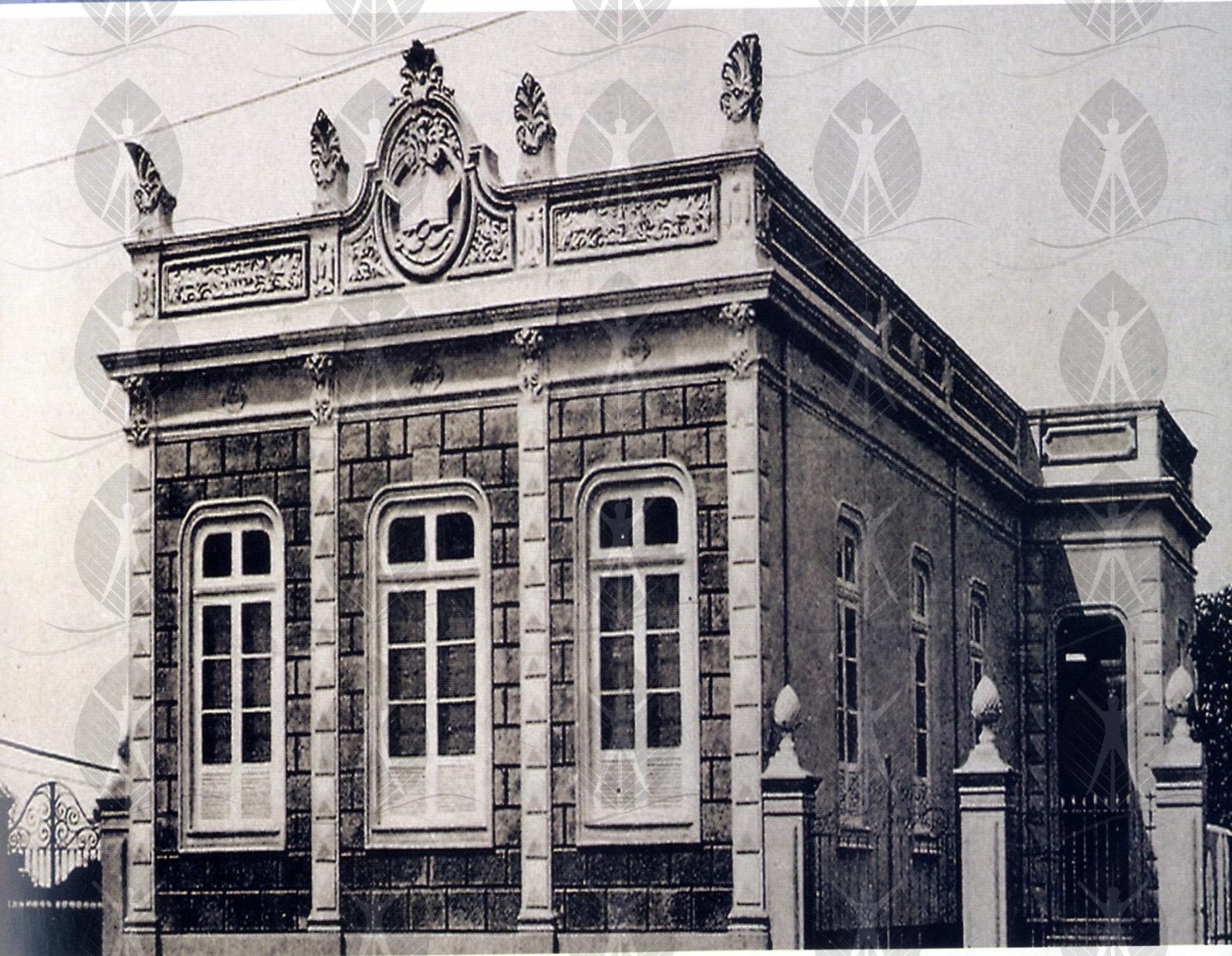
ROBÉRIO BRAGA

**ACADEMIA
AMAZONENSE DE LETRAS**

CULTURA



Edições
Governo do Estado



Copyright © 2009 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cléia Viana

PROJETO GRÁFICO

KintawDesign

CAPA

Marcicley Reggo

FOTOS

Roumen Koynov

Arquivo pessoal do autor

Centro Cultural Povos da Amazônia

REVISÃO

Cláudia Adriane Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287

B813a Braga, Robério.

Academia Amazonense de Letras. Robério Braga. Manaus:
Edições Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado
da Cultura, 2009.

136 p.

ISBN 978-85-99209-36-3

1. Literatura Amazonense – História 2. Escritores Amazonenses
I. Título.

CDD B869.09813

22. ed.

**Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado de Cultura**

Programa "Mania de Ler"



A meus pais Lourenço e Sebastiana Braga que foram mestres em viver e ensinar, e me fizeram amar os livros.

A Rosa que amo, e aos meus filhos – Ana Paula, Lorena, Vanessa, Joaquim Neto, André Luiz.

Aos acadêmicos Mário Ypiranga Monteiro, João Mendonça de Souza, Agenor Ferreira Lima, Homero de Miranda Leão, João Nogueira da Matta, Ulysses Bittencourt, Almeida Barroso, Anthistenes Pinto, Arthur Reis, Áureo Nonato, Gebes Medeiros, Jauary Marinho, Jefferson Péres, João Chrysóstomo de Oliveira, Mário Verçosa, Moacyr Rosas, Nonato Pinheiro, Octávio Mourão, Oyama Ituassu, Paulo Nery, Plínio Coelho, Manoel Bastos Lyra, Paulo Jacob, Rodolpho Valle, Carlos Araújo Lima, Samuel Benchimol, Violeta Branca, encantados entre as estrelas e em cuja convivência acadêmica vivenciei o espírito do silogeu.

Aos técnicos e artistas da Secretaria de Estado da Cultura que mais uma vez contribuíram para a restauração de um importante patrimônio de nossa terra.



A **AMAZONENSE** D

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	9	ELEIÇÃO CONTESTADA NA JUSTIÇA	78
INTRODUÇÃO	11	POLÊMICAS E ARENGAS	80
ENTIDADES LITERÁRIAS ANTIGAS	13	ELEIÇÃO ANULADA	83
O CENÁRIO	18	DUPLAMENTE ACADÊMICO	84
A FUNDAÇÃO	21	DESISTÊNCIA DA CANDIDATURA	85
AS CADEIRAS ACADÊMICAS	25	GRANDES TERTÚLIAS	86
O QUASE PRESIDENTE	28	HOMENAGENS A MACHADO DE ASSIS	87
O PRIMEIRO PRESIDENTE	35	AS FESTAS DO CINQUENTENÁRIO	88
A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA	42	GALERIAS DE HONRA	90
A SEDE	44	PRÊMIOS	91
ATO DE DOAÇÃO DO EDIFÍCIO	48	HONORÁRIO	92
SOLENIIDADE DE INAUGURAÇÃO DA SEDE	50	ACADEMIA NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	93
PRESIDENTE DE HONRA	51	PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA	94
O BRASÃO	55	BENEMÉRITOS	95
O COLAR ACADÊMICO	56	HOMENAGEM NACIONAL	96
O DECANATO ACADÊMICO	56	COLÉGIO DE EX-PRESIDENTES	96
ACADEMIA DE TODAS AS LETRAS	57	REVISTA DA ACADEMIA, "LETRAS & ARTES". BOLETIM	97
MINISTRO. REITOR	60	EDIÇÕES ACADÊMICAS	100
GOVERNADOR. SENADOR. DEPUTADO FEDERAL.		INTERIORIZAÇÃO DA ACADEMIA	101
DEPUTADO ESTADUAL. PREFEITO. VEREADOR	60	LEI DE FINANCIAMENTO	101
ELEITOS E NÃO EMPOSSADOS	61	GALERIA DE ARTE E TEATRO	102
ÚNICA E LONGA ESPERA	62	GALERIA DE PRESIDENTES	103
MUDANÇA DE PATRONO	63	REFORMAS E CONSERVAÇÃO	103
OS CONTESTADORES VIRAM ACADÊMICOS	64	TOMBAMENTO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	105
O JUBILEU ACADÊMICO	66	RESTAURAÇÃO	106
OS MAIS VELHOS E OS MAIS NOVOS	67	INFORMAÇÕES TÉCNICAS	107
MULHERES ACADÊMICAS	69	ACADÊMICOS DA RESTAURAÇÃO	108
ACADÊMICOS TRANSFERIDOS	71	PRESIDENTE DA RESTAURAÇÃO	109
A PRIMEIRA VAGA	73	GOVERNADOR DA RESTAURAÇÃO	111
MORTE NA ACADEMIA	75	VISITANDO A ACADEMIA	113
EMPOSSADOS <i>POST-MORTEM</i>	76	ANEXOS	126
DESPEDIDAS ANUNCIADAS	77	QUADRO DE POLTRONAS E ACADÊMICOS	127
ACADEMIA E CRUZ VERMELHA	78	LISTA NOMINAL DE ACADÊMICOS	132
		REFERÊNCIAS	133



NOTA DO AUTOR

Este é um breve levantamento da história da Academia Amazonense de Letras que objetiva facilitar o conhecimento pela população amazonense, especialmente estudantes e professores, e pelos visitantes, sobre a organização, o funcionamento e a sede da instituição, servindo também ao programa de revitalização histórica e urbana de Manaus.

As bases para este tipo de estudo são sempre raras, principalmente a documentação fotográfica e de fontes primárias, e as utilizadas resultam principalmente de apontamentos do autor, anotações de conversas com antigos acadêmicos, registros nos livros de ata e noticiário de imprensa.

Após algumas tentativas visando à efetiva restauração do edifício sede da Academia, esta veio a ser realizada durante o ano de 2009, integrando o projeto “Manaus Belle Époque” realizado pelo Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Cultura, tal como tem sucedido com outros bens de interesse coletivo como o Palacete Provincial, o Palácio da Justiça, o Palácio Rio Negro, a Casa de Eduardo Ribeiro e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Cuida-se, ao mesmo tempo, de realizar alguns registros sobre a trajetória da instituição, curiosidades e fatos pitorescos, que possam contribuir para os festejos de seu centenário que se aproxima.

Dezembro, 2009

RB.



Detalhe do Jardim da Academia Amazonense de Letras (Restaurada em 2009)



INTRODUÇÃO

Uma das instituições culturais mais antigas em pleno funcionamento no estado, a Academia Amazonense de Letras, apesar de vários recortes que reconstituíram parte de sua longa história, sempre bem autorizados porque lançados por alguns de seus fundadores ou titulares de antanho, vinha se ressentindo, nos dias correntes, de um documentário que pudesse servir de roteiro para outros estudos da quase centenária instituição, incluindo referências ao prédio sede que, em verdade, teve papel fundamental em sua continuidade, tal como sucedeu com o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, fundado um ano antes da Academia.

A presente pesquisa reúne referências de diversas fases de vida do silogeu, alguns aspectos que podem ser considerados preponderantes para a compreensão e análise do cenário literário amazonense e da representatividade da instituição.

Desmistifica algumas informações que, ao longo dos anos, foram se consolidando, registra passagens e episódios pouco conhecidos até mesmo no meio acadêmico, salienta circunstâncias bastante delicadas no campo da política interna e procura aproximar a Academia com seus 91 anos de existência de uma paisagem contemporânea, facilitando o conhecimento de sua trajetória.

São notas avulsas, compulsadas e ordenadas de modo a estimular estudo mais completo e abrangente. Provocação. Referência. Contribuição ao conhecimento do papel da entidade e de seus membros na vida amazonense, sobretudo, porque não sendo a primeira entidade no gênero a ser organizada no Amazonas, nem a mais antiga em funcionamento – que é o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – pelas suas características tem estimulado disputas entre os pesquisadores e escritores, desde o nascedouro.

Regra geral reuniu e reúne estudiosos esmerados e cuidadosos com o trabalho. Cronistas, poetas, prosadores, jornalistas, médicos, professores, dramaturgos, ensaístas, cientistas, magistrados, juristas, oradores, homens e mulheres com atuação nos mais diversos campos do conhecimento.

Sem retoques, as referências históricas devem ser acolhidas tal como sucederam ou chegaram ao conhecimento do autor, muitas das quais viu, ouviu ou delas participou e visam somente recompor a paisagem humana e social da Academia.



Poltrona Acadêmica (1935), apenas sem a palha da Índia.

ENTIDADES LITERÁRIAS ANTIGAS

Nos tempos mais remotos de Platão é que vamos encontrar as primeiras referências ao termo “academia”, como uma escola fundada por ele, funcionando nos jardins que teriam pertencido ao herói *Akademus* e seria um local para a busca do saber pelo questionamento e debate.

Foi com esta ideia de debates que diversas instituições literárias surgiram na França, entre 1620 e 1630, dando origem mais próxima às que existem nos tempos atuais. Um expressivo rol poderia ser feito com as academias antigas: Academia do Palácio – em Paris, de 1570 – a primeira a receber o nome de “Academia francesa”, no reinado de Carlos IX; Academia de Florença – de 1582, chamada “della Crusca” ou do “Farelo”; Academia dei Licei, também na Itália, de 1609; Academia das Inscrições e Belas Letras (1663); Academia de Ciências (1666, na França); Academia Real (“Royal Academy”, Londres, 1660); Arcadia Romana (1690); Academia dos Generosos (Portugal, 1647); Academia dos Singulares (Portugal, 1628); Arcadia Lusitana (1756), Academia Real das Ciências de Lisboa (1779).

Embora uma extensa lista possa ainda ser elaborada com as mais variadas instituições do gênero, e algumas variações, forçoso é reconhecer bem à moda do que sucedeu com Fidelino de Figueiredo, que

as instituições desse tipo devem-se à França, ao espírito mundano e genial que da convivência literária pelos salões aristocráticos fazia a exibição de elegâncias e donaires, de requintes de opinião e expressão; devem-se ao dom sutil que a França do século XVII, de Madame de Rambouillet e Madame de Lafayette, genialmente criou e ensinou ao mundo, o da conversação, que Mademoiselle de Scudéry considerava o vínculo da sociedade entre os homens, o maior prazer das pessoas de bem e o meio melhor para introduzir no mundo não só a delicadeza, mas também a moral mais pura e o amor da glória e da virtude.¹



Academia francesa



Sessão da Academia Real das Ciências
Sessão inaugural na Academia Real das Ciências
Grav., Alberto/Macedo
In O Ocidente, 1880, vol. 3, p. [165]
BN J. 3113 M.

1 FIGUEIREDO, Fidelino. *O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa*, in Estudos de Literatura Contemporânea de Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p.131.

Em síntese, diz mais adiante em bela publicação distribuída a solta pelo mundo de sua época,

Foi da necessidade que sentiram alguns belos espíritos, de elegante e doutamente conservarem, que nasceu a Academia Francesa. Richelieu oferecendo-lhe a sua proteção e proporcionando-lhe existência oficial, junto ao seu título de estadista insigne, mais o de patrono duma das mais belas criações da sua pátria.²

No Brasil, no caso de referências mais remotas, devem ser consideradas: Academia Brasília dos Esquecidos (Bahia, 1724); Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736); Academia Brasília dos Renascidos (Bahia, 1759).

A Academia Brasília dos Esquecidos deve-se ao vice-rei Conde de Sabugoza, em razão de uma provocação de D. João V, que criara em 1720 a Academia Real da História Portuguesa. Nela se encontravam Gonçalo Soares da Franca, Sebastião da Rocha Pita, João de Brito e Lima, Inácio Barbosa Machado, Caetano de Brito e Figueiredo e José da Cunha Cardoso. “Esquecidos” foi por modéstia, ou em relação ao fato de se tratar de estarem em uma colônia esquecida do Reino de Portugal. Tomaram por emblema o sol e foram 44 poetas e prosadores. A todos foi encomendada a produção de livros, com temas específicos.

A Academia dos Renascidos surge com a figura no mínimo polêmica de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, desembargador, reacendendo o fogo da antiga Academia dos Esquecidos, com “colonos versados e conservados em todos os estilos literários”.³ Foram 40 membros, reunidos em longas sessões, e procurou interessar os homens inteligentes da colônia, destacando emissários para movimentar algumas cidades e lugarejos, de modo a estimular núcleos de estudo.

No Amazonas, ao longo dos anos, tomado o período de presença e influência da dita civilização européia, podem ser registradas várias ocorrências de organização de entidades literárias e artísticas, de modo geral, quase todas com vida bastante curta.

Ainda que em uma breve referência não devem deixar de ser citadas: Sociedade Atheneu das Artes, 1874, que funcionou na casa de residência

2 Idem, idem, idem, 132.

3 CALMON. Pedro. *História da literatura bahiana*. Coleção Documentos Brasileiros, n. 62, São Paulo: Livraria Editora José Olympio, 1949. p. 59.

do capitão José Justiniano Braule Pinto, juiz de paz e vereador de Manaus, sendo secretariada por Manoel José Zuany de Azevedo; Sociedade Euterpe Rio-Negro, de 1874, destinada a ensinar música; a Imperial Sociedade Beneficente Artística Nacional do Amazonas, de 1883; a Crisálida Literária destinada a defender as belas letras com as chamadas tertúlias literárias e científicas bem em voga nos anos de 1887; a Sociedade União e Progresso, de 1891, que se propunha a difundir todas as artes e cultura em geral, inclusive estudo de línguas; o Grêmio Dramático Taborda; a Academia de Belas Artes, de 1899, a Associação Literária.

É possível encontrar algumas referências à Academia Amazonense de Belas Artes, de 1899, vinculando-a aos estudos literários, possivelmente pela sua designação, mas, em verdade, embora possa não parecer, existia esta vinculação. A Academia dedicou esforços, o quanto pode, para a música, leitura, recitação, declamação, desenho, pintura, escultura, e até arquitetura, sob o comando do maestro Joaquim Franco e com mestres originários da Itália, constituindo um verdadeiro centro artístico, encerrado em 1901.

Dentre as entidades referidas merece maior destaque a Associação Literária criada em de 23 de dezembro de 1906, porque nela surgem nomes que viriam depois a figurar na fundação do que seria a Academia Amazonense de Letras como Jonas da Silva, Octavio Sarmento, Th. Vaz, Maranhão Sobrinho, Adriano Jorge, Coriolano Durand, Virgílio Barbosa, Araújo Lima, João Leda, além de outros que, embora tivessem tido presença marcante naquela associação, foram alijados, posteriormente, em 1918. A entidade logo depois modificou sua denominação para Núcleo Amazonense de Letras, mas não teve vida longa.

Na Assembleia Literária do Amazonas, fundada em 16 de fevereiro de 1909, com sede na Associação dos Empregados do Comércio, sob a presidência do coronel Pedro Freire, maranhense daqueles que acompanharam Eduardo Ribeiro desde os tempos do jornal "O Pensador", já estavam vários escritores que viriam depois consolidar a Academia Amazonense, como Adriano Jorge, Péricles Moraes e João Leda, este último com a incumbência de redigir o estatuto. A primeira diretoria foi composta por Pedro Freyre, na presidência, Adriano Jorge na vice-presidência, Gaspar Guimarães e João Leda na secretaria. Com eles ainda estavam os escritores: Ana César, Maria Luíza Sabóia, Heliodoro Balbi, Vicente Reis, Gilberto Sabóia, Drumond da Costa, Júlio Tabosa, Jorge de Moraes, Monteiro de Souza, Geraldo Amorim,



Adriano Jorge



Jonas da Silva



João Leda



Maranhão Sobrinho



Coriolano Durand

Octávio Cavalcanti, Luciano Pereira da Silva, Amélia Domingues, Luis M. Pinheiro, Lauro Corrêa, Bertino de Miranda, Germino Lima, J.J. Vasconcellos, Oséas Mota, Júlio Olímpio, Octávio Sarmiento, Soares Bulcão, Luis Elysio, J. Maranhão, Carlos Chauvin, Firmino Saraiva e Paulo Elheutério.

Ainda que tivesse mais estrutura e melhor organização que algumas das anteriores, a Associação não prosperou como esperavam seus criadores. Logo na fundação, em crônica dominical, Adriano Jorge, confirmaria a aridez do cenário local para iniciativas daquela grandeza, afirmando,

Quem quer que conheça o meio sáfaro em que vivemos refratário à proliferação de tudo que não seja interesse imediatamente traduzido na expressão sonante e constante da moeda legal da República, inadaptável a consoladora e deliciosa floração espiritual da Arte em qualquer das suas gloriosas manifestações, há de ficar, como o cronista, boquiaberto e imobilizado na mais estarecida expressão do mais vivo e sincero espanto.

Tem sido tanto as tentativas abordadas, tem sido tão grande as decepções experimentadas, que custa a crer na existência de homens de tanta coragem e de tanta fé, que se abalancem ainda a tomar aos ombros a ciclopica tarefa de acordar nesta terra o gosto pelas coisas da Arte.⁴

O pessimismo tinha razão no histórico ciclo de tentativas anteriores, todas elas sem conseguir ultrapassar pouco tempo de existência.

A 29 de outubro de 1912 foi realizada outra tentativa de organizar uma entidade literária. Surgiu a Assembleia Literária, instalada na sede do Ideal Club e inaugurada com importante conferência proferida por Péricles Moraes, que igualmente não conseguiu prosperar.

A criação o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em março de 1917, em que pese à importância que tomou muito rapidamente, inclusive obtendo sede própria por doação do governador Pedro Bacellar, não atendia à expectativa de muitos intelectuais, possivelmente porque procurava de maneira mais direta substituir em parte o campo de atuação que a Universidade Livre

4 JORGE, Adriano. **Crônica**. Tribuna do Caixeiro. Manaus, domingo, 21 de março de 1909, com o pseudônimo de Pangloss.

de Manãos poderia ter, e também porque reunia de forma maciça, membros da maçonaria amazonense vinculados à história, arqueologia, geografia, antropologia e menos ao ensaio, conto, poesia e jornalismo.

Das principais figuras que impulsionaram a fundação do Instituto, como Bernardo Ramos, Antônio Bittencourt, Miranda Simões, Agnelo Bittencourt, Vivaldo Lima somente os dois últimos chegaram à Academia, e muitos anos depois. Os interessados na criação da academia de escritores compunham um grupo de intelectuais envolvidos em outro tipo de ação cultural. Avaliando a origem das duas entidades – Instituto Geográfico e Histórico e a Sociedade de Homens de Letras – Genesino Braga, com voz autorizada, escreveu que o

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a Sociedade Amazonense de Homens de Letras, mais tarde Academia Amazonense de Letras. A primeira, que solenizou sua fundação a 25 de março de 1917, em sessão magna levada a efeito no salão nobre da Intendência Municipal, vingara de um movimento que havia muito se robustecia nos propósitos dos aficionados da história regional, entre os quais Bernardo Ramos, Manuel Francisco Machado (Barão do Solimões), Henrique Rubim, Inácio Moerbeck, Antônio Bittencourt, João Batista Faria e Sousa, Achiles Beviláqua, Agnelo Bittencourt, Vivaldo Lima e José Chevalier. A Sociedade Amazonense de Homens de Letras veio alguns meses depois, fortalecida pelo intelectualismo criador de dois eminentes beletristas: Péricles Moraes e Benjamin Lima.⁵

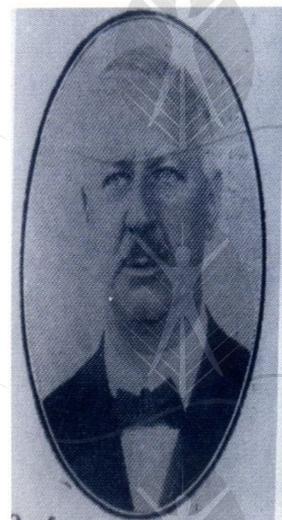
Outros escritores, ainda mais jovens, despertando para a cobiçada consagração nas letras, atuavam em várias entidades, algumas quase juvenis, recheadas naturalmente de idealismo, como o Grêmio Lítero-Cívico “Coelho Neto” e o Grêmio Literário “Artur Azevedo”, em que pontificavam Júlio Caboclo, Leopoldo Péres, Francisco Galvão, Vieira de Alencar, Oscar Coelho, dos quais apenas Leopoldo, depois, seria membro da Academia e figura de destaque na tribuna jurídica, na imprensa e na política.



Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

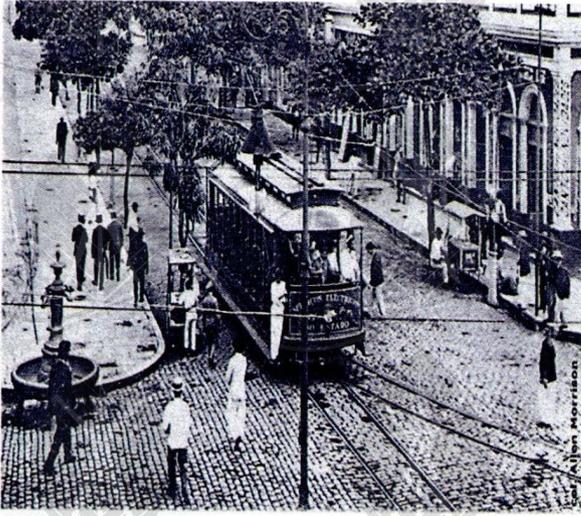


Agnelo Bittencourt



Vivaldo Lima

⁵ BRAGA, Genesino. *Nascença e Vivência da Biblioteca Pública do Amazonas*, Manaus, 1957.



Desse modo é possível constatar o interesse dos escritores pela organização de uma entidade literária, representativa, que permanecesse no tempo e pudesse servir de referência histórica no Amazonas, para cujos objetivos nem mesmo a fundação do Instituto Geográfico e Histórico parece ter tido serventia porque os intelectuais que vivenciaram algumas das experiências anteriores continuaram perseguindo o mesmo objetivo sem demonstrar integração perfeita com o Instituto, salvo raras exceções.

O CENÁRIO

Os dias que antecederam à fundação da Academia Amazonense de Letras não mais correspondiam ao apogeu econômico e social na região. A primeira grande guerra mundial estava caminhando para o final. Muitas resistências políticas ainda se faziam ouvir em relação à república, ao regime federativo e à constituição, que, diziam jornalistas e políticos, reclamava uma revisão, a ponto de ser organizado um partido Revisionista o qual, no Amazonas, teve a adesão de Adriano Jorge e Heliodoro Balbi, destacados acadêmicos.

Não era mais o delírio do belo Teatro no qual os homens compareciam de casaca, as senhoras em trajes decotados e ornadas de joias, as jovens senhoritas com roupas ainda mais decotadas; os novos ricos não mais acendiam charutos com cédulas de 100 mil réis, e as belas francesas importadas para as noitadas, já esperavam clientes que nem sempre chegavam, e não podiam mais jorrar moedas de prata e ouro. Ainda era possível comer “patê”, tomar vinhos da França, contemplar quadros italianos, saborear biscoitos ingleses, ir a Europa com menos intensidade, ler revistas francesas e ouvir ópera.

As casas ainda estavam bem compostas. Os pisos em madeira de riga, pinho branco, carvalho, nogueira, vendidos em sua maioria em lojas como a de Vilas Boas & Cia. Os chapéus do Chile, sapato branco com sola de borracha e os dolmãs de feitiço anglo-indiano ainda podiam ser visto, com certa frequência.

A economia amazonense padecia gravemente em razão dos baixos resultados da borracha no mercado internacional. A Universidade de Manaus enfraquecida caminhava celeremente para a desativação quase completa. A dívida pública crescia. Os políticos não se entendiam. A autonomia do Acre empobrecia ainda mais os cofres amazonenses. As disputas de grupos locais

não cessavam nem arrefeciam. Procurando governar buscando a união de todas as forças locais, Pedro Bacellar, que chegara ao poder debaixo de bala, conseguia poucos resultados no apaziguamento partidário. A sua sucessão seria tumultuada e o período do governo seguinte terminaria em revolta militar com o movimento de 1924. Desde cedo, ainda no primeiro ano de seu governo, desencadeou-se a sucessão governamental, embora os esforços de Bacellar fossem sempre na tentativa de impedir a precipitação do processo sucessório que contribuiu para a agitação política.

Do lado do governo do Estado estavam os grupos dos Pedrosa e Rezende, apoiando o desembargador e senador Rego Monteiro, afinal eleito, enfrentando e promovendo campanha ácida; de outro lado a candidatura de Thaumaturgo de Azevedo, que tinha na vice o capitão-tenente Olavo Machado, apoiada por Bento Brasil, Guerreiro Antony, Manoel Machado, José Alves de Souza Brasil, Nicolau Tolentino, Joaquim de Souza Ramos.

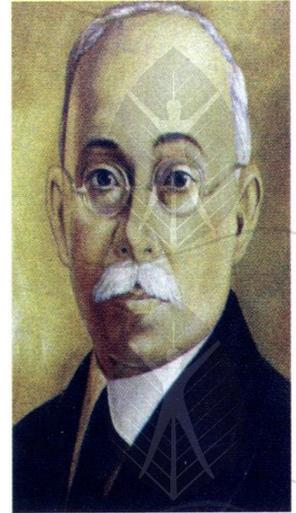
A chamada União Republicana Amazonense reunia os filiados à candidatura apoiada por Adriano Jorge, que era a do Dr. W. Ferreira, sustentada pelos jornais “A Reação”, de Elviro Dantas e o “Imparcial”, com aval de políticos de peso, como Lopes Gonçalves, Ephigênio de Salles, Antônio Nogueira, Monteiro de Souza, Dorval Porto, Silvério Nery, desembargador Luís Cabral, desembargador Estevão de Sá, Virgílio Barbosa, Basílio Franco de Sá, Plácido Serrano, Sérgio Rodrigues Pessoa, Júlio César de Lima, Bernardo Ramos, Hildebrando Antony e José da Costa Crespo, dentre outros.

A saúde pública se arrastava com os mesmos e antigos problemas de saneamento e vacinação; o flagelo da gripe espanhola se abatia sobre a cidade; a educação estava cada vez mais enfraquecida com a desativação da Universidade e as constantes reformas pedagógicas; a justiça em constante conflito interno e com poucas condições para funcionamento regular; a polícia atuando de forma empírica; o setor comercial e de exportação local sofrendo elevados prejuízos até pelas dificuldades que grassavam em meio aos funcionários públicos. A cidade de Manaus, entretanto, ainda não dava os sinais mais agudos da crise econômica que viria a transparecer pouco mais tarde. A *débaclê*, entretanto, estava às portas.

Em torno daquele ano de 1918 a população de Manaus deveria rondar os 70 mil habitantes, visto que com o censo de 1920 estava com 75.000 habitantes. Um largo grupo de pessoas costumava cultivar gostos com requinte, e como assinala Genesisino,



Pedro Bacellar



Rêgo Monteiro

*não só cultivava as letras e amava as artes, em todos os seus fascinantes ângulos, mas, também, penetrava as ciências e acompanhava as conquistas da civilização nas mais importantes capitais do mundo. Seus salões de elegante convívio social respiravam a atmosfera do alto mundanismo e as boas maneiras e o alto sentido de cavalheirismo eram ponto de honra das famílias.*⁶

Mas, em verdade, havia um desânimo que Péricles avivou em artigo na Revista da Academia, anos depois, afirmando: “Os movimentos literários aí por volta de 1917, revelavam-se de escassa envergadura, em decorrência do pessimismo e do desânimo que inoculavam as fibras dos mais enérgicos, já vencidos e ressabiados pela mornidão ambiente”.⁷ O novo ânimo para animar os intelectuais que resistiam vinha do dinamismo e do pensamento de Benjamin Lima, esclarece Péricles, porque ele sonhava com uma Academia tal como a “Academia de Emulação”, aquela do abade Lalanne, no colégio Stanislas,⁸ na França, a que pertenceu Anatole France,⁹ ainda quase menino, aos 14 anos de idade. Sonhava e estimulava vários de seus amigos a sonharem junto com ele.

Foi em um cenário com estes contornos que um grupo de escritores, especialmente jornalistas e ensaístas, reunido por estímulo de três sonhadores e beletistas, resolveu organizar uma sociedade que reunisse os homens de letras, que valorizasse o pensamento amazonense, que cultuasse o idioma, a exemplo do que vinha acontecendo há bastante tempo em vários outros estados federados.

As tentativas anteriores não haviam prosperado. O Instituto Geográfico e Histórico, organizado há poucos meses, demonstrava a existência de campo fértil para medidas de tal natureza, porque animara outro grupo de estudiosos e fora estimulado pelo governador, portanto, parecia possível sonhar, finalmente, com uma academia de letras que pudesse atravessar os tempos.

6 BRAGA, Genesino. *Nascença e vivência da Biblioteca Pública do Amazonas*. Manaus, 1957.

7 MORAES, Péricles. **Benjamin Lima e a Academia**, Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 3. Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955, p.8

8 Trata-se do Collège Stanislas, uma célebre instituição dirigida por jesuítas, na qual os alunos adquiriam uma formação clássica, incluindo o estudo do latim, grego, alemão, retórica, filosofia e matemática.

9 Jacques Anatole François Thibault (16 de abril de 1844 em Paris – 12 de outubro de 1924 em Saint-Cyr-sur-Loire), Escritor francês.

A FUNDAÇÃO

Inaugurava-se o ano de 1918. O sentimento que dominava a cidade de Manaus e grande parte da Amazônia brasileira era de *débâcle*. Toda a antiga animação urbana e a euforia cederam aos desencantos do aviltamento dos preços da borracha.

Quem sabe como resposta àquele estado de ânimo quase geral, três intelectuais se reuniram discutindo como fundar uma associação de homens de letras, como se fosse uma animação social. Tentativas anteriores haviam falhado. Eles já haviam sonhado antes com a “Crisálida Literária” e outras academias que não prosperaram. Mesmo assim reuniram forças no ideal de servir e de ser espelho para uma sociedade que parecia agonizante, e fundaram a *Sociedade Amazonense de Homens de Letras*. Seus nomes são galardão da Academia nos seus 91 anos de profícua existência: Benjamin Lima, Péricles Moraes e José Chevalier.

Na expressão do próprio Péricles Moraes, os fundadores da academia eram

*ingênuos, agressivos, desavisados. Os desatinos da inexperiência atentando contra as realidades e as contingências da vida, com a inflexão do cavaleiro da Triste Figura, que desfiava gigantes, arremetendo-se contra os moínhos de vento.*¹⁰

Fundada em 1º de janeiro de 1918, na casa de Benjamin Franklin de Araújo Lima, na rua de Monsenhor Coutinho, entre as ruas de Ferreira Penna e de Epaminondas, a entidade foi posta sob a presidência de Adriano Jorge, considerado por todos de seu tempo como de grande expressão intelectual e médica. A casa ainda pode ser vista por quem caminhar por Manaus, e era “um recanto paradisíaco (...) a rua de Monsenhor Coutinho, um prédio de arquitetura obsoleta, com três janelas de frente e gradil de ferro”.¹¹

Três dias depois da reunião de Péricles, Chevalier e Benjamin, levada a efeito ao som de Chopin executado ao piano por dona Cacilda Lima, como revelava o mestre e amigo fraterno de Coelho Neto, saíam os nomes dos escolhidos, não sem debates acirrados entre eles, fosse para a escolha da



Benjamin Lima



Péricles Moraes



José Chevalier

10 MORAES, Péricles, in BRAGA, Genesino. *Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras*, Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, ano XLVIII, Manaus: Imprensa Oficial, julho de 1968, p. 14.

11 Idem, idem, idem.

designação da entidade como para a seleção dos iniciados, "tendo-se em conta como precípua credencial, o talento, a cultura e a projeção mental dos aspirantes à "imortalidade".¹²

Com autoridade ainda maior, Péricles escreveu na edição de setembro de 1955, da Revista da Academia, em "Benjamin Lima e a Academia",

Semanas depois, a arrancada da inteligência congregava em sessão ordinária os trinta membros convocados, que a ela compareceram sem exceção de um só. Aclamaram presidente o jornalista Benjamin Lima, que com sua modéstia característica declinou da honraria, transferindo o cetro cobiçado às mãos de Adriano Jorge, cuja eloqüência era uma torrente luminosa. Assinada pelos presentes a ata de fundação, alguns dias mais tarde, contrariando os maus augúrios de maledicência, inaugurava-se solenemente a S. A. H. L., no pavimento superior do edifício da Biblioteca Pública, no salão da Assembleia Legislativa do Estado. Governava o Amazonas, na época, o ilustre bahiano Alcântara Bacelar, que se não descuroou da instituição embrionária.¹³

Um pouco além do que afirmara Péricles, o primeiro número do jornal "Revista do Norte", órgão oficial da entidade, lançado em dezembro de 1918, ao afirmar que a S.A.H.L. "reúne, sem vaidade nossa, o que há de mais justamente conceituado em nosso meio literário",¹⁴ inclui Odilon Lima entre os iniciadores da ideia, mas ao que ficou estabelecido ao longo dos anos, esta referência histórica foi sendo afastada dos registros oficiais, possivelmente porque Odilon Lima deslocou-se logo depois de Manaus para o Rio de Janeiro.

A solenidade de sua instalação realizou-se a 17 de janeiro de 1918, no mesmo salão em que depois foi implantado o auditório Alberto Rangel, pelo lado da Av. Sete de Setembro, tendo como primeiro presidente o médico e professor Adriano Jorge em razão da resistência de Benjamin Lima em aceitar o convite que lhe foi formulado por todos os presentes na



Adriano Jorge

12 MORAES, Péricles. **Benjamin Lima e a Academia**, Revista da Academia Amazonense de Letras. nº 3. Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955, p.10.

13 Idem, idem, idem.

14 Revista do Norte. Manaus, dezembro de 1918, ano I, n. 1, p. 8.

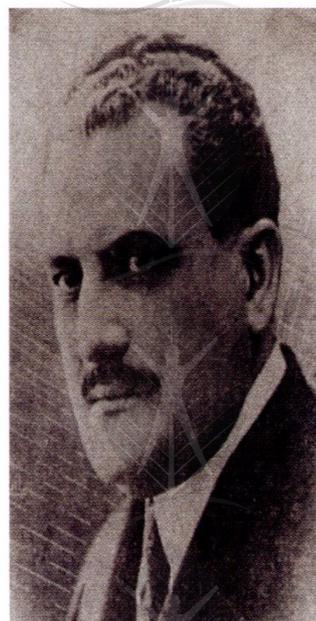
reunião de fundação. Foram fundadores: José Chevalier, Benjamim Lima, Adriano Augusto de Araújo Jorge, Heliodoro Balbi, Raul de Azevedo, Péricles Moraes, Thaumaturgo Vaz, Benjamim de Souza, Otávio Sarmento, J. F. de Araújo Lima, Nunes Pereira, F. P. de Araújo Filho, Paulo Eleuthério, Carlos Eugênio Chauvin, Raimundo Monteiro, Gaspar Guimarães, J. Mendonça Lima, Huascar de Figueiredo, Genésio Cavalcante, Aurélio Pinheiro, Jonas da Silva, Coriolano Durand, João Lêda, Dorval Porto, Alcides Bahia, Virgílio Barbosa, Álvaro Botelho Maia, Generino Maciel, Jorge de Moraes, Odilon Lima.

O governador Bacellar também deu apoio aos primeiros dias da Sociedade de Letras, tal como fizera meses antes com o Instituto Geográfico e Histórico. A respeito esclarece Genesino, valendo-se naturalmente das relações pessoais que travara com os fundadores,

Ao ter conhecimento das diligências para a fundação do silogeu amazonense, Bacellar fez soprar sobre elas os ventos do apoio oficial, prestigiando o culminante movimento de cultura com as simpatias do seu governo. Presidiu-lhe à sessão inaugural, a 17 de janeiro de 1918; mandou editar, nas oficinas da Imprensa Pública, também gratuitamente, a “Revista do Norte”, o órgão de publicidade da Sociedade, que mais tarde passaria à denominação de “Revista da Academia Amazonense de Letras”; e, ainda por meios outros, fez chegar o seu estímulo pessoal ao movimento dos imortais amazonenses.¹⁵

Sobre os membros fundadores do silogeu amazonense, com conhecimento pessoal e a habilidade de jornalista, Genesino afirmava, às vésperas do cinquentenário da instituição: “Reuniu em suas trinta poltronas o que florescia em Manaus, de mais viçoso e sedutor nas aléias do pensamento erudito”¹⁶.

Alguns dos escolhidos para inaugurarem a sociedade estavam em outras cidades. Um deles, Raul de Azevedo, viajando para a Europa,



Raul de Azevedo

15 BRAGA, Genesino. **Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras**. Jornal do Comércio. Manaus, 31 de dezembro de 1967.

16 BRAGA, Genesino. **Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras**. Jornal do Comércio. Manaus, 31 de dezembro de 1967.



Academia Amazonense de Letras

explicaria, anos depois, em 21 de janeiro de 1921, ao proferir seu discurso de posse, no mesmo salão da Assembleia Legislativa,

Estava longe... Notícias esparsas, cartas, telegramas me diziam da fundação com êxito brilhante da vossa – ainda não me habituei bem a dizer da nossa ... – Sociedade ou melhor, Academia de Letras. Revive-me. Escalpelei, bistorisei com espírito de crítico leal a minha obra literária. Grande, vasta no tamanho; apagada, desativada na essência. Nem faramalhas de estilo requintado, nem surtos de imaginação ardente, nem observação aprimorada e cuidada... Mas voz quisestes elegendo-me, escolhendo-me em gesto fidalgo de espontaneidade, mostrar apenas o vosso carinho e bondade, e assim contradizer o velho e já agora neste momento falso brocado – “Longe dos olhos, longe do coração!”¹⁷

E reconhecia, a seguir, que a Academia rompera com as arcaicas tradições e reagira contra a onda dos indiferentes e pessimistas, conseguindo firmar-se como núcleo intelectual e por excelência do Norte.

Em 1920, por proposta de Raul de Azevedo, em sessão realizada nos altos da Biblioteca Pública, local indicado por Alcides Bahia, e no qual ainda funcionava a Assembleia Legislativa,¹⁸ a sociedade mudou a denominação para Academia Amazonense de Letras, conforme o modelo da Academia Francesa fazendo também a designação de poltronas, fórmula especialmente brasileira, adotada em 1897 quando da criação da “Casa de Machado de Assis”.

Dando sequência aos procedimentos legais e administrativos, a Academia foi declarada de utilidade pública pela lei nº 1.050, de 22 de setembro de 1920, que era um reconhecimento indispensável para permitir o apoio dos órgãos públicos, e demonstrava, de logo, a solidariedade do governador e dos deputados com a entidade.

Na sua trajetória a caminho do centenário consolidou-se como a entidade representativa da intelectualidade do Amazonas, merecendo o reconhecimento amplo de governos, escritores, professores, outras autoridades, religiosos, instituições nacionais e internacionais. Fiel ao seu

17 AZEVEDO, Raul. **Um romancista brasileiro. Aluizio Azevedo: o escritor e o homem.** Discurso de recepção na Academia Amazonense de Letras, em Manaus, 21 de janeiro de 1920.

18 Era o salão superior esquerdo do prédio da Biblioteca Pública, na rua do Barroso, centro de Manaus.

princípio destina-se à cultura do idioma e da literatura nacional mediante a ação individual ou coletiva de seus membros.

Parece bem próprio reavivar as palavras de André Araújo, em 1968, ao cuidar da Academia e de sua missão na sociedade, quando afirmou:

*Esta Casa é uma casa de literatura, mas deve ela ter um signo social, uma inspiração social. Começamos numa tomada de posição ante os problemas nacionais da educação, da cultura, das artes e das letras, do desenvolvimento, da política, da liberdade, dos direitos humanos.*¹⁹

Ele pugnava por uma reforma, uma mudança de atitude dos acadêmicos e da instituição, como, aliás, era bem de seu estilo e foi o que perseguiu por toda a sua vida, uma mudança social, com valor ao homem e às coisas do espírito, mas na prática, promovendo o enfrentamento das questões cruciais da sociedade e das pessoas individualmente. Nele nunca coube a indiferença. Era o que desejava, sucedesse com a Academia que fora honrada, com a presença de seu pai e tinha nele um dos mais legítimos representantes.

A palavra do velho sociólogo e jurista continua sendo atual.

AS CADEIRAS ACADÊMICAS

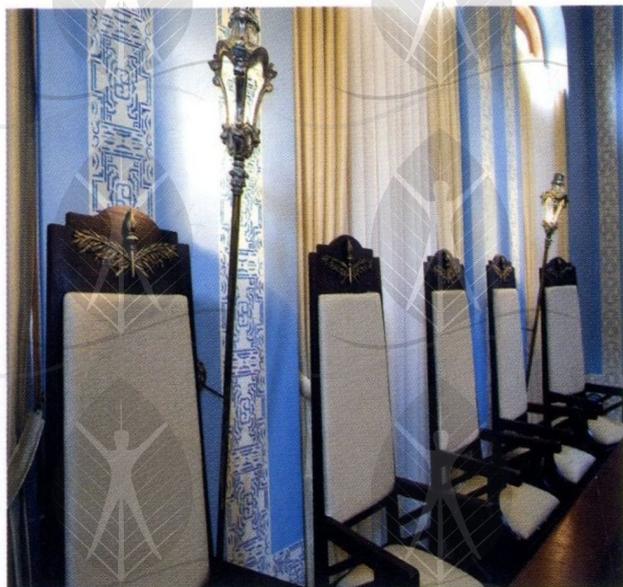
A estruturação das academias em cadeiras e a eleição com vitaliciedade, que asseguraria a imortalidade, é tradição desde a Academia Francesa. A esse respeito vale referir Afrânio Peixoto, ex-presidente da Academia Brasileira, quando certa feita ressaltou tal fato, de resto responsável pelo modelo adotado no Brasil:

Ora, na Academia Francesa havia apenas uma poltrona, ou fauteuil, para o diretor. Em 1713, foi candidato um escritor amável, então muito querido, La Monnoye, e o acadêmico cardeal d'Estrées quisera dar-lhe o voto... mas lá, não iria, pois que, príncipe da Igreja, não se sentaria num banco, como a ralé, senão num fauteuil, como



André Araújo

¹⁹ ARAÚJO, André. **Uma posição para a Academia.** Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Oficial, 1968, p. 8.



tinha direito no paço del-rei. Não haja dúvida, disse Luís XIV, sabendo do caso: «dêem-se quarenta poltronas aos senhores acadêmicos»...

Não sorriem: na época foi esta coisa imensa atestada por Saint-Simon e todos os memorialistas do tempo: todos os escritores, quase todos plebeus e pobres, petits-gens, promovidos, por isso, no Louvre, no palácio do rei, onde se reuniam, à situação de príncipes, duques, cardeais ... assentarem-se em fauteuil ... Daí vem o prestígio «objetivo» da poltrona, da cadeira acadêmica ... Daí os lugares, as vagas acadêmicas, se declararem: tal ocupa o fauteuil 27; está vaga a cadeira tal ... O fauteuil, a poltrona, é, simbolicamente, um pequeno trono... O homem de letras nobilitado a alguém, não filho d'algo, fidalgo, porém, filho das próprias obras.²⁰

No caso amazonense, as cadeiras acadêmicas compõem a estrutura da entidade desde a sua organização. No começo e por meio século eram 30 poltronas (1918-68), depois ampliadas para 40 (1968), modificação esta realizada sob a presidência do médico e cientista Djalma da Cunha Batista, a partir de um projeto elaborado pelo desembargador André Vidal de Araújo. Elas recebem denominação ou patrocínio de escritores reconhecidos e respeitáveis, e são ocupadas mediante eleição, por maioria de votos, conforme regras de inscrição e escrutínio, terminando por constituir parte da história da Academia, sendo quase certo que através de um estudo das cadeiras, seus patronos e ocupantes, a tendência é haver um fio condutor de identidade na produção intelectual, ou familiaridade com o campo de estudo entre os acadêmicos.

A designação das cadeiras aprovadas originalmente na Academia, em 1920, não foi mantida até nossos dias, tendo sido alterada em algumas ocasiões, especialmente em razão de várias reformas do estatuto para atender diretamente ao interesse de alguns poucos acadêmicos que solicitaram modificação de patrono e, ainda, para incorporação de fundadores no quadro de patronos, como homenagem póstuma. A ordem numérica das poltronas

20 PEIXOTO, Afrânio. In BRAGA, Genesino, 1957.

também foi alterada, justificando-se, por isso mesmo, a referência feita na lista apresentada neste estudo.

Eleito sempre por maioria de votos, podendo ser realizado mais de um escrutínio, e até três, se for o caso, sempre na mesma sessão, o acadêmico ao ser empossado passa a ser considerado “imortal”, expressão que se origina da inscrição “*À l’immortalité*” (“para a imortalidade”), que se encontra no selo oficial da corporação da Academia Francesa, e que foi ofertado por Richelieu. O sócio mais antigo, por data de posse, é o “Decano da Academia”.

A Academia se rege por um Estatuto e Regimento Interno. Ao longo dos 91 anos de existência foram várias as modificações no estatuto, sendo consideráveis as de 24 de novembro de 1934, a de 1946, a de 1957, que foi elaborada por Aderson de Menezes e submetida a uma comissão composta por Aristophano Antony, padre Nonato Pinheiro e Mitridates Corrêa.

A reforma inspirada por Djalma Batista alterou o quadro de designação das cadeiras, ficando facultado a cada acadêmico, se fosse o caso, escolher seu patrono. Uma espécie de re-fundação da Academia, por assim dizer. Nesta esteira, com a reforma de 1957 surgiram as cadeiras Péricles Moraes, Araújo Filho, Adriano Jorge, João Leda, Jonas da Silva, e Araújo Lima, portanto, nomes originários do próprio silogeu, fundadores da Casa e àquela altura, falecidos. Da mesma maneira surgiram as cadeiras Ruy Barbosa, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Graça Aranha, Coelho Neto, João Ribeiro, Castro Alves, além de Sant’Anna Nery.

A respeito declarou padre Nonato Pinheiro, pela imprensa diária,

Disso resultou que o elenco dos vultos patrocinadores do nosso sodalício foi bastante alterado, observando-se mais luzida seleção. Figuras exponenciais da literatura nacional passaram a constelar nossas poltronas. Por outra parte, aproveitamos o ensejo para glorificar os nomes de alguns acadêmicos falecidos, que deixaram em nossa confraria lampejos de particular fulgor.²¹

A reforma de 25 de maio de 1968 foi das mais radicais, porque com ela surgiram 10 cadeiras novas, completando o número pensado originalmente desde 1918, em 40 acadêmicos. Na ocasião foram criadas as cadeiras: Raimundo Monteiro, Bernardo Ramos, Antônio Brandão de Amorim, Ermano

²¹ PINHEIRO, Nonato. *Meu novo patrono*. A Gazeta, Manaus, 16 de novembro de 1957.





Stradelli, D. Frederico Costa, Inglês de Souza, Benjamin Lima, Barbosa Rodrigues, Alfredo da Matta, Paulino de Brito. Estas foram preenchidas com eleições seguidas, uma a cada mês.

Houve ainda a reforma de 12 de janeiro de 1974, e o estatuto de 24 de maio de 1996 de cuja comissão especial foram membros Paulo Pinto Nery e José dos Santos Pereira Braga, sendo relator o acadêmico Aderson Pereira Dutra. Esta última manteve as 40 poltronas, na ordem e denominação existentes, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, de 25 de julho de 1996, ao tempo da presidência de Robério dos Santos Pereira Braga, que inovou, sobretudo com o processo eleitoral e a formação do colégio de ex-presidentes.

A última reforma estatutária deu-se recentemente, sob a presidência do poeta Elson José Bentes Farias, tendo a comissão respectiva sido constituída por Armando Andrade de Menezes, Aderson Pereira Dutra e Lafayette Carneiro Vieira.

Um levantamento detalhado demonstra a trajetória de intelectuais que, eleitos, não tomaram posse; os que solicitaram alteração de patrono; os que foram considerados empossados após a morte; os transferidos para a categoria de sócio Correspondente e que depois retornaram à condição de Titulares por reforma de Estatuto; e os poucos que tiveram a eleição cancelada em razão de perda do prazo para posse.

O QUASE PRESIDENTE

Pode parecer estranho um registro desta natureza, mas a verdade histórica impõe que seja ressaltado que um dos idealizadores da Academia, talvez o principal deles, e que reuniu em sua própria casa de residência para as tratativas iniciais e depois para várias atividades acadêmicas, chamado por seus pares a exercer a presidência da entidade abdicou do cargo diretamente em favor do médico e professor Adriano Augusto de Araújo Jorge. Trata-se de Benjamin Franklin de Araújo Lima.

Consta em algumas crônicas que foi por precaução que o dramaturgo e jornalista não aceitou o encargo. Estando adoentado de um mal que o atormentaria pelo resto da vida, e desejoso de residir no Rio de Janeiro, onde faria carreira na imprensa nacional, Benjamin Lima animara a fundação

da Academia, mas o estado de saúde não lhe permitia a sofreguidão de levar avante a ideia.

Mesmo assim, durante muitos anos, e, por certo, em razão de deferência especial de seus companheiros de jornada, ele foi considerado o primeiro presidente, mesmo sem ter sido eleito ou empossado no cargo, porque ao ser lançado o seu nome quando da reunião de fundação da entidade, de logo abriu mão da incumbência. A distinção que ficou merecendo impunha-se pelo seu valor como jornalista, dramaturgo e literato, pelo poder de articulação que representava, pela consistente formação humanística, mas não coincide com a verdade histórica. Por isso não consta nesta condição no livro “Presidentes da Academia Amazonense de Letras”,²² e agora é inscrito na condição de quase presidente, uma forma curiosa de registrar os fatos, impedindo a distorção que estava praticamente consagrada. Mesmo não tendo sido presidente de fato e de direito, foi o principal animador da ideia de criação da sociedade de homens de letras.

A título de explicação e depondo para a história, Péricles, um dos três fundadores principais da Academia, anos depois, pelos idos de 1955, explicaria as razões da escolha inicial do primeiro presidente da Academia ter recaído em Benjamin Lima:

Benjamin de Araújo Lima, por uma série de circunstâncias fortuitas, foi dos que mais contribuíram para a criação do maior dos nossos institutos de cultura. Aclamamo-lo para a sua primeira presidência porque, no momento, lhe sobravam, mais do que a qualquer um outro de sua geração, requisitos, de capacidade, merecimento para concretizar-lhe as aspirações. Capacidade de iniciativa, antes de tudo, que se exteriorizava e tomava corpo através das palavras, dos atos e da autonomia de suas atitudes. Merecimento que o singularizava pelo magnífico esforço a prol das letras do vale equinoxial, prestigiando-as nas altas esferas intelectuais metropolitanas.²³



Benjamin Franklin de Araújo Lima

22 BRAGA, Robério. **Presidentes da Academia Amazonense de Letras – 1918-2008**. Manaus: Governo do Estado/Secretaria de Cultura/Valer, 2008.

23 MORAES, Péricles. **Benjamin Lima e a Academia**. Revista da Academia Amazonense de Letras, nº 3, Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955, p. 7.

Na reunião de fundação, ainda debaixo dos reclamos de muitos escritores que não haviam sido incluídos no rol de privilegiados, semanas depois da divulgação da criação da entidade, esta foi constituída oficialmente. Na ocasião, ressalta ainda o segundo presidente da Casa: “Aclamaram presidente o jornalista Benjamin Lima, que com sua modéstia característica declinou da honraria, transferindo o cetro cobiçado às mãos de Adriano Jorge, cuja eloquência era uma torrente luminosa”,²⁴ a confirmar, portanto, a condição de “quase presidente” que atribuímos, sem demérito, ao mestre do jornalismo e da dramaturgia.

Benjamin Franklin de Araújo Lima nasceu em Óbidos (Pará), a 27 de novembro de 1885, sendo filho do doutor José Francisco de Araújo Lima, que teve oportunidade de ser juiz de direito em Manaus logo após a proclamação da República, e da professora Maria Amélia Mendonça de Araújo Lima. Estudou na capital amazonense e em Salvador, onde iniciou o curso de direito que concluiu na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Ao tempo de estudante foi secretário da revista *Ad Lucem*, de Salvador, e colaborou no Diário da Bahia, então sob a direção literária de Almachio Diniz²⁵, o mesmo que anos depois dirigia a revista “Casos e Comentários – um arquivo de advogados”, publicada no Rio de Janeiro e lançada em 1925. Ainda ao tempo de estudante viajou ao Uruguai, representando o Brasil em um congresso estudantil. Concluídos os estudos fixou residência em Manaus, secretariando o “Diário do Amazonas” e dirigindo “A Imprensa”, além de colaborar assiduamente em outros jornais e revistas, e iniciando a vida no magistério, mais precisamente no Ginásio Amazonense Pedro II como professor de História da Civilização. Casou-se em 1910 com Cacilda Roberto de Mello, com quem teve cinco filhos. Era filha do coronel Lourenço Nicolau de Mello e dona Felicidade Augusta Roberto de Mello, cunhada de Agnello Bittencourt.

Em 1911 buscou tratamento de saúde em Paris para doença que o perseguiria: “tabis dorsalis”²⁶ e que por pouco não impediu seu casamento.

24 Idem, idem, idem p.11.

25 Almachio Diniz foi depois Docente Livre da faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, professor de Filosofia do Direito, tendo editado comentários sobre o Código de Processo Civil e Comercial do Distrito Federal. Advogado militante ao lado de Raul Patrício, Américo de Oliveira, Castellar Cabral e Leonel Rosa Filho.

26 Doença degenerativa lenta, originada de sífilis mal curada, cujos sintomas são Sinal de Romberg; dificuldade ao andar; dores nos membros inferiores; sensação de andar sobre algodão ou de picada no tronco; sensibilidade dolorosa profunda na região do tendão de Aquiles ou testículos; sensibilidade dolorosa superficial e táctil na região do nariz, externo, face ulnar dos antebraços, região fibular

“A moléstia lenta, mas sempre insidiosa atrofiara-lhe as extremidades dos membros superiores e inferiores, quase impossibilitando-o de andar”.²⁷ E foram 37 anos de vida produtiva e intensa, desde a confirmação do diagnóstico.

O que Raul de Azevedo salientou anos depois, que com ele conviveu na Academia e na imprensa diária, foi que “a sua enfermidade bárbara, que durou dezenas de anos, talvez tornasse um pouco pessimista toda a sua obra. Ele foi heróico no sofrimento, na dor contínua e persistente – mas trabalhava sempre, escrevia sempre”²⁸.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1919, portanto, pouco depois da fundação da Academia, foi redator de *O Paiz*, do *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*, onde trabalhou até falecer. Colaborou ainda nos diários: *Jornal do Comércio*, *A Rua*, *O Dia*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Povo do Rio de Janeiro*; *Correio Paulistano* e *A Gazeta de São Paulo*; *O Diário*, de Santos, e *Folha do Norte e Imparcial* de Belém do Pará. Em várias ocasiões usou o pseudônimo de “*Misanthropo*”.

Exerceu várias funções públicas: professor de História Universal do Ginásio Amazonense, promotor de justiça, juiz municipal e de Direito na comarca de Manaus, oficial de Gabinete do Governador Antônio Bittencourt, diretor da Biblioteca Pública, procurador fiscal do Amazonas, diretor da Penitenciária, secretário da Prefeitura de Manaus, escrivão federal do Amazonas, professor de História e Economia Política da Escola de Comércio “Solon de Lucena”, delegado geral do Recenseamento de 1920. Professor interino de Direito Público e Constitucional da Universidade Livre de Manaus.

e perineal; perturbações da micção e da defecação; impotência; deficiência visual: pupilas de tipo Argyll-Robertson (pequenas, desiguais e irregulares); as pupilas não reagem à luz, mas apresentam acomodação; perda de tônus muscular e de reflexos profundos; atrofia óptica; distúrbios vesicais, incluindo dor abdominal; atrofia óptica: perda progressiva da visão inicialmente unilateral e posteriormente bilateral. Causada por desmielinização. É uma lenta degeneração de neurônios que carregam informação sensorial para o cérebro. comprometimento da coluna dorsal da medula espinal, especialmente da parte cervical e lombar. A “*tabis dorsalis*” apresenta sintomas fundamentalmente sensoriais (alteração de reflexos profundos, alterações sensitivas especialmente em MMII malperfurante plantar, lesões articulares). ocorre uma lesão radicular posterior, em que há comprometimento da sensibilidade proprioceptiva, a hipotonia é global e muito acentuada (flacidez, hiperextensibilidade e hiperpassividade). A infecção lesiona o tecido da medula espinal e o tecido nervoso periférico. Isso causa uma redução da função muscular (mielopatia), com fraqueza progressiva das pernas, dos braços e de outras áreas. A perda das funções pode em alguns casos causar paralisia. As dificuldades de coordenação contribuem para os problemas para andar. Muitas vezes há alterações na sensibilidade, como a parestesia dolorosa (sensibilidade anormal).

27 BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Academia Amazonense de Letras, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973, p. 132.

28 AZEVEDO, Raul. **Benjamin Lima, jornalista, escritor e teatrólogo**. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955, p. 60.

No Rio de Janeiro foi oficial da diretoria geral de Estatística, servindo no gabinete do Dr. Bulhões de Carvalho, membro da Comissão de Teatro Nacional, organizada em 1937 pelo Ministério da Educação e Saúde, e diretor do Curso de Teatro mantido pelo Serviço Nacional de Teatro.

A Comissão Nacional de Teatro foi criada pelo ministro Gustavo Capanema, reunindo na mesma iniciativa, além de Benjamin Lima, Múcio Leão, Oduvaldo Vianna, Francisco Mignone, Sérgio Buarque de Holanda, Olavo de Barros e Celso Kelly, todos com a missão de nacionalização da arte.

Jornalista, pensador, emérito conferencista, crítico de cinema, teatrólogo. Sua peça “O Homem que Marcha”, que concorreu ao prêmio instituído pela Academia Brasileira de Letras em 1925, foi a vencedora, gerando polêmica entre Carlos de Laet e Osório Duque Estrada e Humberto de Campos e Rodrigo Otávio.

Na sua bibliografia incluem-se no campo da dramaturgia: *O Carrasco* (1922), *O Homem que Marcha* (1925), *Boa Noite* (1931), *O Homem que Ri* (1931), *Babilônia* (1933), *O Amor e a Morte* (1933) e *Venenos* (1938). Dessas, foi lida pelo Autor, em 1928, *O Homem que Marcha*, em récita no Teatro Amazonas.

Em outros campos da literatura publicou: *A Revolta do Ídolo*, episódio dramático (1919); *Esse Jorge de Lima!...*, ensaio de crítica (1932); e, *Teatro de Benjamin Lima*, publicação póstuma, contendo as peças *O Homem que Marcha*, *O Homem que Ri* e *O Martírio de Don Juan*.

Mais recentemente, a Secretaria de Estado da Cultura inovou mandando publicar pela editora Valer uma coleção de textos para teatro, dentre os quais fez incluir os de Benjamin Lima, completamente desconhecidos pelos editores, e que tanto sucesso haviam feito quando do lançamento original. Com a coleção de teatro, repetiu o êxito das coleções “Resgate”, “Poranduba” e “Busca da Identidade”, todas quase irmãs, na razão de ser e no tempo.

Na abalizada opinião de Agnello Bittencourt, destacou-se também como jornalista em colunas de jornais de grandes centros como o Rio de Janeiro:

Na sua coluna no Jornal do Brasil defendia com generosidade as boas causas – muito especialmente os interesses da Amazônia – bem como na colaboração assídua em jornais de São Paulo. (...) Até a sua morte a casa de Benjamin Lima foi um foco de cultura, a que

*acoriavam expoentes do jornalismo, do teatro, da crítica e da literatura em geral, tanto como jovens, alguns vindos da Província e aos quais nunca faltou o calor de seu apoio.*²⁹

Benjamin e Adriano se admiravam mutuamente. Em 1909, na *Tribuna do Caixeiro*, Adriano deitou elogios ao mestre do jornalismo por uma conferência que fizera na Associação dos Empregados no Comércio de Manaus, sobre o chanceler brasileiro, o barão do Rio Branco, criticado por Benjamin,

Raras vezes tenho experimentado assim tão vivo e tão dominador o prestígio da palavra falada!

Não é que o orador tenha tronituado, veemente e formidável, das alturas de uma retórica retumbante, capaz de por calafrios na espinha e arrepielamentos no couro cabeludo, não: o Dr. Araújo Lima é um delicado, um mimoso, um finíssimo orador.

*A frase lhe flui dos lábios, constantemente moldados na expressão de um eterno sorriso de ironia adorável, com um veio translúcido de água viva e cantante que borbulhasse maravilhoso e sutil...*³⁰

Não foi um artigo laudatório, como pode pensar leitor mais apressado, porque adiante, em tom gentil Adriano discordou de alguns pontos da conferência de Benjamin Lima, ressaltando opinião contrária em alguns aspectos.

Depois de anos afastado de Manaus, Benjamin retornou sem aviso antecipado em agosto de 1938, e foi recebido com alegria e pompa pela Academia: “Recebemo-lo como os helenos, no ciclo de Péricles, acolhiam a Sófocles, glorificado pela grandeza de suas tragédias: coroando-lhe a fronte de palmas consagradoras”.³¹

29 BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Academia Amazonense de Letras, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973, p. 132.

30 JORGE, Adriano. **Crônica**. *Tribuna do Caixeiro*, Manaus, domingo, 28 de março de 1909. Com o pseudônimo de Pangloss.

31 MORAES, Péricles. **Benjamin Lima e a Academia**, Revista da Academia nº 3, 1955.

Falaram Adriano e Leopoldo Péres. Benjamin Lima ouviu em silêncio. Não falou. Não agradeceu. A saúde não permitia, “estava lívido e imobilizado, sem poder reprimir as lágrimas, que lhe inundavam as faces aos borbotões”.³²

Quando de sua morte mereceu homenagens na Câmara Federal, por iniciativa do deputado Leopoldo Péres, em sessão de 12 de janeiro de 1948, em belo discurso que foi valorizado pelos apertes dos deputados Vasconcelos Costa, Nelson Carneiro e Mourão Vieira. Respeitável tribuno amazônico, plenamente reconhecido na Câmara Federal, Leopoldo assomou a tribuna, naturalmente, sob a atenção dos demais parlamentares, afirmando

significa um golpe profundo à inteligência da Amazônia e, sem favor, à inteligência brasileira.

Deplorando o traspasse do eminente polígrafo me refiro a rigor às formas estéticas ou beletistas na sua fascinante atividade intelectual: mas, de um modo absoluto, às projeções onimodas da sua rara, peregrina celebração de homem de letras. (...)

Artista por índole e formação, homem de letras e homem de ideias, houve, porém, de imprimir ao seu trabalho um cunho acentuadamente construtivo associando às tarefas desinteressadas da inteligência os desígnios imediatos do espírito público. (...)

*Apagou-se, pois, assim, uma voz admirável, sonora e alcandorada da gleba e da raça, que tanto e tão arraigadamente amou. Mas não se lhe perderá, por certo, a ressonância triunfal, na memória e no fervor da gente amazônica.*³³

Dias depois, na Academia Brasileira de Letras, em 15 do mesmo mês, foi homenageado pela voz autorizada do acadêmico Peregrino Júnior, que se referiu ao mal físico de que o intelectual sofria (“tabis dorsalis”), traçando um perfil bastante sugestivo,

³² Idem, idem, idem.

³³ PERES, Leopoldo. Discurso na Câmara Federal. Diário do Congresso Nacional, terça-feira, 13 de janeiro de 1948, fls 6/7

Esse Benjamin Lima, que acaba de morrer, foi um puro, um legítimo escritor. Viveu toda a sua vida – vida de sofrimento físico sem pausa – para uma única alegria: a alegria de ler e de escrever. Dramaturgo, crítico, ensaísta, a sua obra é numerosa e variada. Teve grande paixão pelo Teatro e deixou-nos algumas peças admiráveis. Teve uma paixão inconversível pela literatura e deu-nos alguns ensaios penetrantes e nítidos. Teve uma permanente paixão pela sua terra e pela sua gente – e até os últimos dias do seu leito de enfermo mandou pontualmente para o Jornal do Brasil, onde trabalhou tantos anos os tópicos e comentários em que fixava tantos assuntos de interesse de sua gente e da sua terra. Conheci-o no Pará, em 1929.

Em carta Augusto Linhares ofereceu um resumo da personalidade de Benjamin Lima, quando agradeceu a Péricles Moraes o artigo escrito sobre o velho amigo: “Era Benjamin, sem contradição, figura de exponencial relevo, e transbordante de generosidade o seu coração magnânimo”.³⁴

O PRIMEIRO PRESIDENTE

Escolhido presidente por aclamação mediante a indicação de Benjamin Franklin de Araújo Lima, logo na reunião de fundação da Academia, Adriano Augusto de Araújo Jorge exerceu a presidência de 1º de janeiro de 1918 a 2 de novembro de 1948, quando veio a falecer, sendo aquele que permaneceu por mais longo período com tal encargo.

Adriano viveu intensamente em Manaus. Foi jornalista, médico, professor, musicista, político. Chegou muito jovem a capital amazonense, recém-formado em Medicina. Em idade provecta, e depois de vinte anos de noivado, casou-se com a professora Laura Tapajós de (Alencar) Araújo Jorge, de cujo consórcio não teve filhos. Laura era filha de José Teive de Alencar e Ana Filomena Tapajós de Alencar e na intimidade dos sobrinhos-netos era chamada de vovó Lalai.



Adriano Augusto de Araújo Jorge

³⁴ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias. Vultos do Passado.** Ed. Conquista/Academia Amazonense de Letras, Rio de Janeiro, 1973.

Tendo permanecido solteiro por muitos anos, deixou um único filho, de uma outra longa relação, Ruy Adriano de Araújo Jorge, que foi jornalista e político, a quem conheci de perto e com quem iniciei na vida pública, quando prefeito municipal de Manaus.

Orador vibrante, conferencista por excelência, médico caridoso. Este conceito ficou sobre a vida e a obra de Adriano entre os amazonenses, perpassando gerações, formando uma espécie de opinião coletiva a que faziam coro os que o conheceram mais de perto. Esta a opinião que sempre ouvi de meu pai, Lourenço da Silva Braga³⁵, jornalista, político e líder sindical, compadre de Adriano, como de igual modo também ouvi de padre Nonato Pinheiro, André Araújo, Mário Ypiranga Monteiro, Mendonça de Souza, Arlindo Frota, João Corrêa, Rodolpho Valle, Ildefonso Pinheiro, com os quais, dentre tantos outros, sempre conversei muito a respeito de Adriano, em busca de colher, aqui e ali, pepitas especiais sobre sua trajetória. E como colhi.

Dele disse Agnello Bittencourt, em sua consagrada obra *Dicionário Amazonense de Biografias*,

*Foi uma inteligência esbanjadora, dispersiva. Trabalhou muito, mas não deixou um livro sequer, quando podia tê-los vários e profundos. Era um dos colaboradores mais lidos, das revistas e jornais de Manaus...*³⁶

Muito referenciada por todos que cuidam de biografá-lo, a conferência “A Luz”, proferida no Ideal Club, cujo tema estava inteiramente sintonizado com o que sucedia em outras cidades brasileiras e no exterior, era próprio das cogitações da época, muitas vezes é menosprezado nos dias atuais. Nos fins de 1905, na série de Conferências Literárias levadas a efeito na sede do Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro, pode-se ver uma delas tendo como tema “As grandes figuras femininas da Bíblia”, proferida por

35 Lourenço da Silva Braga era baiano de nascimento mas chegou a Manaus ainda menino, aqui permanecendo até sua morte aos 97 anos de idade. Foi jornalista ao lado de Mário Ypiranga Monteiro, Comandante Luiz Tirelli, Comandante Benayon, e, presidindo a Sociedade dos Taifeiros, fundou a Casa do Trabalhador, em Manaus, na rua de Marcílio Dias, onde se encontra até os dias atuais, como sede de vários sindicatos. Contra a sua vontade foi candidato à constituinte estadual de 1934 e vereador em seguida, exercendo o cargo em curto espaço de tempo, porque preferia o sindicato e a luta pela imprensa. Participou ativamente dos movimentos de folguedos carnavalescos e folclóricos em Manaus, como um dos líderes do “Brigue Independência” e da “Nau Catarineta”.

36 Estes artigos estão em jornais e revistas especialmente de Manaus, como por exemplo, nas edições dominicais da *Tribuna do Caixeiro* de 1909; *Revista Cá e Lá*, de 1917; *Revista da Academia Amazonense de Letras*, 1920, 1935 e 1946; *Revista Redempção*, 1924 e 1927; *Revista Amazônica*, 1942, 1944 e 1947; *Revista de Serviço Social*, 1947.

Coelho Neto; enquanto em São Paulo, Olavo Bilac falava sobre a “Esperança”, iniciando as conferências literárias naquela cidade. No Rio de Janeiro seguiu-se a palestra sobre “O Ciúme”, ou já em 1906, novamente Bilac falando sobre “A tristeza dos poetas brasileiros”, e causando grande impacto. Em Manaus, em 29 de abril de 1906, no Ideal Club, o Dr. Rodrigo Costa proferiu uma conferência muito bem recebida pelo público e pela imprensa sob o título: “A mulher é o símbolo católico da Arte”. Nada a estranhar, portanto, com o tema escolhido por Adriano em 1906: “A Luz”.

Alguns trechos da conferência podem dar o tom do seu inteiro teor,

O homem viveu e vive sempre voltado para o infinito, para o céu, para a Luz, numa insatisfeita ansiedade, num vago sonho arrebatado, numa louca aspiração indefinida, como se adivinhasse na Luz a alma do universo; como se enxergasse nela a causa e o motor da existência humana; como se, para ele, tudo, tudo, fosse Luz!

(...) É que um íntimo e secreto instinto advertiu sempre o homem de que é à Luz que ele deve a sua mais entranhada gratidão e o seu culto mais fervente, porque, de fato, a Luz é a Alma do universo, é a causa e o motor da existência humana; porque, de fato, a luz é tudo.

Como político nem sempre conseguiu exercer os mandatos para os quais foi eleito. Sempre em oposição ao governo local estabelecido, esbarrava na Comissão de Poderes do Legislativo que não reconhecia seus diplomas. Alimentado por estas lutas foi candidato ao congresso estadual, ao lado de Péricles Moraes, para o período de 1910 a 1913, contando com o apoio da Marinha Mercante através da Confederação do Trabalho do Estado do Amazonas. Tempos depois foi candidato a deputado federal pelo Amazonas, lançado em manifesto de 30 de dezembro de 1911, pelo jornal *Correio do Norte*, órgão do Partido Revisionista.

Conseguiu êxito local nas eleições de 30 de janeiro de 1912 para o mandato seguinte, na mesma ocasião em que foram eleitos Gabriel Salgado, para o Senado da República, Monteiro de Souza, Luciano Pereira da Silva e Thaumaturgo de Azevedo para Deputados Federais. Por razões alheias ao interesse do eleitorado amazonense e influências políticas, tão comuns na



Ideal Club

época, os diplomas de Adriano e de Thaumaturgo de Azevedo não foram reconhecidos pela Comissão de Poderes da Câmara Federal, deixando, por isso mesmo, de assumir e exercer o mandato popular.

Eleito vereador para o mandato de 1947 a 1951, assumiu o cargo, sendo de logo escolhido presidente da Câmara em 16 de dezembro de 1947.

A Câmara estava composta por Adriano Jorge, Raimundo Coqueiro Mendes, Sérgio Pessoa Neto, Oséas Martins, Rodolpho Valle, João de Paula Gonçalves e Walter Rayol. Adriano era o mais idoso e assumiu a presidência dos trabalhos de instalação, sendo depois eleito titular da cadeira presidencial por 4 votos dentre os 6 eleitores presentes, e de logo pronunciou discurso sobre a importância do regime democrático. Manteve-se firme na presidência do legislativo municipal até a morte em novembro de 1948, vindo a ser sucedido naquele cargo em 8 de novembro, pelo vereador Sérgio Pessoa Neto.

Dos poucos trabalhos que deixou, registre-se os artigos para jornais e revistas: *Eça de Queiroz* (1908); *Instrução* (1908); *Efeitos da instrução* (1908); *Emile Zola* (1908); *A lei suprema* (1908); *A nossa jornada* (1908); *O nosso ideal* (1908); *Pela instrução* (1908); *Pelo caixeiro* (1908); *Sobre um grande morto* (1908); *Tarifas Aduaneiras* (1908); *3 de maio* (1908); *Uma lei benemérita* (1908); *20 de setembro* (1908); *Crônica, 1909*, (e com o mesmo título, mais doze artigos seguidos, de 14 de fevereiro a 23 de maio de 1909)³⁷; *Crônica Social* (1909); *Considerações* (1909); *Pela classe* (1909); *Descanso Dominical* (1909); *Doutrinando* (1909); *Saudando marinheiros* (1909); *A catástrofe da Itália* (1909); *Pinheiro Machado* (1911); *O Paradoxo do Altruísmo* (1917); *Alma ao Léu* (1917); *A tortura de invejar* (1917); *Sonetos* (1917); *Inquéritos Íntimos* (1917); *Um cubista anônimo* (1917); *O gesto de Xerxes* (1917); *O revisionismo* (1924); *Balada Romântica*, (1927); *As margens do conceito de evolução* (1927); *Um terceto do purgatório* (1929); *Um gesto romântico* (1920); *Introdução* (1935); *Oração aos Professores de 1935* (1936); *Um Tabu Consagrador* (1937); *Pércles* (1937); *Araújo Filho* (1937); *Discurso no 2º . Congresso Diocesano de Manaus* (1942); *Apresentação de Poema de Natal, de Homero de Miranda Leão* (1945); *Alonso Aníbal* (1941); *Lais Wallace* (1941); *A inspiração divinatória do símbolo Macbeth* (1942); *Unha por unha, pêlo por pêlo* (1944); *O problema dos prisioneiros* (1944); *O valor negativo*

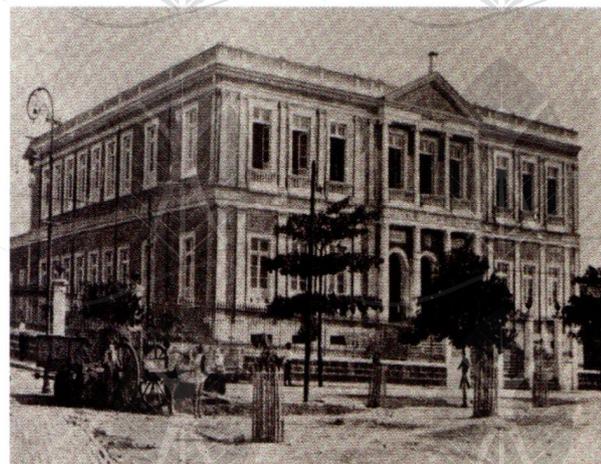
37 Foi reeditado de forma fac-similada, pelo Governo do Estado/Secretaria de Cultura, na Coleção Documentos da Amazônica, nº 106, em 2003.

das zonas fortificadas (1944); *À altura da infelicidade Pessimismo: otimismo dinâmico* (1946); *Ainda uma Guerra* (1946); *A inspiração divinatória do símbolo Macbeth* (1942); *Unha por unha, pêlo por pêlo* (1944), *O problema dos prisioneiros* (1944); *À altura da infelicidade* (1947); *Urna abertura em nós turvos* (1947); *Da função histórica do sofrimento* (1947).³⁸

Era comum usar os pseudônimos de *Pangloss* e *Ruy Blass*, especialmente em artigos pela imprensa, como os que podem ser encontrados no jornal *Tribuna do Caixeiro* e *O Ideal*, de Manaus.

Nas suas *Crônicas* lançadas no jornal *Tribuna do Caixeiro*, a primeira em 14 de fevereiro de 1909, tratou de assuntos os mais diversos, como o carnaval, a Constituição de 1891, política internacional, a conferência de Virgílio Barbosa sobre a constituição de 1891, a Assembleia Literária de Manaus, o tratamento de um alcoólatra, a conferência de Benjamin Lima na Associação dos Empregados de Comércio, a política do Barão do Rio Branco, a entronização do Cristo crucificado no Tribunal do Júri, a conferência do Dr. Carlos Eugênio Chauvin sobre a borracha e o caucho, o 13 de maio, sempre com estilo inconfundível mas valendo-se dos pseudônimos que escolhera.

Escreveu a conferência *A Luz*, proferida na sede do Ideal Club no dia 24 de novembro de 1906; a tese *A Preposição sua função histórica*, com a qual se apresentou ao Ginásio Amazonense Pedro II, publicada em Manaus por Lino Aguiar e Cia, em 1910; os prefácios das obras *A simplificação e unificação da ortografia portuguesa*, GLOSAS de Francisco Luiz Pereira, editada em Manaus pela Livraria Universal em 1913;³⁹ *O Substratum físico-químico da Vida*, tese de concurso à cadeira de História Natural da Escola Normal do Estado do Amazonas, publicada depois pela tipografia “Cá e Lá”; e o prefácio de *A Autonomia Municipal*, de Plínio Ramos Coelho.⁴⁰



Ginásio Pedro II

38 Trata-se dos artigos publicados no jornal “Tribuna do Caixeiro”, editado pelo Sindicato dos Empregados do Comércio de Manaus, no ano de 1909, cujas cópias possui em arquivo.

39 Foi reeditado de forma fac-similada, pelo Governo do Estado/Secretaria de Cultura, na Coleção Documentos da Amazônica, nº 106, em 2003.

40 Plínio Ramos Coelho – Amazonense, advogado, professor, perito-contador, político e jornalista. Nasceu em Humaitá a 21 de abril de 1920, filho de Francisco Plínio Coelho e Ana Ramos Coelho, casado em primeiras núpcias com Nazaré de Albuquerque Coelho e em segundas núpcias com Ana Borges Coelho: Filhos: Hiléia, Plínio Jr, Plínio César, Plínio Augusto, Naiade, Nereida, Ana. Formado em Direito em Manaus e Escrivão de carreira, foi Inspetor Escolar, deputado estadual, deputado federal, e governador do Estado em dois mandatos. Considerado um dos maiores líderes da política amazonense, foi a principal figura do trabalhismo getulista no Estado. Poeta. Integrou a Academia Amazonense de Letras que, em situação inédita em sua história, aguardou mais de vinte anos pela sua posse. Suas obras: “Em defesa da autonomia municipal”; “Amazônia”; “Imperialismo e Vargas”; Discursos e artigos abordando temas econômicos e sociais.

Formado médico na Bahia como vários nordestinos, Adriano Jorge voltou-se para a Amazônia, e chegou bem novo à Manaus, logo nos seus primeiros vinte anos, passando a clinicar livremente, impondo-se de logo à consideração e ao respeito de seus colegas e da sociedade.

Atento às questões mais modernas da medicina ele esteve na Escola sob a direção dos professores Antônio Pacífico Pereira (1895-98), e do professor José Olímpio de Azevedo (1898-1900), com o qual colou grau. Sua tese foi “Alcoolismo e involução humana. Repressão e Profilaxia do Alcoolismo”, porque esta matéria era tida e havida como uma questão de Higiene Social.

Diverso da grande maioria dos médicos que se filiava com regularidade aos hospitais como Santa Casa de Misericórdia e Beneficente Portuguesa, integrando os corpos clínicos daqueles nosocômios, Adriano manteve-se em seu consultório, ora na Farmácia Pasteur, na Farmácia Studart ou na Farmácia Barreiro na avenida de Eduardo Ribeiro, nos altos da qual fez residência. Em 1905 atendia na Farmácia Palhano, acompanhado de outros dois médicos de reconhecida experiência no Amazonas, que foram Carlos Grey e Madureira de Pinho.

Integrou a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas⁴¹, que tinha sede na Santa Casa de Misericórdia do Amazonas, compondo as comissões de Redação e de Ciências Médicas (1919-1920), e de Redação da Revista *Amazonas Médico* (1919-1920), ao lado de Astrolábio Passos, Alfredo da Matta, Araújo Lima, Jorge de Moraes e Galdino Ramos.

Era constante a sua preocupação com os vícios, e chegou a integrar o grupo de estudiosos que fez palestras em 1928 na semana antialcoólica organizada por José Francisco de Araújo Lima como Delegado da Liga Nacional de Higiene Mental. Sua conferência foi na sede do Ideal Club ao

41 Uma entidade de médicos foi criada em Manaus, em 12 de abril de 1899, com o nome de Sociedade de Medicina e Farmácia do Amazonas que de logo publicou como seu órgão oficial a “Revista Médica do Amazonas”, em julho daquele mesmo ano, com o claro desejo de contribuir para a reforma da higiene pública preconizada pela lei nº. 286, de 30 de setembro de 1899.

Dez anos depois surgiu a revista “Amazonas Médico”, destinada a estudos científicos e defender os interesses profissionais da categoria, desaparecendo em seu décimo número.

Em 23 de janeiro de 1917 foi fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas, a que Adriano Jorge pertenceu, ressurgindo também a revista. Depois de ficar por oito anos inativa, retornou a circulação em março de 1918, com o apoio pessoal do governador do Estado, o médico baiano Pedro de Alcântara Bacellar, que autorizou a Imprensa Pública a promover as edições da revista, merecendo o galardão de presidente de honra da instituição.

Alfredo da Mata, amigo pessoal de Adriano, teve papel fundamental na entidade, inclusive editando e colaborando na sua Revista.

lado do renomado autor de *A Amazônia, a Terra e o Homem*. Era uma ação continuada de sua formação médica, afinal, cuidara do tema na sua tese acadêmica, em 1900.

Como primeiro presidente da Academia, esteve ocupando o cargo desde a fundação, no largo período de 1º de janeiro de 1918 a 3 de novembro 1948, e realizando diversas sessões literárias e lítero-musicais, especialmente na sede do Ideal Club, e reuniões de trabalho, inicialmente na Assembleia Legislativa do Estado.

A 26 de janeiro de 1919 presidiu a sessão solene da entidade ainda como Sociedade de Homens de Letras, no Teatro Amazonas, em homenagem a Olavo Bilac (1865-1918),⁴² proferindo bela oração de improviso na abertura dos trabalhos.

Presidiu a sessão lítero-musical da Academia, realizada na sede do Ideal Club em 10 de agosto de 1923, em homenagem ao centenário do escritor Gonçalves Dias, proferindo, mais uma vez, brilhante discurso de improviso registrado pela imprensa como “uma bela jóia literária, um mimo de oratória, capaz de agradar aos ouvidos mais exigentes, não somente pela cultura revelada, como pela forma ática da dicção”.⁴³

Foi sob sua administração que a entidade conseguiu sede própria, inaugurada em sessão solene de 6 de janeiro de 1935, sob os auspícios do interventor federal capitão Nelson de Mello.

Faleceu em 3 de novembro de 1948, saindo o féretro de sua residência para a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, às 16 horas onde se realizou missa de corpo presente com a presença de Dom Pedro Massa, bispo titular de Hebron, monsenhor Manoel Monteiro, bispo de Manaus, em exercício, e padre Stélio Dalison. O cortejo passou pela Prefeitura de Manaus, onde falou o vice-presidente da Câmara, Sérgio Pessoa Neto, pela sede do Partido Social Democrático, onde foi hasteada a bandeira em funeral e pela Academia Amazonense de Letras, seguindo para o cemitério São João Baptista. No ato falaram Leôncio Salignac e Souza, na condição de Procurador Geral do Estado, em nome do governo, Péricles Moraes em nome dos acadêmicos, André Vidal de Araújo pela Ação Católica, Homero de Miranda Leão pela União Democrática Nacional e pelo Poder Legislativo e Oséas Martins como vereador à Câmara de Manaus. Falaram ainda Áureo Mello pela bancada do

⁴² Foi a solenidade de pompas fúnebres em homenagem a Olavo Brás dos Guimarães Bilac, falecido em 18 de dezembro de 1918, no Rio de Janeiro.

⁴³ *O Ideal*, Manaus, agosto de 1923.

Partido Trabalhista Brasileiro na Assembleia, Rodolpho Valle pela mesma bancada trabalhista na Câmara de Manaus, Nonato de Castro pelo grupo de amigos, Aristides Leite como representante do território do Rio Branco, Huascar de Figueiredo pelo Partido Social Democrático e o padre Raimundo Nonato Pinheiro pela igreja.

Na sessão em sua homenagem e de pompas fúnebres realizadas pela Academia em 30 de dezembro de 1948, foram oradores Leôncio Salignac e Souza e Djalma da Cunha Batista.

A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA

Com o nome de Sociedade de Homens de Letras do Amazonas, tal como fora concebida nas conversas de varanda na casa de Benjamin Lima, a entidade foi instalada oficialmente em 9 de janeiro de 1918, em sessão pública, no salão principal da Assembleia Legislativa do Estado, nos altos da Biblioteca Pública, considerada pelos fundadores como a festa de inauguração, sob a presidência de Adriano Jorge. Faz-se aqui a correção da data, sempre antes anunciada que fora a 7 de janeiro, porque assim está definido no jornal do dia da festa, "A Capital", de que era diretor o jornalista Epaminondas Albuquerque. Era uma quarta-feira.

A recepção dos convidados foi feita por uma comissão formada pelos escritores Thaumaturgo Vaz, Dorval Porto e Álvaro Maia e a parte musical ficou a cargo da banda da Força Policial que executou várias peças antes da abertura dos trabalhos, pouco depois das 20 horas.

A palavra de inauguração foi do presidente explicando os objetivos da entidade, mas o orador principal foi Péricles Moraes com a conferência "O tolstoísmo e a verdadeira concepção de beleza", não sem antes fazer a apologia de seu patrono na Academia, que era Gonzaga Duque. A solenidade prolongou-se até próximo das 22 horas.

A recepção pela imprensa foi a melhor possível para a festa de inauguração da entidade "recente criação do espírito superior de intelectuais de vulto em nosso meio", afirmava o jornal "A Capital".⁴⁴ A ideia e o grupo que a comandava foram aplaudidos: "É auspicioso renascimento das nossas



Biblioteca Pública

44 A Capital, Manaus, 9 de janeiro de 1918.

letras, amparadas por uma distinta falange de verdadeiros abnegados e cujo programa a realizar é sobremaneira digno de todos os elogios."⁴⁵

Havia várias associações em Manaus. De um lado a Universidade, que embora caminhando para definhar, ainda empolgava, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, o Instituto Geográfico e Histórico, a Academia de Belas Artes com o Conservatório Carlos Gomes.

À mesa principal e solene estavam Adriano Jorge, Alfredo da Matta que era o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Hamilton Mourão, como secretário Geral do Estado, espécie de vice-governador atual, o prefeito Antônio Ayres de Almeida Freitas, também membro do Instituto Histórico, o padre José Thomás, secretário do bispo diocesano, Dom João Irineu Joffily. Nas bancadas os acadêmicos: Alcides Bahia, Th. Vaz, Benjamin Lima, Araújo Filho, Dorval Porto, Araújo Lima, Jorge de Moraes, Benjamin de Souza, João Leda, Generino Maciel, Raymundo Monteiro, Virgílio Barbosa, Odilon Lima, Carlos Chauvin, José Chevalier, Aurélio Pinheiro, Paulo Elheutério.

Ao contrário do que, de memória, salientou Péricles, anos depois, em 1955, ao afirmar que todos estavam presentes àquele ato especial, faltaram os acadêmicos Raul de Azevedo, Coriolano Durand, Jonas da Silva, Octávio Sarmiento, Nunes Pereira, Heliodoro Balbi, Genésio Cavalcante, Huascar de Figueiredo, Gaspar Guimarães e Mendonça Lima.

Entre as damas destacadas pela imprensa, as senhoras Agapito Pereira, Raymundo Monteiro, Britto Pereira, Agnello Bittencourt, Carlos Chauvin e as senhorinhas Maria Luiza Sabóia e Zulmira Cruz.

Deve ter sido um evento singular, como deixou denotar o jornal dias depois: "À sessão compareceu o que Manaus possui de mais seleta em todos os ramos da atividade pública e o mundo oficial, pela representação dos seus mais notáveis elementos".⁴⁶

A imprensa diária não poupou elogios à iniciativa e ao ato solene, assim como permite analisar que, ainda naquele ano, diante das possibilidades alvissareiras para a instituição, havia uma memória viva das antigas investidas para a organização de iguais entidades que não floresceram, inclusive nos discursos que se fizeram ouvir,

45 *A Capital*, Manaus, 9 de janeiro de 1918.

46 *Idem, idem*, 11 de janeiro de 1918.



Academia Amazonense de Letras

É oportuno registrar que a realização dessa tentativa é devida ao esforço e principalmente à energia moral de intelectuais de prestígio, vencendo a resistência do meio, notadamente hostil senão às belezas das Artes e das Letras, ao menos às organizações semelhantes a que se inaugurou auspiciosamente na noite de ante-ontem.⁴⁷

O segundo evento a marcar a presença da instituição estimulando a participação de seus fundadores e reunindo seleta platéia, foi a 4 de julho de 1918, com a conferência não menos ilustrada do mestre do direito Francisco Pedro de Araújo Filho, sobre o tema “A poesia do direito”, igualmente elogiada pela imprensa diária e em noite muito bem concorrida.

A SEDE

Tendo funcionado no prédio da Biblioteca Pública, no Ideal Club, nos bancos de praça, na casa de Benjamin Lima, na residência de Péricles Moraes, no Instituto Universitário Amazonense, propriedade de seu secretário José Chevalier, no palacete de Alcides Bahia, no café “Itatiaia”⁴⁸ em diversas ocasiões, ou em qualquer lugar onde se encontrasse um grupo de acadêmicos, de forma nômade, portanto, a Academia conseguiu sua sede própria em 5 de julho de 1934, com a decisão do Interventor Federal, capitão Nelson de Mello, fazendo publicar o Ato nº 3.708/1934.

Trata-se do prédio que servia ao antigo teatro do Instituto Benjamin Constant, cujo edifício principal foi propriedade do barão de São Leonardo e no qual, ao tempo do império do Brasil, fora instalado o Museu Botânico do Amazonas, dirigido pelo sábio João Barbosa Rodrigues, sob os auspícios da princesa Isabel. O núcleo construtivo principal era de propriedade daquela importante figura da política, cearense, que foi vice-presidente e presidente da província do Amazonas,⁴⁹ tendo substituído ao presidente Jacyntho Rego

⁴⁷ Idem, idem, idem.

⁴⁸ O Café Itatiaia era de propriedade do pernambucano Fausto Porto, filho de dona Leonor Porto, reconhecida abolicionista nordestina, e ponto de encontro dos intelectuais da época.

⁴⁹ Leonardo Ferreira Marques nasceu no Sítio Fortuna, em Mombaça-Ce, a 8 de agosto de 1817 e faleceu em Fortaleza-Ce, a 9 de junho de 1894, aos 76 anos de idade. Filho de Raimundo Ferreira Marques e de Tomásia Ferreira Marques, e tetraneto de Maria Pereira da Silva, uma das primeiras habitantes e fundadora da cidade de Mombaça. Teve três irmãos: José Ferreira Marques Brasil, Bento Ferreira Marques Brasil (capitão Bento Brasil) e Antônia Ferreira Marques (que foi casada com Francisco Aderaldo de Aquino, bisavós maternas do ex-governador do Estado do Ceará Dr. Plácido Aderaldo Castelo).

e deixado o cargo em mãos de João Wilkens de Mattos, o mesmo que foi o primeiro secretário da Província, em 1852. Sua curta administração foi de 24 de agosto a 26 de novembro de 1868, mas sua influência na vida política e financeira provincial era expressiva amazonense e com relações de família que continuaram fortes na política local.

Estava localizada no bairro de São Sebastião. Era rocinha cercada de pau-a-pique, em certa época impedindo a serventia pública das águas do igarapé dos Remédios. Era uma casa central, elevada, posta por sobre um morrote na rua de Ramos Ferreira, “uma simplória casa colonial, de pedra, coberta de telha, (...) com a cerca e portão monumental de ferro trabalhado”, como salienta Mário Ypiranga Monteiro⁵⁰. Para o mesmo e antigo mestre da historiografia de Manaus, “por dentro a mansão deveria ser muito ampla, muito confortável, pois o inefável titular gozava da fama de próspero, com seu cajual rendendo pingues renditos”.⁵¹

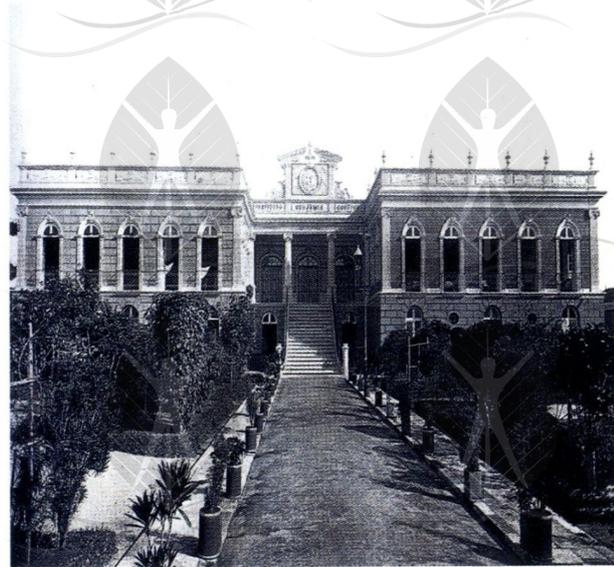
Era casa de quatro janelas de arco ogival, sem empostas, e uma porta central, com telhado disposto em simples repouso sobre a cimalha, com telhas de barro, sem platibanda. Depois de ter sido Museu Botânico, e mais tarde o Asilo Orfanológico Elisa Souto foi o Instituto Benjamin Constant, para cuja função foi construído um anexo, para servir de teatro, local de recreação das alunas internas, no mesmo modelo de um grupo escolar que vinha sendo adotado como padrão em Manaus, o Grupo Escolar Euclides da Cunha, na Cachoeirinha, ainda existente e com a mesma fachada e adornos.

Exatamente este anexo foi transferido para ser a sede da Academia Amazonense de Letras, em local importante do centro da cidade, nas proximidades do Teatro Amazonas, na praça de Antônio Bittencourt, antiga praça do Palácio, no alto da avenida de Eduardo Ribeiro, tudo a demonstrar escolha bem selecionada pelos interessados na medida, e que logo em seguida foi também mobiliado de forma adequada para as novas funções, em menos de um ano.

Foi voluntário na “Balaçada”, ao lado de Luís Alves de Lima e Silva, nas províncias conflagradas do Maranhão, Piauí e Ceará. Ao findar a revolta era capitão, com 24 anos incompletos. Já como coronel recebeu do governo imperial as comendas “Imperial Ordem da Rosa” e “Imperial Ordem do Cruzeiro”. Foi 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas, chegando a assumir a presidência a 24 de agosto de 1868, por um período de três meses. Foi casado com a francesa Aline Gauthier, Baronesa de São Leonardo, nascida a 1º de julho de 1823 e falecida a 10 de julho de 1904, aos 81 anos de idade, com quem teve quatro filhos. O título nobiliárquico foi concedido por D. Luís I (1838 – 1889), 32º rei de Portugal por decreto de 23 de novembro de 1870.

50 MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Arquitetura. Tratado sobre a evolução do prédio amazonense**. Manaus, 2006, p. 91.

51 Idem, idem, idem.



Jardins do Instituto Benjamin Constant, antigo palacete do barão de São Leonardo.

Do tratamento interno e da mobília organizada para a inauguração da Casa, as notícias são muito reduzidas, e os documentos ainda mais raros. Uma prospecção nas paredes internas do salão principal, entretanto, indicou ter existido um barramento decorativo, e a aplicação de gregas rebordadas em todas as paredes, de cima abaixo, questão confirmada em fotografias da época. Os móveis eram simples, a deduzir das fotos de época ainda existentes em álbum especial, destacando-se apenas as poltronas dos acadêmicos, encimadas com armas ou brasão instituído para a entidade, dourado, ainda usado.

A fachada externa durante muitos anos ficou conforme o original e pode ser constatado em fotos, mas veio a ser alterada nas obras realizadas sob a presidência de Salignac e Souza, visando ampliar as condições de funcionamento da entidade, suprimindo-se os óculos comuns ao tipo de prédio, por portões e escavação nos porões que passaram a ser habitáveis.

A obtenção da sede, por certo, deve-se às relações políticas e intelectuais de Adriano Jorge e Péricles Moraes com o interventor Nelson de Mello. Péricles, aliás, foi membro da equipe daquele governo, inclusive na diretoria da Instrução Pública, como foi também Secretário Geral do Estado. Não pode passar despercebido o fato de que Péricles Moraes, Araújo Lima, Washington de Mello e André Araújo, todos acadêmicos de proa, integravam a equipe de governo do interventor federal Nelson de Mello, em cargos de relevância, e devem ter influído para a cessão do imóvel e demais providências. Tal circunstância, entretanto, não deve tirar o mérito especial da entidade em conseguir se fixar como representativa dos valores da intelectualidade amazonense, como o prestígio do seu presidente, e a visão e compreensão da importância do gesto pelo próprio governante que, aliás, demonstrou em seu governo uma ampla visão no campo da educação, fazendo escolas e jardim da infância com pequenos museus e bibliotecas.

Péricles esclarece a participação do capitão e interventor federal, na vida acadêmica:

Foi quando, como por efeito de um milagre, nos surgiu um Mecenas inesperado: o capitão Nelson de Mello, que é hoje general dos mais valorosos e bravos do Exército, em cujos bordados gloriosos resplandem os rasgos de sua intrepidez nas campanhas da Itália. Nobre, generoso, intuitivo, o Interventor federal no Amazonas,

após a revolução de 30, desde o primeiro instante compreendeu a penosa conjuntura dos homens de letras planiciárias. Vivíamos como ilotas amaldiçoados, lutando contra a impostura impermeabilidade do meio hostil, e o abandono dos governantes apedeutas, que só galardoavam os mediócras e os subservientes, sem uma casa onde realizássemos as nossas tertúlias, sem biblioteca, sem livros, sem arquivos, sem um jornal para a expansão das nossas ideias. Nelson de Mello sob a ação catalítica de sua personalidade deu-nos tudo: honrarias, sede própria, mobiliário moderno, tribuna, poltronas acadêmicas, em suma, todo o aparato sóbrio e imprescindível às organizações estritamente literárias. E não foi só. Determinou que a Revista da Academia fosse editada gratuitamente, nas oficinas do Diário Oficial".⁵²



Marechal Nelson de Mello.

Foi ato de governo, pura e simples, declarou o interventor federal em seu discurso no dia da inauguração da sede, afirmando:

*Senhores. Ainda ressoam aos meus ouvidos os ecos dos discursos proferidos, aqui, pelos oradores que, com o aticismo e as galas de estilo acadêmico, saudaram e exalçaram com uma generosidade só igualada à cultura que exorna seus espíritos, o meu gesto singelo de doar à Academia Amazonense de Letras uma sede condigna ao nobilíssimo fim a que se destina. E a esse meu ato de governo, que pratiquei com a frieza e a serenidade do cumprimento trivial de um dever, responde a elite intelectual amazonense que constitui esse sodalício com o esplendor dessa festa que me deslumbra e me comove*⁵³

No ano da inauguração da sede, em 1935, eram acadêmicos: José Chevalier, Benjamim Lima, Adriano Augusto de Araújo Jorge, Heliodoro Balbi, Raul de Azevedo, Péricles Moraes, Benjamim de Souza, Otávio Sarmiento, J. F. de Araújo Lima, Nunes Pereira, Paulo Eleuthério, Carlos Eugênio Chauvin, Gaspar Guimarães, J. Mendonça Lima, Huascar de Figueiredo, Genésio

⁵² MORAES, Péricles. **Benjamim Lima e a Academia**. Revista da Academia Amazonense de Letras, número 3, setembro de 1955. Manaus: Imprensa Pública, 1955, p. 12.

⁵³ Idem, idem, p. 8.

Cavalcante, Aurélio Pinheiro, Jonas da Silva, Coriolano Durand, João Lêda, Dorval Porto, Virgílio Barbosa, Álvaro Botelho Maia e Generino Maciel.

Mesmo sendo considerado pelo próprio interventor como um ato puro e simples de governo, se deve compreender como de bom governo, porque ele soube entender os objetivos da entidade e certamente foi um dos fatores responsáveis pela continuidade da Academia, seu funcionamento e contribuição social, constituindo um ponto de encontro e uma referência histórica.

ATO DE DOAÇÃO DO EDIFÍCIO

A situação financeira do Estado era grave. Elevada dívida externa, sobretudo pelo famoso empréstimo de letras à Société Marseillaise, cujo contrato só teria termo em 1957, com juros acumulados de 24 anos, além dos existentes à época, chegando a uma soma astronômica de mais de 177.272.400,04 francos, no câmbio de \$500 réis, valor que ainda não representava a totalidade da dívida estadual. A situação do funcionalismo era crítica, com salários reduzidos em 1931 e 1932 e o que ainda permitia algum pagamento era recurso originado de antecipação da indenização do Acre que contribuiu para resgatar dívidas de funcionários junto ao Banco do Brasil, datadas de 1922. Uma reforma administrativa simplificou a estrutura do estado para reduzir custos, mas não foi suficiente para dar folga aos cofres oficiais.

Ainda assim o governo conseguiu promover alguns investimentos e obras públicas, na capital e no interior, notadamente na área de educação e saúde, que foram bastante privilegiadas, e tudo o levava a crer que o Amazonas “ainda pode ressurgir do colapso econômico financeiro que o vem afligindo”⁵⁴, tudo a depender de ações patrióticas de seus dirigentes e da sociedade. A cidade de Manaus tinha uma população recenseada em pouco mais de 45 mil almas, incluindo brasileiros, portugueses (a primeira colônia estrangeira), espanhóis, italianos, sírios, peruanos, barbadianos, alemães, ingleses, turcos, marroquinos, gregos, russos e polacos, dentre outros.⁵⁵

54 Ver a respeito MELLO, Nelson de. **Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas**, Manaus: Imprensa Pública, 1935.

55 Diário Oficial do Estado, Manaus, 5 de junho de 1934.

Era de tal ordem a consideração de Nelson de Mello por Péricles que, anos depois, quando da edição especial da Revista da Academia em homenagem ao jubileu literário de Péricles Moraes, o general escreveu pequena correspondência para ser publicada, afirmando:

Associo-me, com a melhor simpatia, à homenagem que a Academia Amazonense de Letras presta ao seu presidente Péricles Moraes – o patriarca das letras do Amazonas. Conheci-o, há 22 anos, quando estive nesse Estado, e fi-lo meu auxiliar de Governo.

Pude, então, no seu convívio diário, aquilatar, a par de sua imensa cultura literária, o rico teor de bondade e de caráter que emoldura sua singular figura humana.⁵⁷

Ato semelhante havia sido praticado pelo governador Pedro Bacellar, em 1917, doando a sede do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, atualmente em pleno funcionamento e completamente restaurada, e fator determinante para a continuidade da instituição.

SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA SEDE

A solenidade de inauguração da sede foi realizada no dia 6 de janeiro de 1935, sob a presidência do acadêmico Adriano Augusto de Araújo Jorge, no chamado palacete da praça de Benjamin Constant, às 20h30, de uma noite chuvosa. Entre os convidados especiais estavam o interventor Nelson de Mello, o bispo diocesano, o major Chagas Leite comandante do Batalhão de Caçadores, o presidente da Corte de Apelação, o prefeito de Manaus e o chefe de polícia. Presentes os acadêmicos Adriano Jorge, Péricles Moraes, Anísio Jobim, Carlos Chauvin, Araújo Lima, Waldemar Pedrosa, Leopoldo Péres, Coriolano Durand, Agnello Bittencourt, Jonas da Silva e Huascar de Figueiredo.

O grupo de oradores não poderia ter sido de melhor quilate: Adriano Jorge, Huascar de Figueiredo, Leopoldo Peres e Araújo Lima. Os agradecimentos foram feitos pessoalmente em discurso escrito pelo capitão Nelson de Mello, seguindo-se a apresentação da orquestra do maestro João Donizetti.



Solenidade de inauguração da Academia Amazonense de Letras, e homenagem ao capitão Nelson de Mello, interventor federal no Amazonas.

⁵⁷ Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 6, Manaus: Imprensa Oficial, agosto de 1956, p. 9/10.

Estava para findar aquela administração interventorial. Curta, proveitosa para a educação e a saúde públicas, especialmente para o ensino técnico de enfermagem, vacinação, recenseamento, organização da dívida estadual, o jardim da infância e a Escola Normal. Findaria em 2 de fevereiro seguinte, quando o interventor transferiu o cargo ao seu sucessor, com relatório circunstanciado dirigido ao presidente Getúlio Vargas.

Sobre o que era e representava a Academia, naqueles anos, cabe a interpretação de Ramayana de Chevalier:

*uma sociedade heterogênea cruzava os salões da Academia, mulheres belas, gente requintada, palestras amáveis, "boutades", "potins". Ali se reunia o grande mundo cerebral da cidade para ouvir os intelectuais. O Amazonas era por essa época, uma praia remota, polvilhada de ouro, onde naufragaram aventureiros e artistas de todos os quilates. (...) O acontecimento, porém, era o serão da Academia. Trinta homens, espumas doiradas de um imenso sonho agonizante, compunham o sodalício. Cada um na sua cadeira de espaldar elevado, de loiros em relevo formando alas. Na mesa, presidindo, como alguém que roçasse as asas nas dos anjos, esse fulgurante Adriano Augusto de Araújo Jorge, que o Amazonas fagocitou para nunca mais soltar*⁵⁸

Há de ter sido um marco. Um evento especial. Parte expressiva dos escritores, jornalistas, professores, magistrados, dos sonhadores de 1918, recebiam as condições materiais mais importantes para que a Academia pudesse ter prosseguimento. A casa. O teto para as reuniões, para os saraus, os encontros litero-musicais, as confabulações.

PRESIDENTE DE HONRA

Na ocasião da inauguração da sede a Academia conferiu ao capitão Nelson de Mello o título de Presidente de Honra, apondo seu retrato no salão nobre da Casa. Nada mais justo. Seria a melhor resposta a ser dada a um



Ramayana da Chevalier

⁵⁸ CHEVALIER, Ramayana. **Os olhos que se fecharam**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, ano XLVIII, Manaus: Imprensa Oficial do Estado, julho de 1968, p. 50.



Nelson de Mello

governante que compreendia o papel que a Academia vinha desempenhando na sociedade, e o futuro que estava reservado. Aliás, a Academia em toda a sua história tem sido bastante comedida em homenagens, atendo-se realmente àqueles que fazem por merecer e contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento de suas atividades. Sem favores, tal como sucedeu na primeira honraria.

Nelson de Mello nasceu em Santana do Livramento (RS), no dia 20 de agosto de 1899, filho de Francisco Antônio de Siqueira e Melo e de Maria Isabel de Aguiar Melo, e ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ), assentando praça em março de 1917.

Atuou na Revolução de 1930, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, inclusive nas operações militares. Em 1931 foi promovido a capitão e transferido para Pernambuco, onde assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Em setembro de 1933 tornou-se interventor federal no Amazonas, cargo que exerceu até 1935.

Foi ainda em 1943 chefe de polícia do Distrito Federal, cargo que deixou em razão de promoção ao posto de coronel, por merecimento, em 1944. Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Regressou ao Brasil em julho de 1945. Foi ele que recebeu a rendição do general alemão Fetter. Promovido a general-de-brigada em abril de 1950, concorreu à presidência do Clube Militar, sem êxito, mas chegou à vice-presidência do clube em maio de 1952.

Em março de 1955 assumiu a Diretoria de Recrutamento do Exército no Rio de Janeiro e, em junho, o comando da 5ª DI, sediada em Ponta Grossa (PR). Apoiou o movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott em 11 de novembro de 1955, para assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Foi um dos comandantes que se opôs aos três generais que eram contrários ao movimento: Fiúza de Castro, Alcides Etchegoyen e Tasso Tinoco. Tais resistências foram esmagadas do ponto de vista militar com a atuação general Olimpio Falconieri da Cunha, para controlar as guarnições que encontrasse pelo caminho; outra pelo general Nelson de Mello avançando de Ponta Grossa, no Paraná; e, a terceira, de Mato Grosso, pelo general Fernandes. Pouco depois foi o executor do estado de sítio constitucional no Paraná.

A partir de janeiro de 1956, foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, função que exerceria durante todo o governo de Juscelino e

reprimiu em uma semana a Revolta de Jacareacanga, deflagrada em fevereiro de 1956. Exerceu tais funções de 31 de janeiro de 1956 a igual data de 1961.

Promovido a general-de-divisão em novembro de 1956 e a general-de-exército em novembro de 1959, em dezembro ajudou a debelar o levante militar chefiado pelo tenente-coronel-aviador João Paulo Burnier e pelo major-aviador Haroldo Veloso, os líderes do conhecido movimento de três dias de Aragarças, em protesto contra os rumos políticos que tomava o governo Kubitschek.

Em 2 de outubro de 1956 foi um dos poucos que esteve no local de construção da futura capital, Brasília, acompanhando Juscelino, que ali chegou com dois aviões da FAB, com o ministro da Guerra, marechal Lott e o ministro de Obras Públicas, Lúcio Meira.

Em fevereiro de 1961 passou a chefiar a delegação brasileira à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual presidiu nessa mesma época. Em outubro foi nomeado pelo presidente João Goulart, comandante do II Exército. Em julho de 1962 tornou-se ministro da Guerra. Com a renúncia do primeiro-ministro, Francisco Brochado da Rocha, no dia 14 de setembro, foi substituído pelo general Amauri Krueel, ao tempo do parlamentarismo.

Em dezembro de 1963 foi transferido para a reserva no posto de marechal. Em março de 1964, participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu em São Paulo mais de 500 mil pessoas em protesto contra o governo João Goulart.

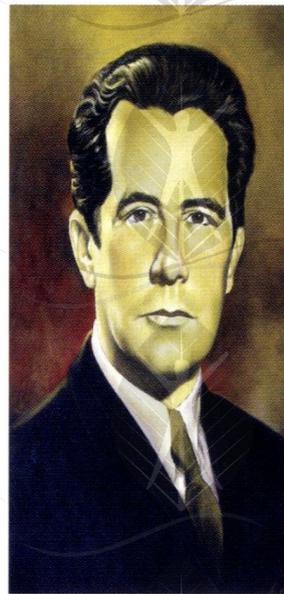
Foi reformado em junho de 1969. Em 1970, passou a integrar a diretoria da empresa Ericsson do Brasil, com matriz na Suécia.

Casou-se com Odete Guimarães Santos Melo, com quem teve uma filha. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 3 de janeiro de 1989.

Exerceu a interventoria federal no Amazonas no período de 10 de outubro de 1933 a 19 de fevereiro de 1935, cumprindo nomeação do presidente Getúlio Vargas, e sucedendo a Waldemar Pedrosa que substituíra Antônio Rogério Coimbra. Foi substituído pelo governador eleito, Álvaro Botelho Maia.

Na mensagem apresentada quando da conclusão de seu governo, enviada ao presidente Vargas, fez questão de mostrar o cumprimento de uma missão de soldado, com eficiência, afirmando:

No período de nossa gestão administrativa, desdobramos, com energia e inflexibilidade, um programa isento de



Álvaro Botelho Maia

*paixões intolerantes e completamente divorciado das competições políticas, susceptível de iniciativas construtoras e fecundas, e, sobretudo, capaz de resistir aos embates da opinião e do sentimento popular, que sempre se inclinaram a prestigiá-lo, com dignidade exemplar.*⁵⁹

Sobre ele e sua passagem no governo na qualidade de representante do movimento revolucionário de 30, Adriano Jorge, no discurso da inauguração da sede, sintetizou:

*Homem de governo, vibrando no seu dinamismo poliédrico e por isso mesmo capaz de enfrentar tudo com garbo sereno dos que se habituaram às influências do magnetismo do triunfo, o último interventor do Amazonas realizou um programa luminosamente fecundo, dentro do qual couberam as preocupações administrativas gerais, as financeiras, as políticas, as pedagógicas, as higiênicas, as intelectuais, as morais, as estéticas, outros tantos problemas complexos e sutis que a argúcia resoluta do homem de ação, o espírito de justiça do aristocrata mental e a firme boa vontade do patriota concretizaram no monumento imperecível que foi a sua obra de administrador, nimbada de uma fulguração de beleza integral.*⁶⁰

Ao receber o título de Presidente de Honra, depois das homenagens dos acadêmicos – Araújo Lima, Huascar de Figueiredo e Leopoldo Pêres –, Nelson de Mello declarou agradecendo:

Longe estava eu, dentro da recalcada modéstia da minha rude vida de soldado, sem reclamos e sem refolhos, toda ela sulcada de lutas cruentas, de sacrifícios e de renúncias de toda a sorte, pelo ideal de um Brasil melhor, longe estava eu, dizia, de aspirar ou, sequer, sonhar

59 MELO, Nelson. **Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, presidente da República**, 2 de fevereiro de 1935, Manaus: Imprensa Pública, 1935, p. II

60 JORGE, Adriano. **Palavras na solenidade de inauguração da sede da academia**, Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial, fevereiro de 1935; Manaus: Imprensa Pública, 1935, p. 3.

*as homenagens excepcionais de que sou alvo neste momento, com a presidência de honra que me conferistes e a aposição do meu retrato na sala de sessões deste sinhedrim de letras. Se não fora meu espírito blindado contra quaisquer veleidades, certo julgar-me-ia, nesta hora, merecedor de todas as provas de apreço que me dais. A vossa fidalguia e magnanimidade, acolhendo-me nesta casa, meço-a, antes, pelo júbilo que alvoroçou vossos corações ante a grata nova de que a vossa família espiritual já possuía um teto.*⁶¹

Para confirmar perante a história e a tradição da Academia, tal homenagem, a concessão oficial do título de Presidente de Honra foi inscrita no art. 16 do estatuto de 29 de novembro de 1934, com uma redação bastante singela: “Pelos inestimáveis serviços prestados à Academia, é conferido ao Sr. Capitão Nelson de Mello o título de Presidente de Honra”.

O interventor Nelson de Mello deu também atenção especial ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, adquirindo para aquela entidade, o Museu Rondon, com variado e rico acervo organizado pelo escritor Crisantho Jobim, por onze contos de réis, ainda agora em funcionamento e bastante enriquecido.

O BRASÃO

O brasão símbolo da Academia está composto por uma tocha com duas penas entrelaçadas, em torno da qual se inscreve o nome do silogeu. Vem publicado pela primeira vez na Revista da Academia de fevereiro de 1955, precisamente na capa daquela edição, sob a presidência de Pêricles Moraes, mas é possível ver que se encontrava no salão nobre, em 1935, quando da inauguração da sede.

Esteve disposto durante anos no salão nobre da Academia, e com a restauração de 2009 foi transferido para a sala do presidente, denominada de Marechal Nelson de Mello, encimando a cadeira presidencial.



Brasão símbolo da Academia

⁶¹ MELLO, Nelson de. **Resposta em agradecimento.** Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial, fevereiro de 1935. Manaus: Imprensa-Pública, 1935, p. 22.



Tem estado impresso em todas as edições da Revista da Academia, no colar acadêmico, no botom usado informalmente pelos acadêmicos, no diploma e nos prêmios que a instituição outorga. Mantém o significado mais antigo dos brasões tradicionais, de representação emblemática da instituição. Encontra-se exposto em placa de bronze na parte frontal e entrada principal da sede da Academia.

O COLAR ACADÊMICO

Trata-se de colar com corrente portando o brasão da Academia, esmaltado, em cores verde e vermelho, e alto e baixo relevo, produzido em casa especializada no Rio de Janeiro, em peça circular, de 6,5 cm de circunferência, com fundo dourado, palmas verdes, tendo ao centro, em fundo esmaltado de branco a tocha com as penas entrelaçadas, conforme o brasão original da Academia, e na parte superior a inscrição data de 1º de janeiro de 1918, correspondente à fundação da entidade, e na parte inferior a expressão Academia Amazonense de Letras. No verso, em alto relevo, a mesma tocha e penas, com o mesmo dígito de denominação da entidade, em fundo dourado.

É outorgado por ocasião da posse e recebimento do diploma, em sessão solene da Academia. Usado de forma obrigatória e exclusiva pelos membros titulares da Academia, considerados “imortais”, conforme regra do estatuto, especialmente em traje oficial para as solenidades do silogeu que exigem o uso de “smoking” para os homens e traje social escuro para as mulheres.

Embora fosse aspiração antiga, analisada em várias ocasiões, desde há muito, somente foi possível ser concretizado nos anos 1980, sob as presidências de Mário Ypiranga Monteiro e Mendonça de Souza, em razão de apoio financeiro da Superintendência da Zona Franca de Manaus ao tempo da administração do professor Ruy Alberto Costa Lins.



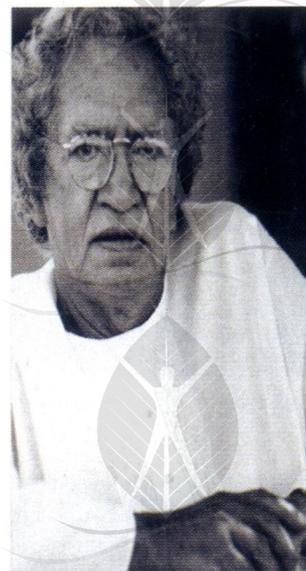
O colar acadêmico

O DECANATO ACADÊMICO

Tomada a data de posse dos seus membros titulares, a Academia organiza um quadro especial em que se destaca o decano, ou seja, o mais

antigo membro da instituição em contribuição para os trabalhos acadêmicos, uma vez que depois de eleito e empossado nenhum dos seus membros perderá a condição de titular da entidade.

Observada a ordem de posse, portanto, o decanato acadêmico atual, em novembro de 2009, constituído dos dez mais antigos acadêmicos está formado por: Amadeu Thiago de Melo (5 de fevereiro de 1955) – o decano –, Élson José Bentes Farias (3 de fevereiro de 1969); Waldemar Batista de Salles (25 de julho de 1969); Jorge Tufic Alaúzo (22 de agosto de 1969); Mário Augusto Pinto de Moraes (18 de março de 1970); William Antônio Rodrigues (10 de abril de 1970); Newton Sabbá Guimarães (5 de maio de 1972); Robério dos Santos Pereira Braga (25 de setembro de 1982); José Bernardo Cabral (09 de fevereiro de 1983) e Ruy Alberto Costa Lins (29 de agosto de 1985).



Thiago de Melo

ACADEMIA DE TODAS AS LETRAS

Tomado um levantamento na lista integral dos acadêmicos titulares é possível identificar que, embora tenha havido uma predominância de bacharéis, como de resto sucedeu sempre em todas as academias pelo país afora, a Academia Amazonense reflete um conjunto variado de formações profissionais em seu quadro, reconhecendo a contribuição de outros segmentos para as letras. Pode portar ao longo dos anos, professores, médicos, filósofos, odontólogos, políticos, dramaturgos, juristas, magistrados, poetas, contistas, ensaístas, romancistas, antropólogo, sociólogo, jornalistas, religiosos.

Foi o acadêmico padre Raimundo Nonato Pinheiro que registrou, segundo penso, pela primeira vez, a influente participação de magistrados nos quadros acadêmicos, quando das comemorações do cinquentenário de fundação da entidade.

E não poderia ter sido diferente, exatamente porque a tradição brasileira, e do Amazonas em particular, de influência sociocultural dos bacharéis em direito, sempre foi intensa. Em Manaus, principalmente depois da extinção da Universidade Livre de Manáos, permanecendo em funcionamento a faculdade de Direito, também por isso, várias gerações foram até forçadas a buscar a formação jurídica, por falta de opção.



Padre Raimundo Nonato Pinheiro

Uma lista nominal constituída ao longo destes anos indica que atuaram e atuam na Academia portando também vestes talares de desembargador, os escritores Sá Peixoto, Gaspar Guimarães, Jorge Carvalhal, Arthur Virgílio, Anísio Jobim, André Araújo, Salignac e Souza, Sadoc Pereira, Oyama Ituassu, Paulo Jacob, Mário Verçosa, Lafayete Vieira, José Braga.

Dentre juizes e advogados estão Aderson de Menezes, João Nogueira da Matta, Álvaro Maia, Benjamin Lima, Francisco Pereira da Silva, Mário Ypiranga Monteiro, Arthur Reis, Huascar de Figueiredo, João Chrysóstomo de Oliveira, Leopoldo Péres, Plínio Coelho, Achilles Beviláqua, Paulo Eleutério, José Lindoso, Waldemar Pedrosa, Washington Mello, Bernardo Cabral, Newton Sabbá Guimarães, Jefferson Péres, Jauary Marinho, Francisco Gomes da Silva, Robério Braga, Aderson Dutra, Armando Menezes, Max Carphentier, Ruy Lins, Arlindo Porto, Araújo Filho, Waldemar Salles, Paulo Nery, Octávio Mourão, Mendonça de Souza, Rodolpho Valle, Álvaro Maia, Félix Valois, Gebes Medeiros, Francisco Gomes da Silva, Carlos Araújo Lima, Vivaldo Lima.

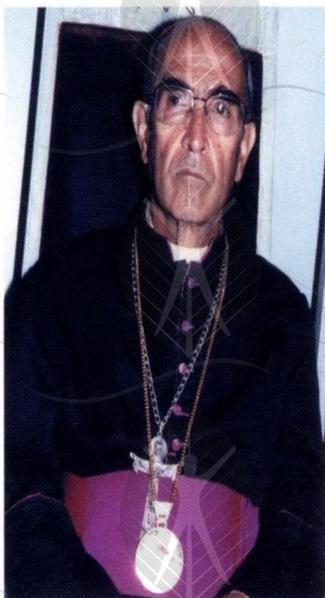
Entre os eleitos e não empossados, estão os desembargadores João Machado Pereira Júnior, Azarias Menescal de Vasconcellos e o promotor Geraldo de Macedo Pinheiro.

Foram magistrados com exercício junto ao Tribunal de Contas, os acadêmicos: Josué Cláudio de Souza, Arlindo Porto, Armando de Menezes e Elson Farias.

Em que pese a longa lista de bacharéis em direito justo é registrar que todos desenvolveram outras atividades como magistério, política e jornalismo, e se dedicaram aos estudos da língua portuguesa, da história, do direito, do folclore, sendo ao mesmo tempo cronistas, poetas e contistas.

Entre padres e pastores, portanto, oficiantes de religião, a Academia ostenta o padre Pereira Neto, padre Nonato Pinheiro, dom Alberto Gaudêncio Ramos, cômego Walter Nogueira, dom Luis Soares Vieira – atual arcebispo de Manaus e vice-presidente da CNBB –, padre José Pereira Neto, pastor João Chrysóstomo de Oliveira, pastor Moacyr Alves.

Há os médicos e cientistas, com bastante realce: Adriano Jorge, Djalma Batista, Cláudio Araújo Lima, Cláudio Chaves, Jorge de Moraes, Ramayana de Chevalier, Ribeiro da Cunha, Vivaldo Lima, J. Mendonça Lima, Manoel Bastos Lyra, William Rodrigues, Mário Moraes, Alfredo da Matta, Nunes Pereira, Marcos Barros.



Dom Luis Soares Vieira

Dentre os jornalistas, conforme os conceitos de várias épocas estão os acadêmicos: Adriano Jorge, Álvaro Maia, Benjamin Lima, Coriolano Durand, Heliodoro Balbi, Huascar de Figueiredo, Paulo Elheutério, Raul de Azevedo, Epaminondas Barahuna, Josué Claudio de Souza, Aderson de Menezes, Almir Diniz, Aristophano Antony, Arlindo Porto, Áureo Nonato, Bernardo Cabral, Carmem Nóvoa, Djalma Batista, Élson Farias, Genesino Braga, Jefferson Péres, João Chrysostomo, José Braga, José Lindoso, Leopoldo Péres, Mário Ypiranga Monteiro, dom Luís Soares Vieira, Max Carphentier, Mendonça de Souza, Moacyr Rosas, Nonato Pinheiro, Plínio Coelho, Ramayana de Chevalier, Robério Braga, Tenório Telles, Thiago de Mello, Ulysses Bittencourt, Aldisio Filgueiras, Márcio Souza, Aníbal Beça, Raymundo Monteiro, Pércles Moraes, Generino Maciel, Genésio Cavalcante, Achilles Beviláqua.

Dentre os historiadores estão: Gaspar Guimarães, Agnello Bittencourt, Anísio Jobim, Antonio Loureiro, Armando Menezes, Arthur Reis, Francisco Gomes da Silva, Genesino Braga, João Nogueira da Mata, Mário Ypiranga Monteiro, Mavignier de Castro, Luiz Maximino, Mendonça de Souza, Oyama Ituassu, Robério Braga, Rodolpho Valle, Ruy Lins, Samuel Benchimol, Ulysses Bittencourt, Márcio Souza, Mário Verçosa, Rosa Mendonça de Brito.

Dentre os poetas, embora nem todos tenham permanecido poetas ao longo da vida, estão: Heliodoro Balbi, Th. Vaz, Benjamin de Souza, Nunes Pereira, Pércles Moraes, Raimundo Monteiro, Odilon Lima, Jonas da Silva, Álvaro Maia, José Maria Pinto de Figueiredo, Violeta Branca, Alencar e Silva, Almir Diniz, Américo Antony, Anthistenes Pito, Nonato Pinheiro, Cosme Ferreira Filho, Élson Farias, Homero de Miranda Leão, João Nogueira da Matta, Jorge Tufic, Lafayette Vieira, Mário Ypiranga Monteiro, Mavignier de Castro, Max Carphentier, Mitridates Corrêa, Moacir Andrade, Nonato Pinheiro, Pereira da Silva, Plínio Coelho, Sadoc Pereira, Tenório Telles, Thiago de Mello, Aldisio Filgueiras, Francisco Pedro de Araújo Filho.

Os romancistas e ensaístas incluem: Álvaro Maia, Aurélio Pinheiro, Raul de Azevedo, Epaminondas Barahuna, Almir Diniz, Áureo Nonato, Carmen Nóvoa, Djalma Batista, Cosme Ferreira Filho, Gebes Medeiros, Genesino Braga, Hugo Bellard, Jefferson Péres, Lafayette Vieira, Luiz Soares Vieira, Mário Ypiranga Monteiro, Newton Sabbá Guimarães, Paulo Jacob, Sócrates Bonfim.

Dentre os memorialistas, podem ser incluídos: Paulo Elheutério, Agnello Bittencourt, Pércles Moraes, Raul de Azevedo, Josué Claudio de



Nunes Pereira



Pércles Moraes



Raimundo Monteiro



Jonas da Silva



José Maria Pinto de Figueiredo



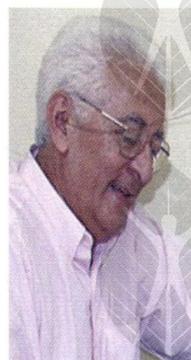
Violeta Branca



Alencar e Silva



Padre Nonato Pinheiro



Élson Farias



Max Carphentier



Aldisio Filgueiras

Souza, Ulysses Bittencourt, Almeida Barroso, Gebes Medeiros, Jefferson Pêres, João Nogueira da Matta, Mário Ypiranga Monteiro, Moacir Andrade, Moacyr Rosas, Newton Sabbá Guimarães, Paulo Nery, Robério Braga, Ruy Lins, Thiago de Mello, Áureo Nonato.

MINISTRO. REITOR

Dentre todos os membros da Academia o primeiro a ocupar o cargo de ministro foi Waldemar Pedrosa. Nomeado pelo presidente Café Filho exerceu o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Escritor, professor, advogado, procurador jurídico municipal, procurador da República, advogado, Waldemar foi interventor federal do Amazonas e senador da República, e também presidiu a Academia. Foi o primeiro amazonense a ocupar tal posição de destaque em tribunal superior.

Do mesmo modo sucedeu com o acadêmico José Bernardo Cabral, que foi ministro da Justiça, depois de ter sido secretário de Estado, deputado estadual, orador e presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, deputado federal, relator geral da Constituição de 1988.

Dentre os que ocuparam o cargo de Reitor é possível registrar com grande relevância os professores Aderson Pereira Dutra, Octávio Hamilton Botelho Mourão, Oyama César Ituassu da Silva, Aderson Andrade de Menezes, Marcos Luís Barroso Barros.

GOVERNADOR. SENADOR. DEPUTADO FEDERAL. DEPUTADO ESTADUAL. PREFEITO. VEREADOR

Como governador, foram os acadêmicos: Oyama Ituassu, Paulo Jacob, João Nogueira da Matta, Ávaro Maia, Arthur Reis, Plínio Coelho, José Lindoso, Paulo Nery, Waldemar Pedrosa, Arlindo Porto, Dorval Porto, Homero de Miranda Leão, Josué Cláudio de Souza, Francisco Pereira da Silva, Sá Peixoto.

Foram senadores da República os acadêmicos: Ávaro Maia, Anísio Jobim, Bernardo Cabral, Jefferson Pêres, Jorge de Moraes, José Lindoso, Sá Peixoto e Wademar Pedrosa.



Bernardo Cabral



Waldemar Pedrosa

Foram deputados federais os acadêmicos: Alfredo da Matta, Vivaldo Lima, Alcides Bahia, Dorval Porto, Josué Cláudio de Souza, André Araújo, Jorge de Moraes, Arlindo Porto, Cosme Ferreira Filho, José Lindoso, Leopoldo Péres, Paulo Nery, Francisco Pereira da Silva, Plínio Coelho, Cláudio Chaves, Euler Ribeiro (acadêmico eleito) e José Bernardo Cabral, que também foi Relator Geral da Constituição da República de 1988, o único amazonense a ocupar esta relevante posição.

Foram prefeitos, seja de Manaus ou de outras cidades, os acadêmicos: Plínio Coelho, Dorval Porto, Josué Cláudio de Souza, Paulo Pinto Nery, Jorge de Moraes, Homero de Miranda Leão, Péricles Moraes, Araújo Lima, Agnello Bittencourt e Ulysses Bittencourt.

Dentre os acadêmicos foram parlamentares do Estado ou do Município: Adriano Jorge, Alcides Bahia, Heliodoro Balbi, Raul de Azevedo, Raimundo Monteiro, Josué Cláudio de Souza, Armando de Menezes, Aristophano Antony, Achilles Beviláqua, Arlindo Porto, Bernardo Cabral, Félix Valois, Genesino Braga, Homero de Miranda Leão, Jefferson Péres, João Chrysostomo de Oliveira, Paulo Nery, Plínio Coelho, Robério Braga, Rodolpho Valle, Vivaldo Lima, Achilles Beviláqua.

ELEITOS E NÃO EMPOSSADOS

Algumas personalidades importantes das letras e ciências no Amazonas chegaram a ser eleitos para membros titulares da Academia, mas, por razões diversas, quase sempre de ordem pessoal, não chegaram a tomar posse, perdendo o direito pelo decurso de prazo, conforme regra do estatuto. Alguns, é bem verdade, proclamavam em conversa miúda que não desejavam verdadeiramente fazê-lo, nem haviam pretendido ingressar no silogeu.

Entre estes estão os desembargadores João Pereira Machado Júnior, Azarias Menescal de Vasconcellos, Geraldo de Macedo Pinheiro, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Henoch Reis, Simplicio Coelho de Rezende, Moacyr Paixão, Paulo Sarmento.

Assim sucedeu por morte, antes da posse, para os desembargadores João Machado Jr., e Melo Rezende e dom João da Matta Andrade e Amaral; por decadência do prazo fixado pelo estatuto para Geraldo Pinheiro, Henoch Reis e Azarias Menescal de Vasconcellos. Os escritores Moacyr Paixão e



Plínio Ramos Coelho

Paulo Sarmiento logo depois de eleitos foram transferidos para o quadro de correspondentes por haverem mudado de domicílio. Na cadeira de Afonso Arinos foi empossado em 10 de janeiro de 1950, o padre Nonato Pinheiro. Registre-se que Moacyr Paixão foi eleito sócio Correspondente em 1959, na presidência interina de Djalma Batista.

ÚNICA E LONGA ESPERA

Rompendo todas as regras estatutárias que vigoram naquele período, a Academia esperou o advogado, político e professor Plínio Ramos Coelho, por mais de 20 anos para efetivar a sua posse. É que eleito para a os quadros acadêmicos Plínio sofreu perseguição política, cassação de mandato eletivo e exílio dentro do próprio país, em razão do movimento militar de 1964.

A respeito de sua eleição em abril de 1963, Genesino Braga, com a tradicional maestria, fez publicar na imprensa⁶² artigo particularmente encantador, tratando da personalidade do professor, político, poeta, orador e escritor. Teria sido uma tarde invernososa e estiveram presentes Salignac e Souza, Álvaro Maia, Genesino Braga, Aristophano Antony, Nonato Pinheiro, André Araújo, Mário Ypiranga Monteiro, Mavignier de Castro, Moacyr Rosas, Sadoc Pereira, Carlos Almeida Barroso, a uma eleição recheada de homenagens ao candidato que, aliás, não se apresentara à Academia, mas foi por ela convocado. Justo notar que, alguns dos acadêmicos, haviam estado em posição política adversa ao governador Plínio Coelho, mas, mesmo assim, ele foi eleito à unanimidade, afinal, tratava-se do intelectual e não do político. A comunicação da posse foi levada ao Palácio Rio Negro. A respeito da eleição, há também artigo do padre Nonato Pinheiro sob o título “A caminho da acrópole literária”, na Revista da Academia.⁶³

Plínio foi eleito para a cadeira de n. 21, no dia 23 de abril de 1963, patrocinada por Tenreiro Aranha e inaugurada por Octávio Sarmiento, poeta e militar, um dos fundadores da Universidade Livre de Manaus, e sucedeu a Leopoldo Péres, Sócrates Bonfim e padre José Pereira Neto.

Sua posse foi algo singular na vida da Academia. Presente, aplaudi de pé sua entrada em passo comedido, simples, trajando um terno preto e

62 BRAGA, Genesino. **Plínio na poltrona 21**. Jornal do Comércio, Manaus, 27 de abril de 1963.

63 PINHEIRO, Nonato. **A caminho da acrópole literária**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 11, Manaus: Imprensa Pública, maio, 1963, p. 174/76.

gravata preta porque não possuía smoking. Fiquei atento para ouvi-lo em um discurso candente. Foi a única ocasião em que me deparei com João Nogueira da Mata em uma solenidade da instituição, porque de há muito se afastara da instituição, mas, naquela noite, disse-me de forma enfática: “vim receber e ver o mestre”.

Sua posse foi realizada em 23 de março de 1984, sob a presidência de Mendonça de Souza, sendo recebido pelo ex-presidente Mário Ypiranga Monteiro⁶⁴. Foram exatos 29 anos e 29 dias de espera, completamente distante de todas as regras estatutárias de todos os tempos na Academia. Uma excepcionalidade. Única e longa espera. Justa.

Pelo que me consta, cumprida a formalidade da posse, e com muita alegria, Plínio voltou a se recolher e, muito raro, se é que foi outras vezes à Academia. Uma única vez fui encontrá-lo na Casa e novamente na tribuna, proferindo o discurso de recepção ao acadêmico José dos Santos Pereira Braga, em sessão solene de 22 de maio de 1992. Era ainda o mesmo orador brilhante, inconfundível, clássico.

MUDANÇA DE PATRONO

Afora as mudanças de patronos autorizadas por reforma estatutária, pura e simples, duas precisam ser registradas à parte, ainda que tenham sido confirmadas em modificação do código de regras da instituição. No âmbito geral, foram principalmente duas as mudanças de patronato: em 1957 e em 1968. Em casos particulares, registro duas situações.

Eleito para a cadeira de França Junior, em 14 de julho de 1951, o acadêmico e escritor José de Castro Monte tomou posse em 25 de setembro de 1952, em solenidade na qual foi recebido pelo professor Mário Ypiranga Monteiro, sob a presidência de João Leda em razão da viagem de Péricles de Moraes a tratamento de saúde para o Rio de Janeiro. Tempos depois, atendendo a pedido do acadêmico, a entidade lhe concedeu a transferência de denominação da cadeira que passou a ser designada de Capistrano de Abreu.

O mesmo sucedeu com Arthur Reis que pleiteou de logo, antes mesmo da eleição, que a cadeira que lhe fosse destinada tivesse o nome de Estelita Tapajós, em homenagem a um dos grandes amazonenses que contribuíram

64 DINIZ, Almir. *Acadêmicos. Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico*. Manaus, 2002, p.162.



Poltronas Azuis (2009).

para os estudos mais importantes da região, ainda ao tempo do Império. A designação original da cadeira de n. 13 foi Escragnolle Taunay, depois modificada para Tobias Barreto e ocupada por Gaspar Guimarães, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, e finalmente Estelita Tapajós, desta feita para atender pedido de Arthur Reis.

OS CONTESTADORES VIRAM ACADÊMICOS

Ao longo dos anos grupos de intelectuais, os mais diversos, contestaram a Academia e seus membros. Contestação em todas as cores e tons possíveis e imagináveis. Tudo feito em conversas de botequins e cafés, alongadas, breves e até jocosas depreciações, artigos de jornal e livros. Diversos deles, anos depois, terminaram por ingressar na instituição, reconhecendo sua importância, buscando o galardão acadêmico e, via de regra, prestando grandes serviços às letras e à literatura brasileira, independente da condição de acadêmicos.

Logo nos primeiros dias da fundação, confirmada a notícia da criação da Academia espalhada pela imprensa local, surgiram reações de alguns escritores não escolhidos para a confraria, levando a que Álvaro Maia, valendo-se de pseudônimo de Rogério Bruno viesse a público tratar da instalação do silogeu e, de certa forma, dar explicações pela escolhas. Um dos mais resistentes à época era Antônio Mavignier de Castro,⁶⁵ integrante da chamada "Academia dos Novos", que se posicionava frontalmente contra a novel instituição e anos depois veio a integrá-la ocupando a cadeira de Torquato Tapajós, sucedendo ao fundador que fora Benjamin de Souza.

Sobre a ocasião afirmou, anos depois, Péricles Moraes:

Agitaram-se fragorosamente os arraiais literários. Os que ficaram à margem da seleção, argüiram-na de puro arbítrio, por apaixonada e em detrimento de valores autênticos, que foram julgados e preteridos por juízes incapazes, sem nenhuma autoridade. Uma saraijada de impérios desabou sobre nossas cabeças.⁶⁶

65 Eleito em 29 de outubro de 1949 e empossado em 6 de maio de 1950.

66 MORAES, Péricles. Benjamin Lima e a Academia. Revista da Academia, nº 3, 1955. p. 11.

Nos anos 1930 outro grupo de escritores compunha a barricada de resistência à imortalidade acadêmica, constituindo mais uma Academia dos Novos, por coincidência o mesmo nome da anterior, desta feita com Genesino Braga,⁶⁷ Salignac e Souza,⁶⁸ Mitridates Corrêa, os três, anos depois, assentados nas poltronas azuis. Genesino Braga, ingressando na cadeira de Jorge de Moraes que fora transferido para a categoria de Correspondente por ter mudado de domicílio.

Um grupo de membros do Clube da Madrugada e da União Brasileira de Escritores, durante algum tempo, tornou-se também ala de contestação à Academia. Os primeiros a abandonarem tal posição foram sendo conquistados pela láurea acadêmica ao tempo do presidente Djalma Batista, especialmente, com o ingresso de Jorge Tuffic⁶⁹, Élson Farias⁷⁰, e anos bem mais tarde, Max Carpentier⁷¹ e Moacir Andrade⁷² sob a presidência de Mendonça de Souza, para cujo ingresso procurei exercer papel decisivo, demonstrando a necessidade de renovar os ares e fugir das questões pessoais. Outros continuaram resistentes. Alguns se recolheram. Houve até quem procurasse uma aproximação com a Casa de “Adriano Jorge”, mas não tendo boa acolhida persistiu na resistência. Outro grupo se aconchegava como Alencar e Silva⁷³, este que disputara com Olavo Faria em uma eleição que terminou na justiça.

Nova leva de “madrugadores” foi cativada para a Academia sob a presidência do poeta Élson Farias, a maior delas, com o ingresso de Márcio Souza, Aníbal Beça, Aldisio Filgueiras, Anísio Mello, Luiz Bacellar⁷⁴, o mesmo que fora candidato anos passados, sem lograr êxito pela resistência interna da Academia ao clubismo, tal como sucedera com Alencar e Silva e o padre Luis Ruas.

Um dos contestadores mais intensos, e, anos depois, encantado pela Academia, presente em várias de suas reuniões e que jamais chegou a ingressar no sodalício, apesar de tê-lo cortejado por todos os meios e

67 Empossado em 9 de outubro de 1948.

68 Eleito em 14 de setembro de 1968, foi empossado em 22 de agosto de 1969.

69 Eleito em 14 de setembro de 1968 foi empossado em 3 de fevereiro de 1969. Foi Presidente da Academia.

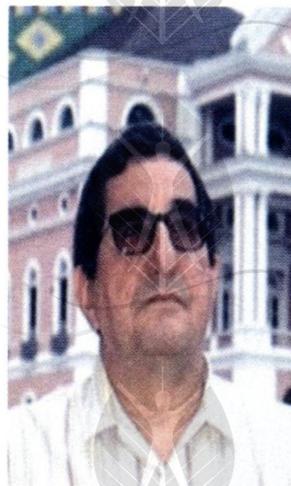
70 Eleito em 25 de maio de 1985, foi empossado em 11 de setembro de 1985.

71 Eleito em 4 de setembro de 1993, foi empossado em 16 de junho de 1994.

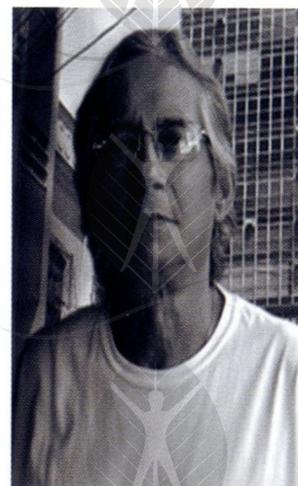
72 Eleito em 30 de maio de 1992, foi empossado em 5 de agosto de 1992.

73 Ver eleição contestada na justiça.

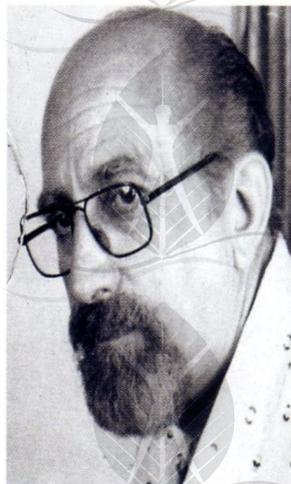
74 PINHEIRO, Nonato. **Evocações Acadêmicas**, Revista da Academia Amazonense de Letras. Manaus: Imprensa Pública, p. 37.



Marcio Souza



Aldisio Filgueiras



Anísio Mello



Luiz Bacellar



modos, foi o escritor Raymundo Moraes, apesar de sua vasta obra amazônica, relações políticas e proximidade com alguns acadêmicos. A respeito o padre Nonato Pinheiro⁷⁵ registra que tal fato deveu-se a uma incompatibilidade pessoal de Raymundo Moraes com o presidente Péricles Moraes, adversário a ferro e fogo, chegando mesmo a excluí-lo do rol de autores que estudaram a Amazônia quando de seu livro “Os Intérpretes da Amazônia”. Tal fato está também registrado em “Presidentes da Academia”, porque disso também foi possível tomar conhecimento em conversa alongada com Aldo Moraes, certa feita, reconfirmada a mim por seu filho Fernando Moraes, portanto, neto de Raymundo, anos depois.

A mesma resistência deu-se anos depois em relação à Jurandyr Salles, advogado e poeta, que, candidatando-se em várias oportunidades, não logrou êxito, levando ao afastamento de seu irmão e acadêmico Waldemar Salles; e a Waldir Garcia, professor, que se inscreveu para a disputa com recomendação de que aguardasse melhor oportunidade, e, insistindo, acabou decepcionado com a Academia.

O JUBILEU ACADÊMICO

Alcançaram o jubileu acadêmico festejando cinquenta anos de profícua contribuição às letras no Amazonas na condição de membros do silogeu os escritores e fundadores da entidade, Álvaro Botelho Maia (1918-68) e Manuel Nunes Pereira (1918-68), além dos acadêmicos Mário Ypiranga Monteiro (1948-98), Violeta Branca Menescal de Vasconcellos (1949-99), João Mendonça de Souza (1952-2002), Amadeu Thiago de Mello (1955-2005), razão pela qual passaram a compor painel histórico para registro oficial da importante efeméride.

Relevante confirmar que todos, de forma intensa, atuaram durante anos na imprensa com crônicas e artigos, proferindo conferências ou exercendo o magistério, publicando suas obras, atuando na universidade, realizando a missão que escolheram e, ao mesmo tempo, obtendo amplo reconhecimento de expressiva parcela do povo amazonense e da crítica especializada, além do galardão de outras entidades congêneres no Brasil e no exterior.

⁷⁵ Eleito em 15 de janeiro de 1949, foi empossado em 15 de dezembro do mesmo ano.

OS MAIS VELHOS E OS MAIS NOVOS

A título de curiosidade, principalmente para estudantes e pesquisadores de primeiros trabalhos, que sempre desejam saber quais os membros da Academia que alcançaram este reconhecimento com pouca ou idade avançada, vale esta referência especial, sem considerar que tal circunstância tenha alguma importância particular quanto ao mérito pessoal, mas para registro histórico e satisfação desta curiosidade, pode-se verificar que dentre os mais idosos a ingressarem na Academia estão: Josué Cláudio de Souza, com 81 anos; Luiz Bacellar, com 77; Anísio Mello, com 76; Armando Menezes e Jorge Carvalho, com 72 anos de idade.⁷⁶ Entre os mais novos registram-se padre Raymundo Nonato Pinheiro, com 28 anos; Thiago de Melo, com 29;⁷⁷ Robério Braga, com 30;⁷⁸ Mário Ypiranga Neto, com 32 e Élon Farias também com 32 anos de idade.

Josué Cláudio de Souza nasceu em 1910, em Itajaí, Santa Catarina, um dos 15 filhos de Fernando José de Souza e Maria Cláudio de Souza. Estudou direito em sua terra, mas foi o jornalismo que o trouxe para Manaus em 31 de dezembro de 1942, para dirigir os órgãos dos “Diários Associados”, o *Jornal do Comércio* e a *Rádio Baré*. Em 1948 inaugurou a Rádio Difusora do Amazonas. Foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, prefeito de Manaus, deputado federal, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, suplente de vereador de Manaus pelo PFL. Cronista de rádio e jornal, orador fluente, criou a *Crônica da Cidade na Rádio Baré* a *Crônica do Dia na Rádio Difusora*, a de maior audiência em toda a história do rádio amazonense.

Tomou posse em 11 de abril de 1991, na cadeira de n. 36 da qual é patrono Inglês de Souza, em noite memorável. Defendi a sua eleição na Casa. Mais do que isto, fiz a indicação inicial e pedi votos. Afinal, eram mais de 60 anos de jornalismo firme. Era mais antigo que a própria Academia. Discurso escrito, impresso em letras de corpo bem graúdo para vencer a deficiência da visão, mesmo assim, a certa altura, o velho cronista largou de lado o papel e, num improviso, com voz firme e com voz trêmula a demonstrar a emoção que lhe invadia a alma, proferiu outro discurso.

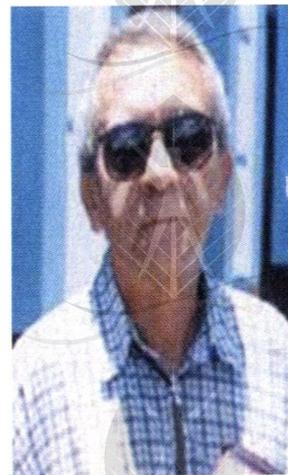
76 Eleito em 20 de janeiro de 1955, foi empossado em 15 de março de 1956.

77 Eleito em 20 de setembro de 1981, foi empossado em 25 de setembro de 1982.

78 SOUSA, João Mendonça de. **Discurso de recepção**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 23, Manaus: Editora a Universidade do Amazonas, novembro de 2001, p. 170.



Josue Caludio de Souza



Luiz Bacellar



Pe. Raymundo Nonato Pinheiro



Thiago de Melo



Robério Braga

Recebido por João Mendonça de Souza na parte final da alocução acadêmica Mendonça ressaltou: “O que vale em vosso trabalho literário, na verdade, é a vossa conotação de humanidade”⁷⁹

Os registros indicam que o mais jovem a ingressar na Academia foi o padre Raimundo Nonnato Pinheiro, nascido em 10 de maio de 1922 e empossado em 18 de maio de 1950, e embora eleito aos 27 anos de idade, foi empossado já com 28. Era filho do poeta Raimundo Nonnato Pinheiro e da professora Diana de Macedo Pinheiro. Foi jornalista, escritor, poeta, orador, conferencista, membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, de onde foi secretário geral, da União Brasileira de Escritores, do Amazonas, da Academia Amazonense de Letras da qual foi secretário por vários anos. Escreveu intensamente nos jornais sobre literatura, história ou em polêmicas sobre gramática e língua portuguesa.

Foi titular da poltrona de n. 20, empossado em 10 de janeiro de 1950, de que era patronato original Afonso Arinos, depois transferida para o patronato de João Ribeiro, tendo sido sucessor do fundador professor José Chevalier Carneiro de Almeida, ocupada nos dias atuais pelo historiador Francisco Gomes da Silva.

Padre Nonnato Pinheiro foi também o primeiro sacerdote católico a ingressar na Academia, referência muito particular feita por Péricles Moraes quando da abertura da sessão solene de posse.

79 SOUZA, Mendonça de. Discurso de Recepção.

MULHERES ACADÊMICAS

A tradição masculina nas academias persistiu na Casa de “Machado de Assis”, a Academia Brasileira, por muito mais tempo do que na amazonense. A primeira mulher teve ingresso no silogeu brasileiro somente em 1977: Rachel de Queiroz. A ela seguiram-se Dinah Silveira de Queiroz, em 1980, Lygia Fagundes Telles, em 1985, Nélida Piñon, em 1989, Zélia Gattai, em 2001 e Ana Maria Machado, em 2003.

Rompendo a tradição quase maçônica de uma academia ocupada por homens, a primeira mulher a ingressar no silogeu amazonense foi Violeta Branca Menescal de Vasconcelos de Oliveira, poeta de “Ritmos de Inquieta Alegria”, acolhida pelas mãos autorizadas de Péricles Moraes, mas de muito pouco frequentar, inclusive porque passou a residir no Rio de Janeiro, cidade na qual representava a Academia Amazonense junto à Federação das Academias. Violeta ocupou a poltrona de Aníbal Teóphilo, que fora inaugurada por Raimundo Monteiro.

Cabe a síntese de Genesino Braga:

A poesia irrompeu em Violeta Branca na plenitude de sua adolescência. A necessidade que tivera a moça amazonense na segunda metade dos anos trinta, de fixar em versos o tormento físico que dentro dela se consubstanciava, ou sublimava, em inspiração e ideação poéticas, confirmava-lhe a predestinação de estrela⁸⁰

Há uma conotação de soberana afirmação intelectualista entre a forma poética de cunho modernista que Violeta Branca lavrou entre nós e a época em que produziu e publicou os seus primeiros versos. Era, então, pecado ousar, e ela ousou.⁸¹

Como igualmente ousados foram os acadêmicos de então em acatar a indicação de Péricles de Moraes fazendo-a titular da Academia em eleição de 14 de abril de 1949, sendo recebida pelo próprio presidente e crítico, na



Rachel de Queiroz



Dinah Silveira de Queiroz



Lygia Fagundes Telles



Nélida Piñon



Zelia Gattai



Ana Maria Machado



Violeta Branca

80 BRAGA, Genesino. *Palavras no caminho do reencontro*, in BRANCA, Violeta, *Reencontro – Poemas e ontem e de hoje*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, abril de 1982, p. 5.

81 Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial. Manaus: Imprensa Pública, de fevereiro de 1935, p. 59.

cadeira 28, de Aníbal Theófilo. Parece que Violeta buscou o reconhecimento fora de Manaus para depois ser admitida entre os imortais amazonenses, porque antes de tudo, em viagem ao Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1935, chegou a ser recebida na Academia Brasileira de Letras, sendo saudada pelos acadêmicos conde de Afonso Celso e Rodrigo Octávio, a quem ele definiu como “jovem e bela, mas discreta, retraída, acanhada mesmo. Disse-me versos e tendo preparado um livro ora em via de publicação, quis dar-me a honra de ser o primeiro leitor. Li esse livro e não me pude furtar ao impulso de trazer dele conhecimento a Academia”.⁸² Anos depois publicou “Reencontro” numa edição singela, em abril de 1982.

Uma análise feita à distância dos anos, depois da morte da poetisa, Newton Sabbá Guimarães, com rigor que lhe é próprio, fez questão de esclarecer:

*Subjetiva, a sua poesia é mais que tudo romântica, enquanto que, com o abandono da rigidez acadêmica cada vez mais presente, mostra-se modernista. Mas escapa à irreverência modernista para com a língua literária ao seguir, obedientemente, os cânones tradicionais, aferrada à gramática normativa como acaso poucos os seus coetâneos o fizeram no Amazonas, em um zelo canônico que será retomado pelos melhores representantes da Geração de 1945.*⁸³

No Amazonas, a segunda mulher a ingressar muitos anos depois de Violeta, 45 anos após, sendo eleita em 4 de setembro de 1993, foi empossada em 18 de novembro de 1994, a professora e filósofa Rosa Mendonça de Brito, ocupando a cadeira patrocinada por Adriano Jorge, que sucedeu a cadeira denominada de Eduardo Prado, e que foi fundada por J. Mendonça Lima. Foi recebida pelo acadêmico Max Carphentier. Trata-se de professora de filosofia, mestra e doutora na matéria e autora de diversos estudos em revistas especializadas e livros.

Praticamente na mesma época, foi eleita a terceira mulher, Carmen Nóvoa e Silva, escritora e jornalista, em 13 de maio de 1994, foi empossada



Rosa Mendonça de Brito



Carmem Nóvoa e Silva

⁸² Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial, Manaus: Imprensa Pública, de fevereiro de 1935, p. 59.

⁸³ GUIMARÃES, Newton Sabbá. **A Poesia de Violeta Branca**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 23. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, novembro de 2001, p. 31.

em 2 de dezembro de 1994, e que, por motivo de doença subida do orador recipiendário, que seria o padre Raimundo Nonato Pinheiro, ela foi recebida pelo presidente Oyama Ituassu. Autora de diversos livros, como: *Trilhas de Prata* (1992); *Diálogos de Manaus* (1994); *Credo à Imaculada Conceição* (1995); *Canção a Manaus* (2001).

ACADÊMICOS TRANSFERIDOS

A transferência da categoria de titular para correspondente acabou sendo considerada por alguns como um verdadeiro banimento. E dava-se em razão do deslocamento de acadêmicos eleitos e empossados, e, por terem mudado de residência para outra cidade, ou deixassem de se corresponder com a entidade por dois anos, na forma de regra de estatuto então vigente, perdiam a titularidade da cadeira. E isso sucedeu em várias ocasiões e com diversos acadêmicos.

É justo compreender que tal medida deve ter sido adotada para evitar o completo esvaziamento da instituição e a dificuldade de seu funcionamento local, porque em certo tempo, pela grave situação econômica e por uma tradição de mudança ao tempo da aposentadoria funcional, vários acadêmicos trocaram de domicílio. Isto se deu, inclusive, logo depois da fundação em 1918, e anos seguidos.

Ao que se conhece o primeiro dos fundadores a ser transferido de categoria foi Generino Maciel, posto que empossado em janeiro de 1918, na sessão de 20 de março de 1920, em que foi alterada a denominação da entidade, já se fazia ausente por mais de dois anos. E assim era feito em cumprimento ao que previa o estatuto em seu artigo 5º parágrafo único.⁸⁴

Tal situação era concreta, como se pode compreender inclusive por registro que está lançado em artigo publicado na imprensa de Manaus:

Esvaziamento involuntário, porém concreto, que na reforma do estatuto de 1946, visando não permitir a ampliação dos quadros acadêmicos e com isso romper

84 Art. 5º - Passarão para o quadro de correspondentes os membros efetivos que o solicitarem ou que fixarem residência definitiva fora do Estado, dando, em ambos os casos, a vaga da respectiva cadeira. Parágrafo único - Considerar-se-á também vaga a cadeira de membro efetivo que durante dois anos consecutivos, a contar da data da última reunião a que estiver presente, deixar de tomar parte ativa nos trabalhos da Academia, ou no mesmo espaço de tempo com ela não se corresponder.

a simetria com as congêneres do país e a sua base inspiradora, a Academia Francesa, todos preferiram abrir vaga nas poltronas cujos titulares haviam transferido residência de Manaus. Neste rol foram de supetão os fundadores Aurélio Pinheiro, Odilon Lima, Benjamin de Souza e Jorge de Moraes e com eles, depois, e pelos mesmos motivos, Ramayana de Chevalier e Violeta Branca.⁸⁵

Foram vários os transferidos para a categoria de correspondente: Achiles Bevilaqua, Aurélio Pinheiro, Benjamin de Souza, Generino Maciel, Jorge de Moraes, José Mendonça Lima, Paulo Elhetério, Odilon Lima, Hugo Bellard, Violeta Branca, Virgílio Barbosa, Araújo Neto, todos pelo mesmo motivo, mudança de domicílio para outra cidade, suficiente para a transferência, mesmo no caso de fundadores.

Assim também a Academia foi expandindo os seus quadros para vários estados e países, como Rio de Janeiro, onde sempre se concentrou o maior número de correspondentes, entre eles os fundadores Achiles Bevilaqua e Odilon Lima, e até para a Bolívia, para onde seguiu J. Mendonça Lima.

Mais tarde, outros foram apenados da mesma forma, como José Jorge Carvalhal da cadeira de Eduardo Prado, que se mudou para Salvador, inclusive o último fundador pouco antes de falecer, Manoel Nunes Pereira. Com Nunes ainda foi possível recompor a injustiça, sendo resgatado para a condição original de Titular, chegando a comparecer a sessões acadêmicas quando já se encontrava ocupando a poltrona que fora de Achiles Bevilacqua. Diga-se, inclusive, que Nunes Pereira foi transferido para a condição de correspondente por duas vezes. Da sua primeira transferência pode retornar em 1946, mas não para a cadeira original que se encontrava ocupada em razão da eleição de Ramayana de Chevalier.

85 BRAGA, Robério. *Acadêmicos banidos*. A Crítica, Manaus.

A PRIMEIRA VAGA

Ainda nem se concluíra a fase de instalação da Academia, com prenúncio de grande futuro, a entidade sofreu sua primeira perda com a morte brusca e inesperada de Heliodoro Balbi, fundador e titular da cadeira n. 30, orador brilhante, que morreu no Acre.

A notícia da morte está na edição inaugural da “Revista do Norte”: “tremenda, dilacerante, acabrunhadora, irremediável a notícia que nos chega, à última hora, deixando-nos estarelecidos de comoção. Morreu no Acre, estupidamente (...) o nosso irmão Heliodoro Balbi”.⁸⁶

Era para gerar grande abatimento. Balbi era influente, vigoroso, político, intelectual festejado, e, tomado o sentimento e a forma de escrever da época, o mesmo jornal afirmou:

*Estamos atordoados como se nos tivessem paralisado todas as fibras do nosso sistema nervoso. O desaparecimento de Balbi tira-nos a coragem para a luta, desbasta as nossas energias, e, a sua notícia, recebida assim de chofre, quando surge o primeiro número da revista que pensava viver à sombra confortadora de seu concurso intelectual, confrange-nos e desalenta-nos como se um corvo agoireiro viesse erocitar em torno de nossa primeira vitória.*⁸⁷

Era filho de Nicolau Balbi e Domiciana Balbi, nascido em 16 de fevereiro de 1876 e, tendo estudado em Manaus formou-se em Pernambuco, em Direito em 1902, na Faculdade do Recife, sendo orador da turma. Dele, diz Clóvis Beviláqua: “Artista da palavra escrita e oral, faleceu antes de desbastar as exuberâncias de um talento vasto, mas ainda não fixado em uma diretriz. Tinha cultura literária e filosófica”.⁸⁸

Em 1903 voltou ao Amazonas. Foi professor de Literatura do Ginásio Amazonense Pedro II, por concurso realizado em 13 e 14 de janeiro de 1904, alcançando nota 10, disputando com Adriano Jorge e Manuel de Bittencourt. Foi Professor Ordinário de Enciclopédia Jurídica e História da Filosofia de



Heliodoro Balbi

⁸⁶ Revista do Norte, Manaus. N. I. Ano I, 1918.

⁸⁷ BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

⁸⁸ PEREIRA NETO, Padre. **Orlando Sobreira de Sampaio**. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, Imprensa Pública, março de 1956, p. 71.

1910 a 1912 e Filosofia do Direito, da faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Livre de Manaus.

Jornalista e político. Orador e polemista. Advogado. Deputado ao Congresso de Representantes, atual Assembleia Legislativa do Estado, e candidato a deputado em 1906 juntamente com Jonathas Pedrosa para o Senado, pelo Partido Revisionista, ao lado de Adriano, nas eleições de 30 de janeiro de 1906. Foi candidato ao Senado do Estado em 1912, quando havia duas câmaras parlamentares funcionando no Amazonas, quando Adriano foi candidato a deputado. Assinou o manifesto “Aos nossos concidadãos” e pertenceu ao Partido Revisionista, em Manaus, e a proclamação foi publicada no “Correio do Norte”.

Eleito deputado federal não conseguiu ser empossado porque pertencia a oposição política local e nacional, sendo vencido pelas manobras partidárias de Pinheiro Machado na comissão de Poderes da Câmara Federal. Faleceu em Rio Branco, Acre, em 26 de novembro de 1918. Findou-se em razão da gripe “influenza”, deixando a todos os escritores, jornalistas e políticos, atordoados com a notícia.

Casado com D. Emília Vinhas Balbi, que morreu em 10 de outubro de 1917.

Em 1924, o vereador de Manaus, Luiz Barones, solicitou a transferência dos restos mortais de Heliodoro Balbi de Rio Branco para Manaus. Francisco Galvão que era deputado aderiu à proposta. Seu corpo chegou à capital amazonense no vapor “Distrito Federal”, acompanhado pelo Dr. Lopes de Aguiar, às 14 horas do dia 24 de fevereiro de 1928, saindo o enterro às 16h30. Em Manaus os restos mortais foram entregues a Coriolano Durand e levados à igreja catedral de Nossa Senhora da Conceição e de lá para o cemitério de São João Baptista. Foi inhumado a 6 de março, às 16 horas, depois de ter ficado exposto a visitação pública. No enterro falou Adriano Jorge, amigo, companheiro de imprensa, da política e da Academia.

Heliodoro Balbi, dentre outros, escreveu: *Ao sr. dr. Adriano Jorge, Comércio do Amazonas*, 24 de janeiro de 1904, Manaus, ano XXXVI, nº 125; *O Habeas-Corpus Saldanha. Comércio do Amazonas*, Manaus, nº 122, 21 de janeiro de 1904, ano XXXVI e *Comércio do Amazonas*, 22 de janeiro de 1904 e 02 de fevereiro de 1904; *Memorial. Comércio do Amazonas*, 3 de fevereiro de 1904, nº 133; *O Habeas-Corpus Saldanha. Comércio do Amazonas*, Manaus, 3 de março de 1904, nº 151, ano XXXVI; *Sinfonia de Mâgoas*.

Comércio do Amazonas, Manaus, 17 de março de 1904, ano XXXVI, nº 163; *Caminho novo*. Jornal do Comércio, 14 de maio de 1905; *A lógica da História*. Jornal do Comércio, 21 de maio de 1905; *O subismo dos governos*. Jornal do Comércio, 28 de maio de 1905; *Sob o Gládio de César*. Jornal do Comércio, 4 de junho de 1905; *Flor de pedra* (poema), Correio do Norte, Manaus, 1º de fevereiro de 1906, ano 1, nº 20; *Processo crime-injúrias e calúnias. A defesa do querelado – Coronel José Francisco Soares Sobrinho*, Correio do Norte, Manaus, 23 de julho de 1910, nº 497 e 24 de julho de 1910, nº 498; *Durante a febre* (poema), Revista Cá e Lá, nº 8, 12 de maio de 1917, Manaus.

MORTE NA ACADEMIA

Triste e grave o fato do falecimento do Dr. Ormando Sobreira de Sampaio, eleito membro efetivo da Academia que veio a falecer em pleno salão nobre da instituição. Eleito em Assembleia de 4 de fevereiro de 1949, na mesma ocasião em que foram escolhidos Washington César Mello, Moacyr Rosas e Hugo Bellard, veio a falecer em 18 de março daquele ano.

A Academia realizava a sessão solene de posse do acadêmico Hugo Bellard, na cadeira de Aníbal Theofilo, sendo recebido pelo padre Raimundo Nonato Pinheiro, na noite de 18 de março de 1949. Tendo marcado sua posse para dias depois, Ormando Sobreira estava assistindo a solenidade quando foi acometido de mal subido, vindo a falecer durante a realização do evento. Seria recebido por André Araújo, para a poltrona 21, de Tenreiro Aranha.

Ormando Sobreira nasceu em Camocim, no Ceará, sendo filho de Manoel Luís de Sampaio e Josefa Sobreira de Sampaio. Iniciou os estudos de direito em Manaus e concluiu pela Faculdade de Direito do Recife em 18 de dezembro de 1924. Foi promotor de justiça em Minas Gerais, residiu em Tefé, interior do Amazonas, onde foi promotor público (1931), e prefeito municipal, depois em Coari (1934), Manicoré (1937). Foi deputado estadual no Amazonas em 1929 e professor da faculdade de Direito do Amazonas, atuando na Ordem dos Advogados, Associação Amazonense de Imprensa, Sociedade Artística Amazonas e Sociedade Amazonense de Professores. Escreveu no “Diário da Tarde”. Dele afirmou o padre Pereira Neto: “A sua palavra, falada ou escrita, denunciava essa firmeza e autonomia mentais,



Ormando Sobreira de Sampaio

portanto o domínio da matéria que tratava e a capacidade de expressá-la com acerto, propriedade e agrado”.⁸⁹

EMPOSSADOS *POST-MORTEM*

Foram dois casos na história da Academia. O primeiro deles, com Ormando Sobreira de Sampaio, falecido poucos dias antes de sua posse, ao tempo da presidência de Péricles Moraes, em reconhecimento aos seus méritos pessoais e a grave situação de haver falecido no próprio salão da Academia, em plena solenidade. Foi considerado empossado em sessão de 21 de março de 1950.

O outro, mais recente, deu-se sob a presidência de Robério Braga, e refere-se ao professor e administrador amazonense Agnello Uchoa Bittencourt, filho do professor e geógrafo Agnello Bittencourt, nascido em 1º de julho de 1923. Formou-se em Direito pela faculdade de Direito do Amazonas em 21 de dezembro de 1945. Foi professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, diretor da Fundação Casa de Ruy Barbosa, Diretor Executivo da Academia Brasileira de Letras.

Agnello (o Agnus, como era conhecido), fora antes sócio correspondente da Academia, no Rio de Janeiro, eleito em 1959, sob a presidência de Salignac e Souza.

Tendo sido eleito na forma estatutária para membro Titular, na cadeira que pertencera a seu pai e de que era antecessor seu irmão Ulysses, foi-lhe concedido prazo para elaboração do discurso de posse e designado o acadêmico Aderson Dutra para sua recepção. Decorrido o prazo, este foi prorrogado, a pedido do eleito que, tendo enviado o discurso de posse, por motivo particular viajou ao exterior e pediu adiamento da data previamente acertada, falecendo logo de seu retorno ao País. Como todas as providências de posse estavam tomadas, recebido o discurso, pronta a fala de recepção, marcada a data da solenidade, considerando a trajetória da família do escritor, filho e irmão de ex-acadêmico (Agnello e Ulysses Bittencourt), a diretoria entendeu por bem, mediante proposta do acadêmico Aderson Dutra, considerá-lo empossado post-mortem.

⁸⁹ PEREIRA NETO, Padre. **Ormando Sobreira de Sampaio**. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, Imprensa Pública, março de 1956, p. 71.

DESPEDIDAS ANUNCIADAS

Pelo menos duas foram as despedidas de acadêmicos ao meu tempo na Academia Amazonense, e que me marcaram profundamente. Era junho de 1997, quando presidente, tinha a meu lado a suceder-me e substituir-me, o professor João Chrysostomo de Oliveira, sempre gentil e educado, presente em todos os momentos da instituição, solidário e solícito. Sentava-se ao lado direito da cadeira presidencial na sala de reuniões e, como todos, tinha uma pasta pessoal para suas anotações. Chegava e saía sempre a mesma hora, posto em seu paletó, com passos mansos e voz macia. Da minha cadeira vi os seus olhos correrem por toda a sala e depois pelo salão nobre quando fui levar a todos para conhecerem a galeria de presidentes que acabava de ser organizada. Tive o sentimento da despedida. Éramos fraternalmente amigos. Mestre e discípulo e disse-me da cirurgia a que iria se submeter. Animei-o com palavras carinhosas. Demorou-se olhando e reolhando o salão e a todos nós: Robério, Mário Ypiranga, Moacir Andrade, Max, Élson, Aderson Dutra, Gebes Medeiros. A cirurgia não foi bem sucedida.

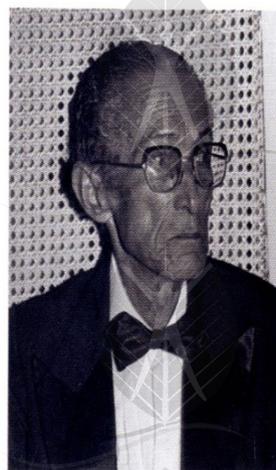
Depois de sua morte fui revisar sua pasta e nela encontrei um sinal sugestivo da despedida: na data da reunião seguinte, conforme o calendário anual, ele havia marcado uma interrogação.

Outra despedida tocante foi a de Agenor Ferreira Lima, dedicado secretário da Academia, daqueles que bem sabia a responsabilidade de substituir José Chevalier, padre Nonato Pinheiro, Genesino Braga. Em um dos sábados de reunião de diretoria, ao cair da tarde, depois de longa ausência por doença, Agenor surgiu entre nós. Andava lento, cavanhaque por fazer, portando uma bengala com a qual não buscava elegância, mas sustentação de seu corpo frágil. Pouco falou. Saudou a cada um. Olhou em derredor. Viu os retratos nas paredes. Foi ao salão principal e passeou o olhar quase perdidamente, sem luz.

Depois de tudo, e bastante impressionados, fomos levá-lo em casa na avenida de Joaquim Nabuco, e comigo foram Manoel Bastos Lyra e Octávio Hamilton Mourão, como de costume. Foi o último encontro.



João Chrysostomo de Oliveira



Agenor Ferreira Lima

ACADEMIA E CRUZ VERMELHA

Corria o governo do interventor Álvaro Maia, um dos fundadores da Academia, em pleno período do Estado Novo. Instalada a Legião Brasileira de Assistência, prestava os seus serviços à população mais carente. Logo depois, em 1942, foi fundada em Manaus a Cruz Vermelha Brasileira, com finalidades humanitárias e patrióticas, necessárias, como dizia a imprensa oficial, aos serviços auxiliares da Defesa Nacional.

Os alistamentos foram crescendo rapidamente e despertavam um grande número de jovens interessadas em se tornarem enfermeiras, além da contribuição moral e material dos amazonenses. Em 10 de novembro de 1942 a Cruz Vermelha tinha na presidência do magistrado André Vidal de Araújo ao qual se juntavam na mesma missão Celso Caldas de Araújo, Djalma Batista, Maria de Miranda Leão, Eunice Serrano Telles de Souza, Isabel Araújo da Silva, José Nunes de Lima, Amadeu Botelho, além de outros tantos.

Estando em fase de organização, os seus dirigentes e demais interessados na causa fizeram da sede da Academia Amazonense, na rua de Ramos Ferreira, também a sede da Cruz Vermelha Brasileira, no Amazonas, e, com isso, a casa das letras serviu às causas sociais mais nobres daqueles anos. Compreensível que assim fosse, não só pelo empenho do interventor na causa, como pela presença de dois acadêmicos nos quadros diretivos da nova entidade, e, principalmente, diante das graves dificuldades financeiras dos cofres públicos para apoiar a Cruz Vermelha.

ELEIÇÃO CONTESTADA NA JUSTIÇA

A Academia vivia um período de intensa agitação sob a presidência do escritor e médico Djalma da Cunha Batista. Era março de 1970. Reunidos para eleição de um novo membro titular, os acadêmicos André Araújo, João Chrysóstomo de Oliveira, Mário Ypiranga, Mendonça de Souza, Cosme Ferreira, Genesino Braga, Pereira da Silva, Sadoc Pereira, Élson Farias, Jorge Tufic, Walter Nogueira, Sebastião Norões e Oyama Ituassu, procuravam preencher a cadeira de n. 38, para a qual estavam inscritos o poeta Alencar e Silva e o advogado Olavo Ribeiro de Faria.

Votaram 14 acadêmicos presentes, sete por correspondência e cinco por procuração, como era permitido pelo estatuto. Seria eleito o que obtivesse metade mais um dos votantes, no total de 26. Na apuração Olavo Faria alcançou 13 votos e Alencar e Silva 12. Em segundo escrutínio, Olavo obteve 11 e Alencar 12, um branco e um nulo. Em terceiro escrutínio continuou sem solução.

Logo em seguida, declarada a não eleição de nenhum dos candidatos, Olavo Faria ingressou em juízo, contestando a decisão da Academia. Na ação o silogeu foi defendido pelo acadêmico Oyama Ituassu, representação esta aprovada em sessão de 28 de setembro de 1970. A discussão travada na justiça e vencida pela Academia referia-se ao quorum exigido para a eleição, conforme o estatuto vigente, alertado pelo presidente desde o início da sessão, da necessidade de metade mais um dos membros efetivos e empossados. O que representava mais da metade dos votantes, em número total de 26.

A decisão de primeiro grau foi contrária à Academia, mandando sufragar como eleito o professor e advogado Olavo Ribeiro de Faria, que do fato tomou conhecimento em sessão de 5 de junho de 1971, mas em grau de recurso, o advogado Oyama Ituassu reverteu o quadro decisório em favor da Instituição. Em setembro de 1972 ainda corria na justiça a mesma querela, em forma de ação rescisória. Foi encerrada em segundo grau com a decisão favorável à Academia comunicada ao plenário da Casa em sessão de 28 de setembro de 1974.

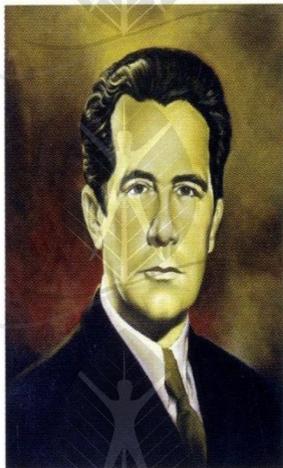
Prevaleceu a decisão da Academia. A decisão judicial acolheu a tese da Academia, sendo marcado com bastante clareza que a instituição não se curva a interferências externas, de qualquer natureza. Não houve nenhum candidato eleito na ocasião. O escritor Alencar e Silva continuou produzindo seus trabalhos e exercendo funções públicas, chegando a ser eleito, tempos depois, em 30 de maio de 1992, sendo empossado em 5 de agosto de 1992.



Oyama Ituassu



Péricles Moraes



Álvaro Maia

POLÊMICAS E ARENGAS

Desde o nascedouro, como natural, a Academia ainda como Sociedade Amazonense de Homens de Letras padeceu críticas pela escolha de alguns “imortais”, naturalmente originárias de grupos não reconhecidos e acolhidos pela confraria. Mas as polêmicas e arengas que refiro foram algumas levadas a efeito ora pela imprensa, em debates acalorados, envolvendo acadêmicos, ou na intimidade do silogeu, às vezes de forma surda. Tudo, a meu ver, muito natural quando se trata de uma associação de homens e mulheres.

Uma delas foi resolvida com a benção da igreja católica. Apartados há bastante tempo, Péricles Moraes e Álvaro Maia, dois fundadores do silogeu, viram-se obrigados a um reencontro oficial na sede da instituição. Péricles era tido e havido, verdadeiramente, como disposto à polêmica, temperamento difícil e liderava a Academia com mão de ferro.

Eleito o arcebispo dom Alberto Gaudêncio Ramos, Péricles designou o padre Nonato Pinheiro para recebê-lo. Álvaro Maia era o governador e de há muito deixara de frequentar a Academia. Nonato, incomodado com o fato, porque seria um discurso de padre para bispo, sabendo da desavença de Péricles e Álvaro, que aliás era do conhecimento geral, armou-se de coragem e foi ao Palácio Rio Negro dizendo-se em nome do presidente da Academia para convidar Álvaro – o governador e o acadêmico – para fazer o discurso de recepção ao Arcebispo dom Alberto. Mesmo sem acreditar muito no convite oficial, Álvaro aceitou e compareceu ao ato e os dois velhos amigos se reencontraram e apaziguaram o coração com um forte abraço.⁹⁰

Em outra questão, desta feita com Américo Antony, Péricles conseguiu uma confusão ainda maior. Américo foi eleito para a Academia e discordando de um artigo de Péricles sobre seu discurso, desancou agressões ao líder e fundador da Casa, tendo sua eleição anulada.

Outra arenga entre acadêmicos, lida em poucas anotações de imprensa e a mim confirmada por Ruy Adriano Jorge, filho de Adriano, o primeiro presidente, afastou da Casa durante muitos anos o escritor João Leda, também fundador. Leda esteve ressentido com o mestre porque em concurso público para preenchimento de cadeira de professor de História, tendo apresentado a tese “Da relativa exação dos fatos históricos” firmou-se

90 Ver a respeito . PINHEIRO. Nonato. **A estatura do gigante**. Jornal do Comércio, Manaus, 9 de maio de 1969.

uma polêmica entre os dois que não foi dissipada, e Leda somente retornou à Academia depois da morte de Adriano, em companhia de Péricles Moraes que passou a presidir a entidade.

Uma enorme arenga existente entre Péricles e Raymundo Moraes impediu, durante anos, que Raymundo, embora detentor de uma excelente bibliografia de interesse amazônico, integrante de outras instituições culturais, ingressasse na Academia Amazonense, questão que o presidente não admitia discutir.

O escritor e padre Nonato Pinheiro também era dado a polemizar. Escrevendo nos jornais de Manaus enfrentou várias polêmicas, notadamente quanto a temas relativos ao melhor uso da língua portuguesa. São dezenas de artigos nos quais debateu com João Chrysostomo de Oliveira, com Aluísio Nobre de Freitas, “o ferrabrás”, com Alfredo Agenor Beça e com José Braga quando do lançamento de seu livro “Instruções Ortográficas”, mas esta não foi uma polêmica ácida, ficando restrita a uma discussão técnica.

No campo da história do Amazonas polemizou duro com Mário Ypiranga Monteiro tratando da sede e local da instalação da Província do Amazonas, o famoso caso da “balela da rua da Instalação”, depois do acirrado debate sobre o tricentenário de Manaus e o fundador do forte de São José da Barra do Rio Negro.

Na polêmica sobre a fundação de Manaus, Nonato enfrentou também ao professor Arthur Reis, e foram vários artigos pela imprensa e pareceres técnicos prestados no Conselho Estadual de Cultura. E tudo começou por uma entrevista do então jovem escritor Francisco Gomes da Silva, tratando do assunto, uma consulta feita por Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e um parecer de Mário Ypiranga contraditando outro da lavra do padre Nonato Pinheiro.

E neste caso, em particular, às vezes, os dois abandonaram o campo das amabilidades e discussão da história, partindo para uma linguagem no mínimo ríspida.

Disse Mário, na ocasião:

Se o padre Nonato Pinheiro não concorda, pouco se me dá. Eu fico com a História, com os historiadores e com as pesquisas diretas em cartórios desta minha fiel cidade. Mas Mota Falcão não vai. Nem com açúcar. Muito menos o cretino do Favela ou Favila.



Teatro Amazonas anos 70



Teatro Amazonas atualmente

*Voltarei se necessário, em termos. E a Deus o que é de Deus.*⁹¹

Nonato não calou, retrucou com veemência e atacou Mário por outros flancos, cuidando de sua História da Catedral de Manaus, afirmando: “Já que se ufana de sua condição de historiador da Sé, peço venha para lembrar-lhe as mancadadas que cometeu nesse livro, por mim referidas em minha coluna semanal de recensão literária...”⁹²

Mário retrucou forte, e longo, e o que assinalo é apenas para despertar a curiosidade do leitor:

Voltou à baila o acadêmico padre Raimundo Nonato Pinheiro. E, como sempre, nada de novo e de aproveitável acrescentou ao seu consabido roteiro de confusões. (...)

*O erudito padre Raimundo Nonato Pinheiro encerrou a sua logobréia ou logorréia com a mais suculenta prova de apedêutica que se conhece...*⁹³

Mário Ypiranga Monteiro também não evitava a polêmica, e não só enfrentou o debate com padre Nonato Pinheiro, como outros tantos, em defesa das teses que levantava, dos estudos de história de Manaus aos quais se dedicara durante muitos anos. Certa feita polemizou pela imprensa de Manaus e do Rio de Janeiro com Robério Braga sobre as cores originais do Teatro Amazonas, quando da restauração realizada pelo governador João Walter de Andrade (1971-74). Mário afirmava que o teatro deveria ser pintado na cor cinza, em razão de decreto estadual antigo. Robério, consultando os mais antigos: Arthur Reis, Agnello Bittencourt, Lourenço da Silva Braga, Nuno Cardoso, e baseado em uma primeira e singela prospecção feita por conta própria na paredes externas do Teatro, se contrapunha ao mestre afirmando que o teatro deveria ser pintado de róseo. Na ocasião o Teatro ficou cinza. Anos depois, pesquisas especializadas comprovaram a cor original: róseo. Nos dias correntes sabe-se que foi inclusive resultado de uma pigmentação direta na massa de reboco.

91 MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Alhos & Bugalhos**. Jornal do Comércio, Manaus, 9 de setembro de 1969.

92 MORAES. Pércles. **Um animador de símbolos mitológicos**. Revista da Academia Amazonense de Letras, 1946, Manaus: Imprensa oficial, 1946, p.24/25.

93 VERISSIMO, José. **História da literatura Brasileira**. 3ª Ed. p. 343.

ELEIÇÃO ANULADA

Caso único na história da Academia, foi a anulação da eleição de Américo Antony na presidência de Adriano Jorge, para ocupar a cadeira de Torquato Tapajós. Uma enorme confusão gerou tal medida adotada pelo presidente em solidariedade a outro membro da Casa que, de certa forma, fora agredido – ainda que em resposta a uma agressão – exatamente por Péricles Moraes.

Preparando-se para a posse tendo entregue à Academia o discurso com o qual pretendia se apresentar ao silogeu, Américo foi tomado de surpresa ao ver publicado na Revista da Academia, de 1946, um artigo de Péricles Moraes sob o título “Um animador de símbolos mitológicos”, no qual insinuava, de certa forma até bem objetivamente, que Américo estaria escrevendo muito bem “orientado” por textos de outros escritores, como: Musset, Lafourgue, Baudelaire. Indício e insinuação de plágio, pretendia anunciar o crítico e polemista Péricles Moraes.

Péricles cuidou diretamente do poeta. E o conhecia desde jovem. No artigo, depois de considerações sobre a personalidade e a obra esparsa, sem projeção nacional, disse ele:

Abeberando-se de todas as fontes, foi romântico à sua maneira, rendilhou caprichosos alexandrinos parnasianos, exauriu o lirismo cativante de Musset; e, com rara capacidade assimiladora, tanto inspirou-se nas litânias de Laforgue, como percorreu as alamedas floridas dos jardins de Baudelaire, aspirando-lhe os perfumes exóticos.(...)

É óbvio que essa contribuição perfuntória e de préstimo duvidoso, felizmente desaparecido na poeira dos jornais, não seria suscetível de incorporar o seu nome à seleção dos grandes valores da poesia nacional⁹⁴.

Américo não se conteve e fez editar um folheto contra Péricles, e Adriano, solidário, ofendido igualmente, tornou sem efeito a eleição. Medida de força, não prevista no Estatuto, somente possível de ser adotada, cogitasse, porque envolvendo os dois maiores da instituição: Péricles, de possível



Américo Antony

94 PINHEIRO, Nonato. Machado de Assis. O Jornal, Manaus, 28 de setembro de 1958.

ofensor a ofendido; e Adriano, solidário ao companheiro de jornada desde muito antes da criação da Academia.

Anos depois, morto Péricles, sob a presidência de Salignac e Souza, Américo Antony foi eleito, empossado e recebido pelo padre Nonato Pinheiro. Caso particular, e por medida preventiva, naturalmente, na segunda vez em que foi eleito, Américo não entregou previamente o discurso para leitura do acadêmico que o receberia. E o padre Nonato foi recebê-lo sem conhecer o teor do discurso, mesmo tendo sido instado a entregá-lo. O padre e acadêmico resolveu recebê-lo mesmo assim. E assim foi feito. Ingressando na cadeira de Aníbal Theófilo, na qual estiveram também Raimundo Monteiro, Hugo Bellard e Violeta Branca.

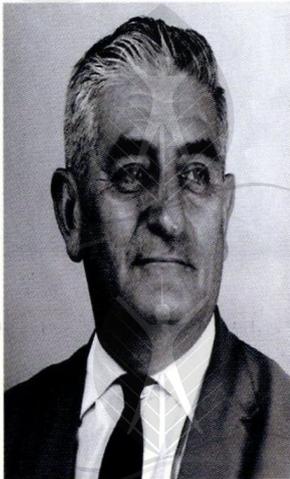
DUPLAMENTE ACADÊMICO

O processo de escolha dos membros efetivos da Academia, desde 1918 quando de sua fundação, embora possa ter se revestido durante muitos anos de um caráter de certo modo intimista, como de resto sucede em quase todas as instituições desta natureza, sempre se destinou a ser único, exclusivo, para cada candidato.

Situação peculiar, entretanto, é a do professor e historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, e a do poeta Américo Antony, efetivamente eleitos duas vezes para a Academia, particularidade "sui generes".

Arthur Reis foi eleito pela primeira vez para a cadeira n. 27, de que era patrono França Júnior, de que foi fundador Alcides Bahia, não chegando a tomar posse por ter caducado a sua eleição, conforme regra estatutária. Arthur se deslocara de Manaus para Belém, e depois para o Rio de Janeiro. Já publicara a sua "História do Amazonas", "Manãos e outras Vilas" e "A Questão do Acre", sendo reconhecido logo nos anos 1930. Os artigos mais conhecidos dos seus primeiros anos de escritor estariam em 1923, com 17 anos, na Revista Amazonense, comemorativa do centenário da adesão do Amazonas à Independência do Brasil, sob o título de "As Aventuras de Orellanna" e "Nove de Novembro".

A mesma poltrona foi a seguir ocupada por José de Castro Monte e seguidamente por Carlos de Almeida Barroso. Não terá dado, àquela altura,



Arthur Cezar Ferreira Reis

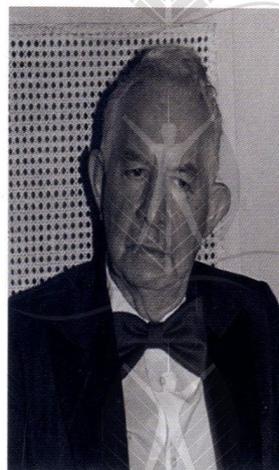
importância à eleição acadêmica? Teria pretendido outra poltrona? Pretendeu também trocar o nome do seu patrono? São questões sem resposta.

Decaído daquela eleição, anos mais tarde foi novamente eleito, desta feita para a cadeira de n.17, patrocinada por Tobias Barreto que, por solicitação daquele professor, cioso da necessidade de refletir a amazoneidade em todas as formas e maneiras possíveis, teve a denominação alterada para homenagear Estelita Tapajós, sendo atendido. E foi nesta última cadeira que tomou posse passando a integrar os quadros acadêmicos, já ao tempo de seu mandato como governador do Estado (1964-67), quando chegou ao Amazonas como emissário do governo federal e das forças revolucionárias. Cabe o registro de que Arthur já fora sócio Correspondente da Academia, no Pará, pelos idos de 1955.

O mesmo sucedeu com o poeta Américo Antony que foi eleito pela primeira vez em 1945 para a cadeira de n. 8 de Torquato Tapajós, deixando de assumir porque teve a eleição anulada por Adriano Jorge. Em 1958 foi novamente eleito, desta feita para a cadeira 28, de Annibal Theophilo, tomando posse em 14 de julho de 1959, sob a presidência de Salignac e Souza, sendo recebido pelo acadêmico e padre Raimundo Nonato Pinheiro, em solenidade bastante concorrida.

DESISTÊNCIA DA CANDIDATURA

Eleito acadêmico para a poltrona 5, de Araújo Filho, e depois de ter exercido o cargo de vice-governador e governador do Estado, ao término do último mandato presidencial do professor Mário Ypiranga Monteiro, após ser 2º vice-presidente na gestão de Mendonça de Souza, o professor Paulo Pinto Nery concordou em concorrer à cadeira presidencial. Havia resistências a outros nomes. Os mais tradicionais, em grande número e influência, resistiam a transferir a cadeira principal. Em longa conversa convenci o velho professor de direito penal da oportunidade e importância para a Academia. Afinal, havia exercido cargo de confiança junto ao seu gabinete durante todo o mandato. Mário Ypiranga concordou plenamente e autorizou o lançamento do programa de administração que havia sido preparado e foi a ele submetido. Pouco depois, quando tudo começava a se delinear no sentido da vitória, Paulo Nery desistiu da disputa, mesmo sem resistências aparentes.



Paulo Pinto Nery

Articulando novamente, consegui a adesão de Mário Ypiranga, como presidente, depois de longas conversas e responsabilização pela unidade da Academia, para a candidatura de Oyama Ituassu, afinal eleito e reeleito e a quem substitui na presidência, depois de exercer vários outros cargos na diretoria.

GRANDES TERTÚLIAS

Durante a sua existência a Academia tem primado por realizar eventos culturais, conforme o costume até litero-musicais, mesmo antes de possuir sede própria, atuando como polo de impulsão das atividades culturais na cidade.

Dentre tantos eventos especiais merecem destaque: Homenagem a Bidu Sayão, em 1936, por Adriano Jorge, no Teatro Amazonas; Manoel Garcia Vinolas, adido cultural da Espanha no Brasil, sobre o tema – Três estados da alma na pintura espanhola, realizada em 20 de maio de 1948; escritor francês Jean Foresta, sobre os poetas Maurice de La Tour Du Pin, Guillaume Apollinaire e Pierre Emmanuel, em 21 de janeiro de 1950; Francisco das Chagas Printes, advogado, combatendo a alegada inferioridade dos homens de cor, em 15 e abril de 1950; José de Castro Monte, sobre folclore amazônico, em 9 de junho de 1951; Eduardo Prado, em 27 de janeiro de 1953; Enrique Mosquera, escritor equatoriano, sobre o paralelo entre Juan Montalvo e Ruy Barbosa, em 13 de abril de 1953; o professor Philippe Greffet, secretário geral das Alianças Franco-brasileiras, sobre L'esprit de Paris, em 18 de junho de 1954; professor Rod Horton, da universidade de Nova York, sobre o poeta Robert Frost, em 4 de julho de 1955; sessão de homenagem ao centenário de Paulino de Brito, em 8 de abril de 1959, com discurso do padre Nonato Pinheiro, as conferências de Pereira de Castro, da Academia Carioca de Letras, Bruno de Menezes, da Academia Paraense, Paulo Elheutério, também do Pará, e de Gilberto Freyre, todas elas em 1959.

No ano de 1969 a Academia promoveu uma série de conferências a cargo de renomados escritores, entre eles José Honório Rodrigues, Antonio da Rocha Penteado, Aurélio Buarque de Holanda, realizadas com apoio da Faculdade de Filosofia, do governo do estado e da prefeitura de Manaus. No ano seguinte foram Francisco de Assis Brasil, 8 de abril de 1970; Firmo

Dutra, sobre Euclides da Cunha, Arthur Reis tratando das Raízes da Cultura Brasileira, em 10 de outubro de 1970.

Na presidência André Araújo, 1974, nova iniciativa de cursos e conferências seguidas, tal como ele fez no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aproximando a Academia dos jovens, estudantes e professores.

Nos últimos anos, na presidência Robério Braga, com apoio do governo do Estado, a Academia promoveu uma série de conferências com convidados especiais, recebendo a presença dos escritores Antonio Olintho e Ledo Ivo, da Academia Brasileira de Letras, com lançamento de livros dos acadêmicos Rosa Mendonça de Brito e Élson Farias, respectivamente. A série de conferências não teve continuidade por necessidade de serviços de conservação no prédio sede da Academia.

Na presidência Élson Farias foram realizadas as conferências da série "A Academia e seus fundadores", de agosto a outubro de 2006, sempre aos sábados, sendo conferencistas; Rosa Brito "Adriano Jorge"; Robério Braga "Alcides Bahia"; Mário Ypiranga, neto "Generino Maciel; Anibal Beça – Jonas da Silva; Márcio Souza – "Araújo Lima"; Tenório Telles – "João Leda"; Marcos Barros – "Aurélio Pinheiro"; Max Carpentier – "Raimundo Monteiro"; José Braga – "José Chevalier"; Zemaria Pinto – "Paulo Elhéuterio".

Estas atividades foram dinamizadas nas presidências de Max Carpentier, Élson Farias e José Braga, com sessões aos sábados, abertas aos estudantes e professores, sobre temas de interesse geral, de história da Academia, vida e obra de seus patronos.

Sob a atual presidência foram realizadas a série de conferências denominada "Diálogos: Machado de Assis", e exposição específica. Também foi realizado o ciclo de estudos "Utopia e Política", sendo palestrantes os acadêmicos Rosa Brito, Max Carpentier, Antonio Loureiro e Márcio Souza.

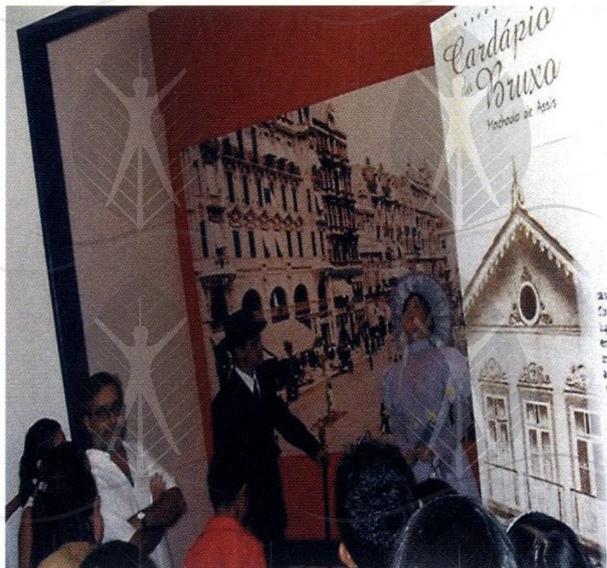
Mesmo com a sede em obras de restauração, a Academia teve ampla atuação social, literária e artística.

HOMENAGENS A MACHADO DE ASSIS

Fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, um dos maiores escritores em língua portuguesa de todos os tempos, rivalizando, conforme opinião de alguns, com Ruy Barbosa e Euclides da Cunha, mas que para



Machado de Assis



Exposição Cardápio do Bruxo

José Veríssimo “é a mais alta expressão de nosso gênio literário”,⁹⁵ Machado tem sido reverenciado Brasil e mundo afora em diversas oportunidades. Quando de sua morte, na França, no dia 3 de abril de 1909, na Sorbonne, sob a presidência de Anatole France foi realizada uma sessão e homenagens, sendo orador Oliveira Lima, embaixador do Brasil em Bruxelas e o próprio Anatole que abriu a sessão. Na Academia Amazonense não tem sido diferente.

Quando do cinquentenário de seu falecimento, em 1958, sob a presidência de Salignac e Souza, a Academia organizou homenagens especiais no dia 29 de setembro, às 16 horas, uma sessão solene na qual foi orador o jornalista Aristophano Antony, estudando a figura de Machado como jornalista, “o tipógrafo que se tornou célebre”.⁹⁶ O outro orador foi Washington Melo, cuidando do crítico literário, e padre Nonato Pinheiro sobre o clássico da língua portuguesa.

Sob a atual presidência foi realizada uma série de conferências denominada “Diálogos: Machado de Assis”, comemorativa do centenário de morte do grande mestre da literatura brasileira, com a participação dos acadêmicos Antônio Loureiro, Zemaria Pinto, Tenório Telles e José Braga. Sobre Machado também foi realizada uma exposição histórico-literária, em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura chamada “Cardápio do Bruxo” apresentada no Largo de São Sebastião e na Casa das Artes e depois transferida para o Centro Cultural Palácio da Justiça, organizada também por Cléia Viana e Jandr Reis, com pesquisa de José Braga.

AS FESTAS DO CINQUENTENÁRIO

Regiamente preparadas sob a presidência de Djalma Batista, sendo secretário o jornalista Genesino Braga, também baluarte daquelas festas, as festas do cinquentenário de fundação levadas a efeito em 1968, foram de grande repercussão local e nacional. A edição especial da Revista propicia aquilatar todos os eventos que foram realizados, a opinião dos acadêmicos, as homenagens prestadas a Josué Montello, a presença de membros da Academia Brasileira que foram Joracy Camargo e Peregrino Júnior, e da

95 BATISTA, Djalma. **Lições do Cinquentenário**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, julho de 1968, Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1968. p. 9.

96 BRAGA, Genesino. **Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras**. Jornal do Comércio, Manaus, 31 de dezembro de 1967.

Academia Paraense de Campos Ribeiro, Aldebaro Klatau, Georgenor Franco, Alaudio Mello, o amplo noticiário de imprensa, os discursos e as conferências. Outros intelectuais também compareceram aos festejos: Orlando Moraes, João Botelho, Campos da Paz, Miguel Lúcio Cruz e Silva.

As razões que explicavam a existência da Academia foram traçadas por Djalma, na ocasião:

Como justificativa da existência da Academia Amazonense, ao se cumprir o seu Cinquentenário, diremos então que não tem sido vã nem inútil essa existência. Reunindo sempre 30 elementos locais, que estudavam escrevem, falam e ensinam dentro dos respectivos campos de atividade, está a Academia procurando preparar o terreno, formar o meio de cultura de que possam surgir, como já está se entevendo que começam a surgir, espíritos que consigam interpretar em novas dimensões a presença do homem na Amazônia, recriando-o segundo a inspiração da arte, no romance, no conto, no ensaio, na pintura, na escultura, na música, no cinema. Sobre as bases modestas que estamos construindo, erguer-se-á, num dia, que provavelmente já está à vista, o grande edifício com que todos sonhamos.⁹⁷

Na mesma linha seguiu Genesisino Braga em artigo pela imprensa de Manaus:

Congregou e estimulou, a Academia Amazonense de Letras, nestes cinqüenta anos de sua esplêndida vivência as figuras verdadeiramente exponenciais de nossa intelectualidade (...) e a atuação do cenáculo ilustre e o trabalho de seus agremiados estão nos livros, nas colunas dos jornais locais e nas páginas da Revista da Academia que nos deixaram os acadêmicos falecidos e nos escreveram e ainda estão a escrever os que fruem a

97 BATISTA, Djalma. **Lições do Cinquentenário**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, julho de 1968, Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1968, p. 9.

ventura de participar destas comemorações do pomposo cinquentenário.⁹⁸

No dia 1º de janeiro, houve Missa na Catedral, inauguração da placa comemorativa do cinquentenário na antiga casa de residência de Benjamin Lima, na rua de Monsenhor Coutinho, 390, onde foi feita a reunião preparatória de fundação da Academia, ocasião em que falou José Lindoso, solenidade na sede da Academia com exposição de livros de acadêmicos, outorga da medalha do cinquentenário, que foram mandadas fazer pelo professor Carlos Garrido, exibição do conjunto de Câmara do Conservatório Amazonense de Música.

Nos dias seguintes foram as conferências de Mário Ypiranga, com canto e piano de Pedro Amorim e Jerusa Mustafá, a noite de poesia com piano de Maria José de Moraes Lima e canto por Wilibaldo Cruz, e lançamento do livro “Soneto das Flores” de Américo Antony e apresentação de André Araújo; a conferência do padre Nonato Pinheiro e apresentação do conjunto de Câmara Orpheus, e no dia 6 a conferência de Josué Montello à época, presidente do Conselho Federal de Cultura, saudado por Álvaro Maia seguido da apresentação do coral João Gomes Júnior.

Na verdade, Djalma Batista era vice-presidente de Álvaro Maia que estava licenciado para o exercício do cargo de senador da República, mas a ele coube, logo por volta daqueles anos, a abertura da Academia aos jovens, não só com as conferências como a posse de alguns intelectuais do Clube da Madrugada.



GALERIAS DE HONRA

Desde os primeiros anos de funcionamento na sede própria a Academia procurou organizar uma galeria de seus titulares e homenageados. Assim foram apostos os retratos do presidente de honra Nelson de Mello, do governador Leopoldo Neves e de alguns acadêmicos que, com o tempo e problemas de conservação do prédio, foram deteriorados.

Na presidência Robério Braga foram organizadas as galerias de presidentes, de fundadores e de acadêmicos falecidos, sendo a primeira

⁹⁸ BRAGA, Genesino. **Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras**. Jornal do Comércio, Manaus, 31 de dezembro de 1967.

instalada na sala de reuniões da diretoria, agora designada de Sala José Chevalier, com quadros em moldura em madeira e fotos em preto e branco, incluindo todos os presidentes que assumiram oficialmente a direção da Casa; a galeria dos acadêmicos falecidos, em dois quadros únicos, e a dos fundadores com fotos em preto e branco, expostos na sala do chá.

Na presidência Élon Farias foi organizada a galeria especial dos acadêmicos que completaram cinquenta anos de vida no silogeu, inaugurada em 2005.

PRÊMIOS

Em várias ocasiões a Academia tem instituído e conferido prêmios para animar as ações culturais, especialmente literárias no Estado. Assim foi em 1959, com os concursos literários de amazonologia (prêmio Santa Anna Nery; Romance, prêmio Coriolano Dunrad, História, prêmio Bernardo Ramos, ao tempo da presidência de Salignac e Souza.

Em 1971 o prêmio Castro Alves, de cuja comissão julgadora foram membros Moacyr Alves, João Chrysostomo de Oliveira e Élon Farias, foram vencedores: Nelson Azevedo dos Santos, Eneida Lana Keller e Henrique R. de Lacerda.

Anos depois, em 2004, pela Resolução 002, na presidência Élon Farias, a Academia criou a Medalha Mérito Cultural "Péricles Moraes". Os primeiros homenageados foram Almino Affonso como escritor, Phelippe Daou como mecenas e o maestro Nivaldo Santiago no campo das artes, sendo a saudação acadêmica proferida pelo escritor Robério Braga e o agradecimento por Almino Affonso, no ano de 2005.

A medalha em 2008 foi outorgada a Kideniro Teixeira, Óscar Ramos, e a Editora Valer, respectivamente no campo das letras, artes e mecenato, conforme eleição realizada em 28 de janeiro. A sessão de outorga foi realizada a 28 de abril de 2008, sendo a saudação acadêmica proferida pelo escritor Almir Diniz, seguindo-se o agradecimento de Óscar Ramos, e a apresentação do Coral João Gomes Júnior.

Foram eleitos para a medalha em 2009, o bailarino amazonense Marcelo Mourão Gomes, o escritor Carlos Gomes e o Instituto Dirson Costa,

respectivamente nas áreas de artes, letras e mecenato, e a outorga será em dezembro de 2009, sendo orador o acadêmico Max Carphentier.

A Academia está discutindo a criação do prêmio de jornalismo Aristophano Antony.

HONORÁRIO



Marcos Villaça

O quadro de membros Honorários da Academia é bem seletivo. Diverso do quadro de titulares e correspondentes, nascidos com a própria Academia em 1918, o de Honorário surgiu com o Estatuto do cinquentenário, de 1968, da lavra do desembargador André Vidal de Araújo, sob a presidência de Djalma Batista, que substituiu o titular, Álvaro Botelho Maia. Está no art. 7º, sendo desde então selecionados vultos importantes das letras nacionais para esta categoria, sempre por eleição.

O último eleito e ainda não recebido pela Academia para as homenagens de praxe é o escritor e ministro Marcos Villaça, membro e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, pernambucano, autor de grande envergadura e sua eleição decorreu de indicação do acadêmico Robério Braga, acolhida à unanimidade pelo plenário.

Marcos Vinícios Rodrigues Villaça, nasceu em Nazaré da Mata, Pernambuco, em 30 de junho de 1939, filho único de Antônio de Souza Villaça e Evalda Rodrigues Villaça, é um advogado, jornalista, professor, ensaísta e poeta brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasiliense de Letras e ex-ministro e presidente do Tribunal de Contas da União.

Exerceu o magistério de forma intensa e profícuca, sendo professor de Direito Internacional Público na Universidade Federal de Pernambuco, desde 1964, e de Direito Administrativo (1967/1968); de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco; de História Política, Econômica e Social do Brasil, na Faculdade de Filosofia do Recife; Seminário Especial para Líderes Estudantes Brasileiros, co-patrocinado pela Universidade de Harvard – USA (1965); de História do Brasil, no Ginásio de Limoeiro (Pernambuco).

Exerceu vários cargos públicos como: Diretor da Caixa Econômica Federal; Membro do Conselho Diretor PIS-PASEP; Secretário Executivo do Programa Especial de Módulos Esportivos – PEME; Coordenador do “Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – CSU” (Vinculado à SEPLAN – Presidência da República); Chefe da Casa Civil do Governo de Pernambuco; Secretário de Estado do Governo de Pernambuco; Secretário Particular do Presidente da República; Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA.

Foi também Curador da Fundação Nacional pró-Memória, do Ministério da Cultura, tendo sido seu Presidente; Membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco (1966/1972, 1978/1984, 1984/1990), tendo ocupado, também, cargos na Procuradoria Jurídica e na Assessoria Especial; Membro do Conselho de Administração da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil; Presidente da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE; Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura; Membro do Conselho Federal de Cultura; Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura; Membro do Instituto Hispano Luso Americano de Direito Internacional e da Associação Argentina de Direito Internacional.

Autor de diversos livros publicados no país no exterior, especialmente na Itália, França, Inglaterra e Venezuela.

Na Academia Brasileira de Letras é o sétimo ocupante da cadeira 26. Foi eleito em 11 de abril de 1985, na sucessão de Mauro Mota, sendo recebido em 2 de julho de 1985 pelo acadêmico José Sarney. Recebeu os acadêmicos Ariano Suassuna, Alberto da Costa e Silva e Marco Maciel. Foi presidente da Academia no biênio 2006/2007. Na Academia Pernambucana de Letras também foi presidente de 1970 a 1972.

ACADEMIA NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Criado pela lei n. 616, de 8 de julho de 1967, o Conselho Estadual de Cultura foi organizado na forma institucional que sucedia em relação ao governo federal, ou seja, por nomeação do governador, dentre personalidades vinculadas às artes e às letras, representativas na sociedade, sob a presidência do secretário de Estado da Educação e Cultura, à época, Vinícius Raposo da Câmara.

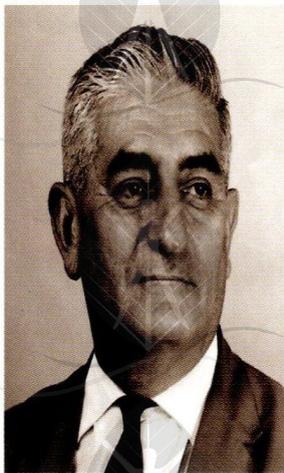
De logo foram nomeados os acadêmicos André Araújo, Mário Ypiranga Monteiro, Genesino Braga e Djalma Batista, sendo este último eleito vice-presidente. Portanto, a primeira composição do conselho, órgão máximo de deliberação da política cultural do estado, dentre doze conselheiros da sociedade, era integrado por quatro acadêmicos. A Academia também contribuiu para a composição do Conselho Estadual de Educação, por longos anos.

Foram conselheiros de Cultura também, em diversas ocasiões, Genesino Braga, Mendonça de Souza, Jefferson Péres, Robério Braga, Luiz Maximino, Anísio Mello, João Chrysostomo de Oliveira, Luiz Bacellar, Aldisio Filgueiras, Antístenes Pinto, Áureo Nonato, Paulo Jacob, Élson Farias, Jorge Tufic, Moacir Andrade, Thiago de Mello. Destes, foram presidentes do Conselho os acadêmicos: Mário Ypiranga Monteiro, Djalma Batista, Élson Farias, Anísio Mello e Robério Braga, atual presidente.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Depois do exercício de vários cargos públicos de relevância, inclusive governador do Amazonas e representante do Brasil em convenções internacionais, professor e orientador de diversas dissertações e teses, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis⁹⁹ integrou o Conselho Federal de Cultura por vários anos, ao lado de outras figuras proeminentes das letras brasileiras como Gilberto Freyre e Afonso Arinos, Clarival do Prado Valadares, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Octavio de Faria, Manuel Diegues Jr., Raymundo Faoro, Gustavo Corção, Peregrino Júnior, Rachel de Queiroz, Pedro Calmon, Renato Soeiro, Helio Vianna, dentre outros.

Tendo sido presidente da Câmara de Ciências Humanas (1967), foi depois presidente do Conselho Federal sucedendo a Josué Montello, dinamizando o colegiado e, sobretudo, procurando oferecer uma contribuição para a interpretação do Brasil



Arthu Cezar Ferreira Reis

99 Ver a respeito. BRAGA, Robério. **Arthur Cezar Ferreira Reis**. Estudos biográficos 6. Fundação Lourenço Braga, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

BENEMÉRITOS

A Academia tem sido comedida em seus 91 anos de existência, escolhendo para beneméritos, homens desta ordem, há poucos que, verdadeiramente, tenham oferecido contribuição decisiva para a entidade, seja de caráter pessoal como na condição de representante de ente público.

Com os títulos já conferidos, são Beneméritos da Academia, além do presidente de Honra, Marechal Nelson de Mello, o ex-governador Leopoldo Amorim da Silva Neves, o empresário Ildelfonso Pinheiro, o Dr. Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, o governador Gilberto Mestrinho, o prefeito Serafim Corrêa (eleito), e o governador e engenheiro Eduardo Braga.

Tocante, nos registros acadêmicos, foi a sessão de homenagem ao ex-governador e benemérito Leopoldo Neves, realizada em 9 de dezembro de 1953, sob a presidência de Péricles Moraes, em que foram oradores os acadêmicos Mitridates Corrêa, Mavignier de Castro, Moacyr Rosas, Genesino Braga, Castro Monte, Félix Valois Coelho, Djalma Batista e dom Alberto Gaudêncio Ramos, não só pela importância do homenageado como pela expressiva contribuição que dera ao funcionamento da Academia. Leopoldo Neves foi lenhador, jogador de futebol, trabalhador braçal, soldado do exército e nesta condição atuou em combates na revolta do Acre. Foi governador em grave momento de crise.

Ildelfonso Pinheiro, comerciante e escritor, membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas do qual foi vice-presidente e presidente, foi eleito Benemérito da Academia por indicação do padre Raimundo Nonato Pinheiro em sessão de 18 de agosto de 1958, por ter atuado como mecenas para a instituição, conferindo-lhe bens móveis e patrimônio imobiliário para ajudar na manutenção da entidade.

O Dr. Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, na qualidade de superintendente da Suframa, deu atenção especial à Academia e ao setor cultural e artístico do estado, inclusive criando um fundo de apoio com o qual incentivou várias iniciativas no campo das letras e das artes.

Eleito para a mesma homenagem, o ex-prefeito de Manaus Serafim Fernandes Corrêa, na presidência Élon Farias, em razão da aprovação de lei de incentivo financeiro anual e permanente para a Academia, em cumprimento de regulamentação da Lei Orgânica de Manaus de 1990, da qual foi relator geral o acadêmico Robério Braga, e que fixou obrigação municipal



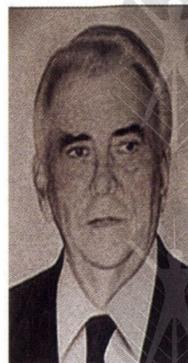
Marechal Nelson de Mello



Leopoldo Neves



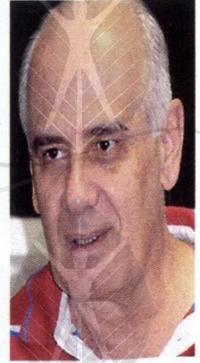
Ildelfonso Pinheiro



Joaquim Pessoa Igrejas
Lopes



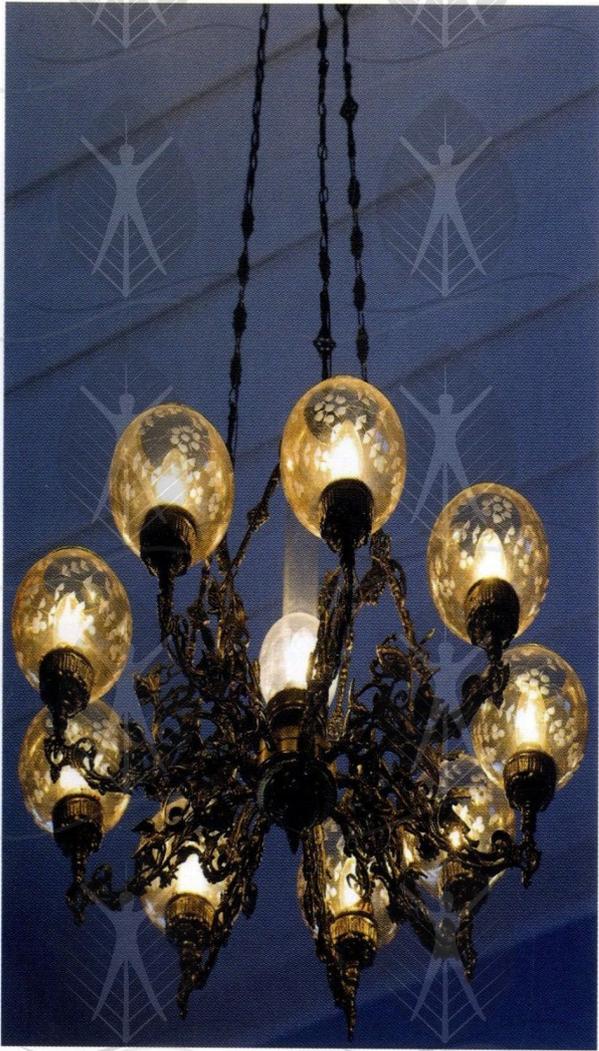
Gilberto Mestrinho



Serafim Corrêa



Eduardo Braga



de defesa e preservação da Academia como patrimônio municipal. O título, entretanto, ainda não lhe foi entregue.

Eleito na atual presidência, por aclamação, portanto, unanimidade dos acadêmicos em sessão de Assembleia Geral no dia 28 de novembro de 2009, o governador Eduardo Braga é o mais novo Benemérito da Academia, seja pelos relevantes serviços às letras e às artes, com diversas iniciativas no período de dois mandatos governamentais, seja, diretamente, pela restauração integral do prédio sede da Academia, conforme foi recebido em 1934, modernização de seu mobiliário e equipamentos, e construção de um anexo onde se instalou a Sala Memória “Mário Ypiranga Monteiro”, com expressivo investimento realizado pelo programa “Manaus Belle Époque” da Secretaria de Estado da Cultura.

HOMENAGEM NACIONAL

Em 5 de outubro de 2001 a Academia foi homenageada pela União Brasileira de Escritores com a Medalha “Peregrino Júnior”, a mais alta condecoração daquela importante entidade representativa dos escritores brasileiros. A solenidade foi realizada na sede da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, e a Academia Amazonense foi representada pelos escritores Almir Diniz e Jorge Tufic.

COLÉGIO DE EX-PRESIDENTES

Constituído na presidência Robério Braga, na reforma de estatuto procedida pelo relator Aderson Dutra, com a comissão composta por Paulo Nery e José Braga, o referido colégio visava integrar os ex-presidentes da entidade sempre em posição de destaque mantendo maior compromisso com a administração da Casa. Tendo funcionado com regularidade até o término do primeiro período da presidência Élson Farias, quando o estatuto foi novamente modificado, suprimindo-se o colégio.

REVISTA DA ACADEMIA. "LETRAS & ARTES". BOLETIM

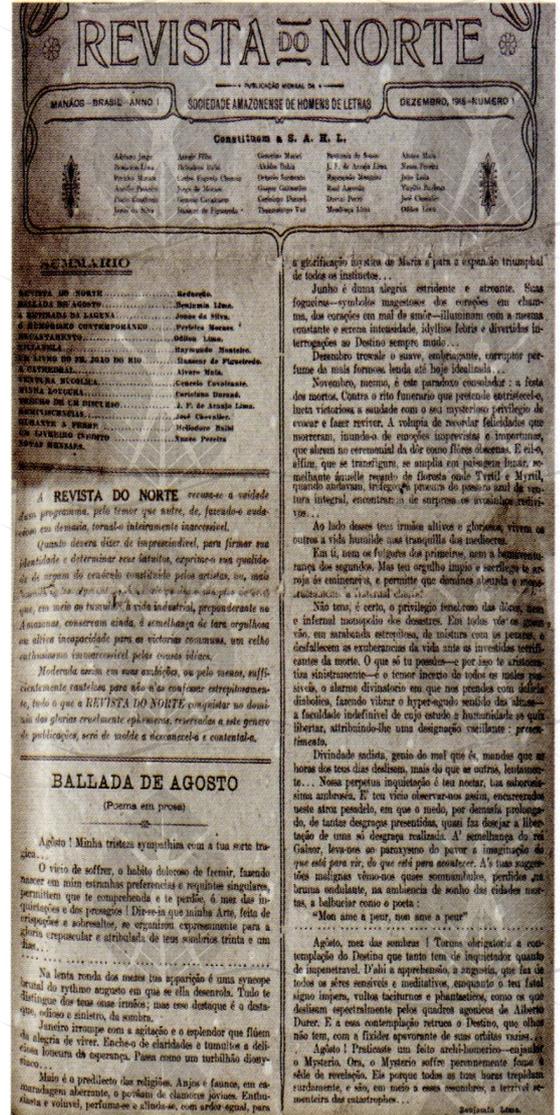
Interessada na divulgação de produção literária, a Academia, desde os primeiros dias como Sociedade de Homens de Letras editou a sua Revista, à época designada de "Revista do Norte" e depois de duas edições, passou a ser designada de "Revista da Academia", que, apesar de ter tido durante os 91 anos de existência uma circulação irregular, reúne contribuições importantes. Sua circulação sempre depende dos fundos financeiros da entidade, de apoio do governo do Estado ou interesse particular de alguns poucos mecenas.

A Revista surgiu ainda ao tempo da Sociedade de Homens de Letras, à época com o nome de "Revista do Norte", com denominação mudada conforme imposição do estatuto (art.13), aprovado em 29 de março de 1920 que também modificou a denominação do silogeu para Academia Amazonense de Letras.

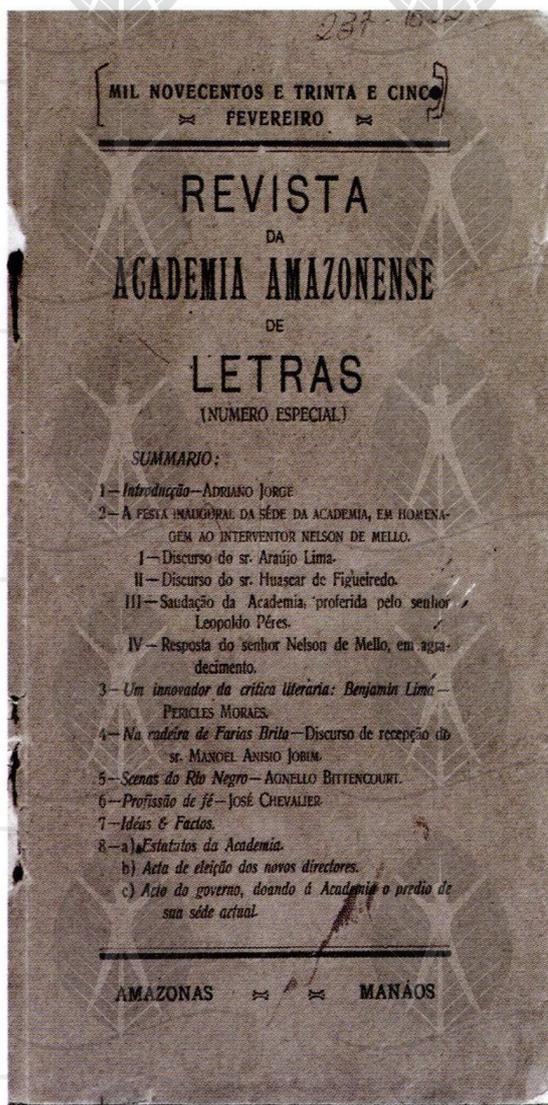
Foram dois os números publicados como "Revista do Norte", em 1919. Na verdade era em formato de jornal, tipo tablôide, anunciando que seria uma publicação mensal, dada a público em dezembro de 1918, encimada pela lista dos membros da Sociedade. Trazia artigos de Benjamin Lima, Jonas da Silva, Péricles Moraes, Odilon Lima, Raymundo Monteiro, Huascar de Figueiredo, Álvaro Maia, Genésio Cavalcante, Coriolano Durand, J.P.de Araújo Lima, José Chevalier, Heliodoro Balbi e Nunes Pereira.

Como era hábito na imprensa local, a revista ou jornal, em sua primeira edição deveria apresentar o seu programa, de modo a anunciar aos leitores a linha de atuação a desempenhar. Neste caso, houve recusa ao feito tradicional:

A Revista do Norte recusa-se a vaidade dum programa, pelo temor que nutre, de, fazendo-o audacioso em demasia, torná-lo inteiramente inacessível.(...) Moderada assim em suas ambições, ou pelo menos, suficientemente cautelosa para não nós confessar estrepitosamente, tudo o que a revista do Norte conquista no domínio das glórias cruelmente efêmeras, reservadas a este gênero de publicações, será de molde a desvanecê-la e contentá-la.¹⁰⁰



100 REVISTA DO NORTE. Manaus, dezembro de 1918, ano I, n. 1.



A Comissão de Redação, portanto, responsável pela edição, era composta por Benjamin Lima, Pericles Moraes, Odilon Lima, Benjamin de Souza e José Chevalier, sendo a secretaria, na sede do Instituto Universitário, na rua do Dr. Moreira, 34, para onde poderiam ser requisitadas assinaturas anuais ou números avulsos.

No primeiro número pode ser lido o poema "Durante a Febre", de Heliodoro Balbi, muito recitado nas rodas intelectuais da época, belo canto que a todos impressionava e impressiona. Na página de rosto, o mestre Benjamin Lima apresentava um poema em prosa sob o título de "Ballada de Agosto".

O primeiro número sob o novo modelo e formato foi editado em julho de 1920, sob a direção de Raul Azevedo, Benjamin de Souza e José Chevalier, eleitos em reunião de 29 de março de 1920, "a feição francesa com sumário logo na capa, feição essa que sustentou também nos números de fevereiro de 1935 (especial e de 1946)".¹⁰¹

O número inaugural da nova Revista foi impresso no Diário Oficial, sob as benesses do governo do estado, sendo governador o médico Pedro Bacellar. Era veículo de divulgação literária, "todo o fastigio do pensamento literário do Amazonas".¹⁰²

Desta fase da revista, diz Pêricles, com autoridade de quem criara e se envolvera efetivamente com a entidade:

*O advento da revista do Norte, em 1919, consolidou a nossa posição nos círculos intelectuais da cidade. Nada obstante a sua feitura gráfica desajeitada, canestramente provinciana, ostentava brilhantíssima colaboração nos dois únicos números publicados, onde se destacam uma viva e formosa página – Balada de Agosto – delicioso poema em prosa que poderia ter a assinatura de Baudelaire; e um ensaio de linhas concisas e vigorosas, ambos de Benjamin Lima.*¹⁰³

101 BRAGA, Genesino. **Presença da Revista da Academia**. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 13, 1968, p. 193, e "Jornal do Comércio". Manaus, 15 de setembro de 1968.

102 Idem, idem, p. 194.

103 MORAES, Pêricles. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955, p. 12.

Com edição irregular, durante quase todo o período de sua existência, tal situação pode ser sintetizada no texto de abertura da edição de fevereiro de 1955, assinalando as dificuldades para funcionamento da entidade e, notadamente, circulação de seu veículo de comunicação oficial:

Somente os que vivem no Amazonas e lhe conhecem a realidade da ambiência mesológica, saturada de prejuízos mesquinhos e recalques inconfessáveis, compreendem sem esforço que, além dos recursos escassos de que dispõem em nosso país as agremiações especificamente literárias, outros fatores, via de regra, concorrem, de modo idêntico, para a sua desagregação e conseqüente aniquilamento. Não foram poucos, por isso mesmo, os reveses que afrontamos, lutando contra a ironia desdenhosa de uns, as zombarias mal veladas de outros, e a prevenção acintosa da maioria, indiferente às iniciativas de índole intelectual.¹⁰⁴

Ao tempo das presidências de Djalma Batista, Salignac e Souza, Mário Ypiranga Monteiro, João Mendonça de Souza e Max Carphentier, a circulação da revista foi realizada com regularidade, abordando temas amazônicos e universais, discursos acadêmicos, notícias, resumos das atas, e informações de ordem geral.

Na presidência Mendonça de Souza, sob os auspícios do governo Gilberto Mestrinho, também foi publicado o jornal “Letras Acadêmicas”, sendo seu primeiro número de julho de 1984, editado em homenagem a Araújo Lima.

Visando popularizar a Academia e contribuir para a melhor informação dos leitores da imprensa diária de Manaus, a Academia obteve junto à direção de “O Jornal”, da empresa Archer Pinto Ltda., órgão de maior circulação no Estado, naquela época, a liberalidade de uso de uma página para artigos dos acadêmicos. Atuaram neste sentido junto a diretora Maria de Lourdes Archer Pinto, os jornalistas Phillipe Daou, Milton Cordeiro e Ulysses Azevedo, e a seleção de matérias começou a circular em janeiro de 1969, sendo coordenada inicialmente por Mendonça de Souza, depois auxiliado por Élson Farias.

104 MORAES, Pericles. Idem, idem.



Não sendo possível a circulação da revista, a Academia tem obtido a edição de jornais acadêmicos e boletins, com os quais, mesmo de forma simples, tem conseguido estabelecer comunicação entre os acadêmicos e destes com parcela da sociedade. Desta forma, as presidências de Oyama Ituassu, Robério Braga, Max Carphentier, Élson Farias e José Braga, editaram boletins e algumas revistas.

A última edição da Revista da Academia é a de número 27, em circulação em janeiro de 2007, sob a presidência de Élson Farias, depois que o longo intervalo de edições da revista foi interrompido pelo presidente Max Carphentier.

EDIÇÕES ACADÊMICAS

Pelos registros existentes as Edições da Academia, específicas, surgiram na presidência Djalma Batista, através de convênio com a Fundação Cultural e a editora Conquista, do Rio de Janeiro, em 1973, sob o patrocínio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, ao tempo do governo João Walter de Andrade, tendo sido publicados diversos títulos como: “Dicionário Amazonense de Biografias”, de Agnello Bittencourt; “Fundação de Manaus”, de Mário Ypiranga Monteiro; “O poeta e a forma exata”, de Mendonça de Souza; e “Versos de Outrora” de Cosme Ferreira Filho. Foi Mário Ypiranga Monteiro um dos organizadores daquelas edições e pessoalmente transportou os originais para a editora no Rio de Janeiro.

Anos depois, na presidência Robério Braga foram editados: *Gotas de Sangue* – Mário Ypiranga Monteiro. Poemas. Edição Fac-simile. Vol. 8. 1996; *Arthur Cezar Ferreira Reis. Opinião de Contemporâneos* – Newton Sabbá Guimarães, Robério Braga e Waldemar Salles. Inéditos Vol. 1, 1996; *Quadro de Poltronas e Acadêmicos – 1918-1999* – organizado pelo acadêmico Robério Braga, com a lista de todas as poltronas, fundadores, e acadêmicos sucessores, inclusive as alterações estatutárias e transformações de designação de poltronas. Novembro de 1999; *Anuário – 1999* – organizado pelos acadêmicos Robério Braga e Max Carphentier, do qual consta a síntese bibliográfica dos acadêmicos. Novembro de 1999, como publicou com regularidade a Lista de Acadêmicos, com dados completos de todos os titulares da instituição.

A Coleção “Clássicos da Academia” foi criada na presidência Élson Farias, por Resolução de 2004, financiada pelo governo do Estado através da Secretaria de Cultura, e editou os títulos: “Dom João da Matta” – Pe. Nonato Pinheiro; “Lobo d’Almada” – Arthur Reis; “Uiara” – Octávio Sarmiento; “Amazônia em novas dimensões” – Cosme Ferreira Filho; “O Colonialismo e a Escravidão Humana” – Oyama Ituassu; “Baíra” – Nunes Pereira; “Vocabulário de Ruy Barbosa” – João Leda; “Presidentes da Academia” – Robério Braga; “Em Memória de Jorge de Moraes” – Ruy Lins; “Em Memória de Paulo Jacob” – Armando Menezes.

Na atual presidência a prioridade foi conferida às obras de restauração e modernização da sede da Academia, mas, mesmo assim, foi editada uma série ordenada de boletins informativos e o livro “Natal das Letras”, em 2008, com artigos, poesias e ensaios da lavra de acadêmicos, lançado no “jantar das letras” realizado em dezembro.

INTERIORIZAÇÃO DA ACADEMIA

Numa ação inovadora a presidência atual da Academia – José Braga – vem estimulando a organização de academias no interior do Estado. Desta forma foram instaladas com apoio direto, a Academia de Letras de Parintins e a Academia de Letras de Itacoatiara. A Academia de Parintins foi instalada em 29 de novembro de 2008, com a presença de vários acadêmicos, sob a liderança de Antônio Loureiro.

Em Itacoatiara as ações para a criação da Academia foram lideradas pelo acadêmico Francisco Gomes da Silva, sendo o feito efetivado em 17 de maio de 2009, e a instalação em 18 de julho com a presença de vários membros da Academia Amazonense.

No programa “Plenárias Itinerantes” a Academia esteve em reunião pública em 2009, na Biblioteca do Parque dos Bilhares e em vários lugares, popularizando suas ações.

LEI DE FINANCIAMENTO

Em várias ocasiões ao longo de sua história de 91 anos a Academia foi beneficiada com incentivos financeiros do governo federal, estadual e municipal. Verbas federais advieram de ação dos deputados Leopoldo Péres

Sobrinho, José Lindoso, Paulo Nery, Raimundo Parente, e senadores Álvaro Maia e Flávio Brito. Em outras ocasiões decorreram de convênios, em vários governos e sob as presidências de Adriano Jorge, Péricles Moraes, Waldemar Pedrosa, Djalma Batista, Salignac e Souza, Mário Ypiranga Monteiro, Mendonça de Souza, Robério Braga, Max Carpentier, Élson Farias e José Braga.

Importante feito, entretanto, para a manutenção da Academia e realização de projetos e programas culturais foi a lei municipal, aprovada pela Câmara Municipal, em atendimento a mensagem do prefeito Serafim Corrêa, que assegura de forma permanente no orçamento anual do poder executivo municipal, verba substantiva para custear o funcionamento da instituição.

Tal medida decorreu de regulamentação da Lei Orgânica de Manaus, editada em 1990, da qual foi relator o acadêmico Robério Braga, especialmente no art. nº 345, que passou a considerar várias instituições culturais de Manaus sob a proteção do poder público. O pleito foi bem acolhido, certamente, também porque o então prefeito fora vereador naquela legislatura, conhecendo os objetivos previstos na ocasião. Tal medida foi obtida sob a presidência Élson Farias.

GALERIA DE ARTE E TEATRO

Ao tempo da presidência do professor Mário Ypiranga Monteiro, visando contribuir para a dinamização das artes na cidade de Manaus, a Academia constituiu parceria com a Secretaria do Conselho do Patrimônio Histórico do Estado, vinculado ao gabinete do vice-governador, na administração dos professores José Lindoso e Paulo Nery, para a implantação e funcionamento de uma galeria de arte e uma sala de teatro de fantoches, no porão da entidade, cuja localização é privilegiada. Tal medida permitiu também o apoio financeiro do governo do Estado para melhor funcionamento da instituição.

Dessa forma e com estes objetivos funcionaram a Galeria de Arte “Afrânio de Castro”, sob a direção imediata do artista Jair Jackmont, e a sala de teatro de bonecos, servindo para animação cultural e atração de jovens para a sede da Academia, durante vários anos, com ampla e crescente atividade, interrompidas em razão de mudança na administração do órgão governamental de gestão cultural.

Os espaços para arte foram abertos em 9 de abril de 1981, com pleno funcionamento diário, realizando dezenas de exposições e espetáculos de teatro de bonecos. Na galeria que recebeu o nome de Galeria “Afrânio de Castro”, estiveram expondo, dentre outros, Jair Jackmont, Sérgio Cardoso, Otoni Mesquita, Edgard Alecrim, Eli Bacellar, Bosco Ladislau, Alípio Domingues, Moacir Andrade, Roberto Evangelista, Auxiliadora Zuazo, Arnaldo Garcez, transformando aquele espaço em ponto de forte eferescência cultural.

GALERIA DE PRESIDENTES

Organizada na presidência Robério Braga, e na ordem sequencial de posse e exercício do cargo, foram presidentes da Academia: Adriano Augusto de Araújo Jorge, Péricles Moraes, João Leda, Waldemar Pedrosa, André Vidal de Araújo, Leôncio Salignac e Souza, Álvaro Botelho Maia, Djalma da Cunha Batista, Genesino Braga, Mário Ypiranga Monteiro, João Mendonça de Souza, Oyama Cesar Ituassu da Silva, Robério dos Santos Pereira Braga, Max Carphantier Luís da Costa, Élson José Bentes Farias e José dos Santos Pereira Braga (atual).

Entre estes o mais novo a assumir a presidência do silogeu foi Adriano Jorge, com 38 anos, e na seqüência, conforme a idade, Robério Braga com 44, Djalma Batista com 52, Salignac e Souza com 53 anos. O mais idoso foi João Leda com 78 anos, e na seqüência, tomada sempre a primeira posse no cargo, foi Oyama Ituassu com 74, Álvaro Maia com 73 e José Braga com 71 anos. Se for considerado o segundo ou terceiro exercício do cargo, ou o mais idoso a encerrar um mandato presidencial o registro fica a cargo de Mário Ypiranga Monteiro que encerrou seu último mandato presidencial com 81 anos, e Oyama Ituassu com 79 anos de idade.

REFORMAS E CONSERVAÇÃO

Ao longo dos anos foram realizadas várias obras de conservação e reforma do edifício, sempre sob os auspícios do governo do Estado. Assim sucedeu no ano de 1948, por ordem do governador Leopoldo Amorim da Silva Neves; no ano de 1956, por iniciativa do presidente Waldemar Pedrosa,



Adriano Jorge



Péricles Moraes



João Leda



Waldemar Pedrosa



André Araújo



Leôncio Salignac



Álvaro Maia



Djalma Batista



Genesino Braga



Mário Ypiranga



Mendonça de Souza



Oyama Ituassu



Robério Braga



Max Carphantier



Élson Farias



José Braga



leopoldo Neves

pouco depois sucedido por Salignac e Souza, no governo Plínio Ramos Coelho foram realizadas obras concluídas em 1961; em 1970, com pequenos serviços no governo Danilo Areosa; em 1982 na administração do professor José Lindoso; em 1990 no governo Gilberto Mestrinho.

As obras reclamadas pelo presidente Waldemar Pedrosa foram solicitadas ao governador Plínio Coelho por comissão formada pelos acadêmicos Waldemar Pedrosa, Aristophano Antony, Mendonça de Souza e Aderson de Menezes, e em razão da renúncia de Waldemar do cargo maior da Academia, foram levadas avante pelo presidente Salignac e Souza.

A reforma do salão nobre levada a efeito nos governos de Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho, sob a presidência de Salignac e Souza, foi inaugurada em sessão solene de posse do poeta Francisco Pereira da Silva, na poltrona de Machado de Assis, às 20h30, do dia 17 de fevereiro de 1960, sendo recebido pelo acadêmico Mavignier de Castro e o evento inteiramente transmitido ao vivo pelas ondas da Rádio Baré, o que constituía uma grande novidade.

No governo João Walter de Andrade (1971-74), tal como sucedeu com o Instituto Histórico, a sede da Academia também recebeu obras e serviços de conservação, por intervenção pessoal dos acadêmicos João Mendonça de Souza, Mário Ypiranga e Genesino Braga.

Leopoldo Neves também foi dos que se dedicaram a cuidar da Academia:

Remodelando a arquitetura anacrônica do edifício da academia, comparecendo pessoalmente às sessões solenes, atendendo solícito às exigências do organismo em formação facilitando-lhe elementos econômicos e cumulando de favores e distinções.¹⁰⁵

Em setembro de 1980, por correspondência de 29 daquele mês, o presidente Mário Ypiranga Monteiro pedia ao governador José Lindoso providências para a reforma do prédio da Academia, novo mobiliário e refrigeração.

105 MENDONÇA DE SOUZA, João. **Jubileu da Academia**. Revista da Academia Amazonense de Letras. Manaus: Imprensa Oficial, p. 53.

A reforma de 1981/82 deu-se com a efetiva participação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, à época sob a direção do professor e atual acadêmico, Ruy Alberto Costa Lins.

As obras de 1981, sob a presidência dos acadêmicos Mário Ypiranga e Mendonça de Souza, porque atravessaram período dos dois presidentes, integravam um projeto do governo do Estado de defesa, proteção e valorização dos edifícios tombados, em busca de promover a restauração de alguns deles, como o Palácio Rio Negro, o Palácio da Justiça, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a Academia de Letras. A intenção de completa e perfeita restauração, à época, esbarrou na falta de recursos financeiros suficientes e, principalmente, na ausência de técnicos especializados nos quadros do governo estadual. Somente foi possível um trabalho com tal e completa envergadura no Palácio Rio Negro. Assim, a obra no edifício sede da Academia recebeu uma restauração parcial.

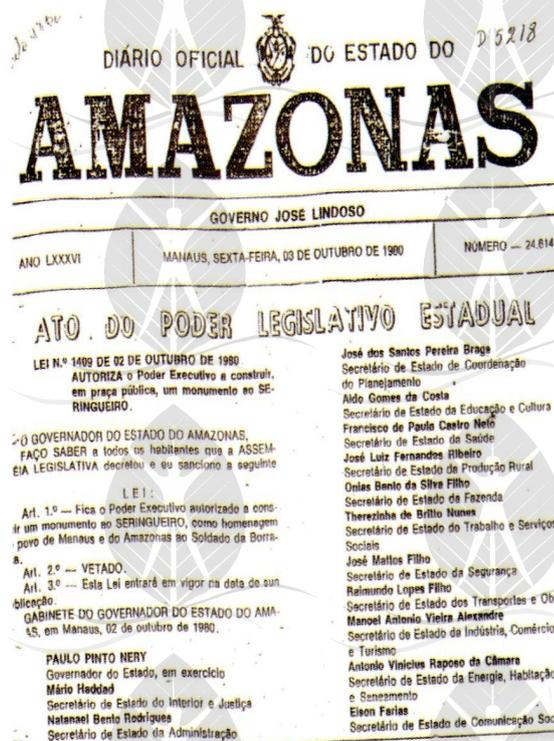
Outras intervenções de menor monta foram realizadas desde 1934, como pequenos reparos, pintura, conservação e manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos.

Todas as intervenções tinham por objetivo a conservação geral do prédio e de suas instalações, a modernização de equipamentos, adequação de móveis e refrigeração, colocando-o em condições de funcionamento adequado aos fins a que se destina. Em que pese o interesse nas reformas, o prédio foi ao longo dos anos sendo descaracterizado em sua conformação original, seja pintura interna e externa, adornos, lustres, arandelas, decoração, mobiliário, por razões as mais diversas.

TOMBAMENTO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

As iniciativas de tombamento e preservação de bens culturais edificados ou não, no estado do Amazonas eram esparsas e sem regulamentação legal, até os fins dos anos 1970.

Criada a Comissão do Patrimônio Histórico como integrante do Conselho Estadual de Cultura por iniciativa do acadêmico Mário Ypiranga Monteiro, esta somente conseguiu ter maior atuação no âmbito da estrutura da administração estadual quando passou a ser presidida pelo vice-governador Paulo Pinto Nery, que lhe imprimiu status político de relevância.



ATOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

DECRETO N.º 5218 DE 03 DE OUTUBRO DE 1980
TOMBA como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas os bens que especifico e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 159, da Constituição Estadual, cabe ao Poder Público dar proteção especial aos documentos, obras e locais de valor histórico e artístico;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 003/80, da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas,

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam tombados como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas os bens e monumentos a seguir especificados:

— Palácio da Justiça, situado na Avenida Eduardo Ribeiro entre as ruas José Clemente e 10 de Julho;

— Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas fundado na Rua Bernardo Ramos 117/131 com José dos Innocentes e todo o seu acervo bibliográfico, documental e o museu Crisanto Jobim referente à mesma entidade;

— Academia Amazonense de Letras, situada na Rua Bernardo Ramos com a Rua Tapajós e todo acervo bibliográfico e documental.

Art. 2.º — Os bens e monumentos de trata o pr Decreto ficam sob a proteção exclusiva da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, na forma da legislação em vigor, e através do Grupo Permanente de Trabalho, no que se refere à manipulação técnica dos bens.

Art. 3.º — Fica a Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas encorajada de, no prazo de 60 dias, estabelecer as medidas a serem adotadas para preservação integral dos bens e monumentos referidos.

Decreto de Tombamento



Tal providência decorreu de anteprojeto de Emenda Constitucional elaborado por Robério Braga e apresentado ao governador José Lindoso e ao vice-governador Paulo Nery, de logo aprovado. A compreensão era de que, como apêndice do Conselho de Cultura, em que pese à importância do seu presidente e de seus membros, o patrimônio histórico não teria maior relevância política nem possibilidades orçamentárias, o que poderia ser superado, como foi, com a nova definição de inserção institucional e competência do vice-governador do Estado, criando uma secretaria executiva específica para este fim.

Em 1980, em atendimento a Exposição de Motivos apresentada pelo historiador Robério dos Santos Pereira Braga, secretário do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, e aprovação do vice-governador, o prédio sede da Academia foi considerado patrimônio histórico do Estado do Amazonas pelo decreto n. 5.218, de 3 de outubro de 1980, permitindo a continuada contribuição do poder público em sua conservação e prestação de serviços à comunidade com biblioteca especializada, conferências, palestras, seminários, cursos, edições de livros e revistas, passando a funcionar mediante convênio de apoio cultural com o governo.

Tal medida também fixou, na mesma ocasião, proteção do poder público para os prédios do Palácio da Justiça, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e Palácio Rio Negro.

RESTAURAÇÃO

Cogitada em várias oportunidades, inclusive na administração do acadêmico Élson Farias, a restauração do edifício sede da Academia conforme as características originais foi parcialmente executada na reforma de 1982, ao tempo do governo José Lindoso, mas não se concretizou, especialmente pela inexistência de técnicos e restauradores em Manaus, capazes de processá-la adequadamente, em que pese o empenho dos presidentes Mário Ypiranga Monteiro e João Mendonça de Souza, e do próprio Conselho de Patrimônio Histórico do Estado. Nos fins da administração do presidente Élson Farias (2007-08), foi esboçada a realização de novas obras de reforma, a ser realizada em convênio com o Estado, mas não foi possível ser efetivada, mesmo tendo sido firmado convênio específico para tanto.

A nova administração da Academia, reconhecendo a imperiosa necessidade da realização das obras de conservação e manutenção do edifício, propôs a realização em 2009, mediante convênio da Academia com o governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Cultura, conforme projeto liderado pelo presidente e acadêmico José dos Santos Pereira Braga e elaborado pelo arquiteto Caio Borges, e depois de ampla discussão com técnicos e restauradores do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, a restauração foi autorizada pelo governador Eduardo Braga, incluindo a restauração e modernização do mobiliário, conforme as necessidades.

A intervenção física realizada no ano de 2009 constitui-se, portanto, na efetiva restauração da sede da Academia conforme os padrões técnicos e artísticos que caracterizam tal procedimento de acordo com normas internacionais.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Mediante licitação pública foi contratada a empresa Sé Construções Ltda. que realizou a obra no período de dez meses, sob fiscalização direta dos engenheiros Franklin Mota e Jane Fontenelle, e supervisão das arquitetas Regina Lobato e Sheila Campos, sendo líder dos restauradores a restauradora Judeth Maia Ferreira da Costa com o apoio incondicional de Angela Simões. Pela Academia acompanharam sistematicamente, além do presidente José Braga, os acadêmicos Almir Diniz, Rosa Brito, Élson Farias e Robério Braga, também secretário de estado da Cultura.

As obras foram executadas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Cultura, pelo programa “Manaus Belle Époque” que tem revitalizado vários prédios e áreas antigas da cidade.

Além das obras e serviços de engenharia relativos à renovação completa da rede elétrica, hidráulica e sanitária, revisão de alvenaria, novo telhado, manta, foram realizados os serviços especializados de restauração com a recomposição da fachada original, conforme fotos de 1935, retorno da altura do forro original do salão nobre; restauração das janelas internas, com retorno das características originais em madeira; restauração das pinturas parietais do salão principal reconstituídas através de prospecções e conferência por





meio de fotos de época; restabelecimento dos óculos da fachada principal conforme aspecto original do prédio; restauração dos degraus em pedra da escadaria principal; retorno da abertura original do salão principal para o salão secundário, atual sala da diretoria; restauração dos móveis antigos com retorno ao aspecto original em madeira aparente; recomposição do sistema de arandelas em vidro tipo cristal; recomposição de lustres e do sistema de iluminação de todas as dependências. No campo da restauração o novo ordenamento das salas do prédio principal permitiu a recomposição da sala da diretoria conforme modelo original, e a criação do gabinete presidencial, além da recuperação do brasão da Academia, dos bustos, placas de bronze e galeria de presidentes.

Dentre os serviços de modernização dos ambientes foram realizadas obras no antigo porão, edificando a secretaria, biblioteca, sala de leitura, almoxarifado, depósito e demais dependência de copa e sanitários. Todo o prédio, inclusive o moderno anexo construído foi refrigerado.

O salão nobre além de ter recebido serviços de refrigeração e sistema de som e projeção modernos, foi inteiramente restaurado quanto às pinturas parietais e adornos, conforme os desenhos e cores originais.

ACADÊMICOS DA RESTAURAÇÃO

Em 2009, ano da restauração completa do edifício sede, a Academia está composta de quarenta poltronas, atualmente ocupadas pelos escritores: Aderson Pereira Dutra, Amadeu Thiago de Mello, Antônio William Rodrigues, Arlindo Augusto dos Santos Porto, Carmem Nóvoa e Silva, Élson José Bentes Farias, Joaquim de Alencar e Silva, José Bernardo Cabral, José dos Santos Pereira Braga, Jorge Tufic Alaúzo, Lafayette Carneiro Vieira, Luís Soares Vieira, Max Carphentier Luiz da Costa, Mário Augusto Pinto de Moraes, Moacyr Couto de Andrade, Newton Sabbá Guimarães, Robério dos Santos Pereira Braga, Rosa Mendonça de Brito, Ruy Alberto Costa Lins, Waldemar Batista de Salles, Anísio Mello, Almir Diniz, Aldizio Filgueiras, Mário Ypiranga Neto, Marcos Barros, Cláudio Chaves, Tenério Telles, Demosthenes Carminé, Francisco Gomes, Luiz Bacellar, Márcio Souza, José Maria Figueiredo Pinto, Armando Menezes, Antônio Loureiro, Luiz Maximino.



Acadêmicos

PRESIDENTE DA RESTAURAÇÃO

José dos Santos Pereira Braga nasceu em Manaus, Amazonas, em 15 de fevereiro de 1937. Filho de Lourenço da Silva Braga e Sebastiana dos Santos Pereira Braga.

Realizou seus estudos primário e médio em Manaus, nas escolas Antônio Bittencourt, Plácido Serrano e Ribeiro da Cunha, no Colégio Estadual do Amazonas e Instituto de Educação, concluindo o segundo grau no Liceu do Ceará. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, (1973) e, em Música – Habilitação em Violino, pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro (1989). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988).

Ingressou no Serviço Público Estadual em 1952, por concurso, exercendo vários cargos e funções, dentre os quais: Assessor do Governador do Estado (1963/1964), Diretor Geral do Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas – DASPA (1964/1966), Assessor da Presidência do Banco do Estado do Amazonas (1974/1980), Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Amazonas (1980/1982), integrando o Conselho Consultivo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – CODAM, e o Conselho Deliberativo do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa – CEAG-AM, do qual foi presidente.

Aprovado em 1º lugar no concurso público de provas e títulos para Juiz do Trabalho Substituto, ingressou na Magistratura Federal em 1984, sendo promovido a Presidente da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus em 1987. Atuou no Tribunal Regional como Juiz Convocado no período de 1993/2001, tendo sido promovido por merecimento, em 2001, ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho. Foi Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região de 2002 a 2004, e Presidente no biênio 2004/2006, sendo alçado, em 2005, como Representante da Região Norte, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, órgão do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Foi Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 11ª Região – AMATRA XI, de 1990 a 1992.

Exercendo o magistério por mais de cinquenta anos, foi professor de Língua e Literatura Portuguesa na Escola de Comércio Senador Lopes



José dos Santos Pereira Braga



Gonçalves, Escola SENAC, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto de Educação do Amazonas e Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas; professor da Faculdade de Direito e do Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas; professor colaborador, durante nove anos, do Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás; coordenador e professor do Mestrado Interinstitucional em Direito da Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Amazonas; membro do Conselho Editorial da EDUA/UFAM; Membro do Comitê de Ciências Humanas da UFAM; orientador de teses, dissertações e monografias, participou de bancas de exames na UFAM, UEA, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Pará e Universidade do Porto.

Publicou “Instruções Ortográficas”, “O Instituto do Comodato e sua Aplicação no Direito Agrário Brasileiro” (Dissertação de Mestrado), “Contratos de Arrendamento e Parcerias Rurais no Direito Agrário Brasileiro” (Tese de Doutorado), “Introdução ao Direito Agrário”; “Direito à terra e os Contratos Agrários no Brasil: contradições e impasses”, “Missão da minha vida”, “Responsabilidade social do Servidor”, “No café das lembranças”, “Pão e rosas”, “Um olhar sobre a missão”, “Um olhar sobre a Justiça do Trabalho no interior do Amazonas” (organizador), “Reforma e modernização das Varas do Trabalho” (organizador), “Letras de Natal” (organizador), além de dezenas de artigos, resumos, prefácios, estudos, conferências em anais de congressos nacionais e internacionais e revistas especializadas.

Participa de diversas instituições culturais: Membro Titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Rio de Janeiro), Membro Titular da Academia Brasileira de Letras Agrárias (Roraima), Membro Titular da União Mundial de Agraristas Universitários (Milão), Membro do Comitê Científico Internacional do Instituto Argentino de Direito Agrário (Rosário), Membro Titular do Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado (Rio de Janeiro), Membro Honorário da União Brasileira de Escritores do Amazonas (Manaus), Membro Fundador e Presidente da Academia Amazonense de Letras Jurídicas (Manaus), Membro Titular da Academia Amazonense de Letras (Manaus).

Dentre honrarias e prêmios, destacam-se: Oficial da Ordem do Mérito Governo do Estado do Amazonas; Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho; Grão-Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região; Medalha de Ouro

Rodolpho Vale, Câmara Municipal de Manaus; Mérito Universitário de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Prêmio de Monografia, Congresso Mundial de Direito Processual, com o tema “Direito à terra Violado e Inaplicado no Brasil”; Mérito do Magistério “Prof. Paulo Torminn Borges”, Universidade Federal de Goiás; Homenagem Especial, Universidade Federal do Amazonas; Medalha 40 Anos da Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Cultura.

A aposentadoria compulsória do Desembargador Federal e Professor José dos Santos Pereira Braga, em 2007, não diminuiria o seu ideal de servir, eis que fundou e preside o Instituto José Braga, instituição comprometida com a causa humana da educação, integrou-se ao trabalho da Universidade Aberta da Terceira Idade – UnATI/UEA, sendo Membro do Conselho Deliberativo.

Eleito em 23 de dezembro de 1991, foi empossado em 22 de maio de 1992, com assento na Cadeira nº 9, de Machado de Assis, preside a Academia Amazonense de Letras (2008-2009).

GOVERNADOR DA RESTAURAÇÃO

Eduardo Braga (Carlos Eduardo de Souza Braga), governador do Estado, 49 anos, filho de Carlos e Dorothéia Braga, nascido em Belém do Pará é engenheiro. Estudou em Manaus, Belém e nos Estados Unidos da América do Norte.

Ingressando na política partidária bastante jovem, foi vereador de Manaus sendo líder de seu partido e presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal. Com dois anos de mandato resolveu concorrer ao cargo de deputado estadual, sendo eleito, e exercendo a função de líder do governo na Assembleia Legislativa, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e vice-presidente da Comissão Pré-Constituinte do Amazonas, em 1988. No exercício daquele mandato foi eleito por seus pares para a importante função de Relator Geral da Constituição do Estado do Amazonas de 1989.

Em seguida, completado o mandato de deputado estadual foi eleito como representante do Amazonas para a Câmara Federal e exercendo o mandato integrou várias comissões parlamentares de inquérito e foi sub-relator da Comissão de Orçamento da Câmara Federal.



Eduardo Braga



Ainda no curso do mandato de deputado federal, foi candidato ao cargo de vice-prefeito municipal de Manaus em chapa com o então senador Amazonino Armando Mendes, que foram eleitos. Empossado, exerceu cumulativamente a função de secretário municipal de Obras. Com a renúncia do titular para concorrer ao cargo e governador, exerceu o mandato de prefeito municipal de Manaus.

É governador constitucional do Estado do Amazonas, eleito e reeleito, compreendendo o período de 2003 a 2010. Possui várias medalhas e honrarias entre as quais: Grão Mestre da Ordem Mérito Militar – Medalha e Diploma, 2003 – Brasília/DF; Grão Mestre da Ordem de Rio Branco – Medalha e Diploma, 2003 – Brasília/DF; Ordem do Mérito da Assembleia Legislativa – Medalha e Diploma, 2003 – Manaus/AM; Grão Mestre da Ordem do Mérito da Defesa – Medalha e Diploma, 2003 – Brasília/DF; Mérito da Defesa Civil de Roraima – Medalha e Diploma, 2003 – Manaus/AM; Mérito Empresarial SEBRAE/AM – Medalha e Diploma, 2004 – Manaus/AM; Grão Mestre da Ordem do Mérito Naval, Medalha e Diploma, 2005 – Manaus/AM; Honra ao Mérito Ruy Araújo – Assembleia Legislativa, 2005 – Manaus/AM; Ordem do Mérito Anhanguera – Estado de Goiás. Medalha e Diploma, 2005 – Goiânia/GO; Medalha e Diploma – Embaixador Sérgio Vieira de Mello. Itália, 2005; Mérito Judiciário. Medalha e Diploma, 2005 – Manaus/AM; Medalha do Parlamento Latino Americano, 2005; Ordem do Mérito Judiciário – TRT – 11ª Região – Medalha e Diploma, 2006 – Manaus/AM; Ordem do Mérito – Comercial da Amazônia – Federação do Comércio – FECOMÉRCIO. Medalha e Diploma, 2006; Ordem do Mérito Aeronáutico. Medalha e Diploma, 2006 – Manaus/AM; Distinção Acadêmica da Academia Brasileira de Letras, 2007; Ordem do Mérito Judiciário Militar – Medalha e Diploma, 2009 – Brasília-DF; Medalha da Inconfidência, 2009 – Ouro Preto-MG; Medalha “Ministro Franciulli Netto”, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura – COPEDEM, 2009; Medalha da Ordem do Mérito da Polícia Militar do Estado do Amazonas, 2009 – Manaus-AM.

VISITANDO A ACADEMIA

Casa de Adriano Jorge

A sede da Academia é designada de “Casa de Adriano Jorge”, em homenagem ao seu primeiro presidente, que exerceu o cargo pelo período de 30 anos, exatamente de 1918 a 1948. Na Academia Brasileira o escritor Austregésilo de Athayde foi presidente por 44 anos, de 1959 a 1993, quase um jubileu de ouro presidencial. Do mesmo modo a sede da Academia Brasileira é designada de “Casa de Machado de Assis”.

Trata-se do médico, filósofo, pensador, professor, musicista, jornalista e político Adriano Augusto de Araújo Jorge Filho, nascido em Alagoas e falecido em Manaus.

Era filho do professor Adriano Augusto de Araújo Jorge e Aristéa de Araújo Jorge, e nasceu em 20 de agosto de 1879. Neto do conselheiro Silvério Fernandes de Araújo Jorge e dona Maria Vitória Pontes de Araújo Jorge. Seu pai nasceu nas Alagoas em 25 de maio de 1846, foi professor de inglês, jornalista e presidente do Instituto Histórico de Alagoas. Eram seus irmãos: Agesilao Jorge, Argemiro e Antonino.

Adriano foi professor em Maceió, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, professor de diversos colégios em Manaus e membro de bancas examinadoras de concursos para catedrático do ensino público no Amazonas. Casado com a professora Laura Tapajós de (Alencar) Araújo Jorge, deixou um único filho, Ruy Adriano de Araújo Jorge.

Foi professor interino de português do Ginásio Pedro II (1903), efetivado em 18 de maio de 1910. Foi candidato a vereador de Manaus em 1918 e candidato ao congresso estadual para o período de 1910-1913, juntamente com Péricles Moraes, ambos com o apoio dos oficiais da marinha mercante através da Confederação do Trabalho do Estado do Amazonas. Professor Catedrático do Ginásio Amazonense Pedro II e do Instituto de Educação do Amazonas. Escritor, jornalista, deputado estadual, vereador de Manaus e presidente da Câmara Municipal quando da reconstitucionalização do País, em 1947, cargo em que faleceu.

Como primeiro Presidente da Academia, esteve ocupando o cargo desde a fundação, no largo período de 1º. de janeiro de 1918 a 2 de novembro 1948, tendo realizado diversas sessões literárias e lítero-musicais,



especialmente na sede do Ideal Club, e reuniões de trabalho, inicialmente na Assembleia Legislativa do Estado.

A 26 de janeiro de 1919 presidiu a sessão solene da entidade ainda como Sociedade de Homens de Letras, no Teatro Amazonas, em homenagem a Olavo Bilac (1865-1918)¹⁰⁶ proferindo bela oração de improviso, na abertura dos trabalhos.

Há memórias muitas, dos seus brilhantes discursos na Academia. Daquela convivência acadêmica diz Péricles:

Durante as nossas festas literárias, abrindo as sessões, a palavra disciplinada e disciplinadora deste mestre de eloquência arrebatava os auditórios mais prevenidos. Senhor absoluto da arte e da técnica de falar, do improviso, a explanação das ideias, a originalidade dos conceitos, o colorido e o relevo das imagens, a musicalidade da expressão verbal (...) eram os atributos que concorriam e se harmonizavam para o milagre do seu verbo.¹⁰⁷

Quando de seu retorno de uma viagem ao sul do País, em 1919, foi homenageado na Academia por brilhante discurso de Virgílio Barbosa, ressaltando as qualidades de escritor, orador, médico, e, fundamentalmente, de líder daquele movimento acadêmico que mal se iniciava:

Sociedades como a nossa apoiam-se nos ombros dos homens altruístas e de ideal; e vós, símbolo vivo de idealismo e de altruísmo, convosco havíeis levado o melhor de nossa própria seiva. E é por isso que muito vos queremos e por isso que vossa volta, embora após breve ausência, nos cabe como uma reconquista.¹⁰⁸

Virgílio encerrou deixando lavradas expressões que, ainda hoje, vez em quando, são repetidas em homenagem ao grande professor,

106 Foi a solenidade de pompas fúnebres em homenagem a Olavo Brás dos Guimarães Bilac, falecido em 18 de dezembro de 1918, no Rio de Janeiro.

107 BARBOSA, Virgílio. *Discurso de Homenagem a Adriano Jorge*. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, 1919.

108 BARBOSA, Virgílio. *Discurso de Homenagem a Adriano Jorge*. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, 1919.



Sede bem-vindo! Vós sôis para nós como o sal da terra, do evangelho de Matheus: vos estis sal terrae. Vinde, que à falta vossa, já íamos não tendo com que temperar o manjar do ideal. Sede bem-vindo.¹⁰⁹

Se foi retumbante como dizem as notícias de jornais da época, o discurso que Adriano proferiu na abertura da sessão de posse de Raul de Azevedo realizada em 21 de janeiro de 1920, no salão da Assembleia Legislativa, transformado em sede da Academia, não foi de menor expressão o que realizou no salão do Grande Hotel no banquete oferecido pela Academia Amazonense ao escritor Raymundo Moraes em retribuição às festas com que foi tratado Péricles Moraes quando em visita a Academia Paraense, logo naqueles primeiros anos de existência do silogeu.

Tal tratamento, diga-se, ainda que de passagem, não foi suficiente para que Raymundo Moraes, com toda a sua bagagem literária fosse admitido na nossa Academia de Letras, contra o qual havia algumas resistências, entre elas as do próprio Péricles.

Fez publicar o primeiro número da Revista em junho de 1920, impresso nas oficinas da Imprensa Pública do Estado, tempo em que a secretaria da entidade funcionava no Instituto Universitário, de José Chevalier Carneiro de Almeida, na rua do Dr. Moreira, mesmo casarão no qual residiu Barbosa Rodrigues e nasceu Arthur Reis.

Presidiu a sessão lítero-musical da Academia, realizada na sede do Ideal Club em 10 de agosto de 1923, em homenagem ao centenário do escritor Gonçalves Dias, proferindo, mais uma vez, brilhante discurso de improviso registrado pela imprensa como “uma bela jóia literária, um mimo de oratória, capaz de agradar aos ouvidos mais exigentes, não somente pela cultura revelada, como pela forma ática da dicção”.

Aquela foi uma sessão especial, em que se ouviu a senhorita Betina Ribeiro ao piano, Raimundo Monteiro declamando “La Ville de Bologne”, Huascar de Figueiredo tratando do lirismo de Gonçalves Dias, a senhorita Carmen Fehre, acompanhada ao piano pelo desembargador e pianista Paulino de Mello executar no violino a peça “Melodie”, de Rubinstein, e Lucy Paes Barreto declamar poesias de Machado de Assis, seguida de José Chevalier, além do discurso de Raul de Azevedo e da execução de Maria Elsa de Andrade

¹⁰⁹ BARBOSA, Virgílio. *Discurso de Homenagem a Adriano Jorge*. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, 1919.

ao piano, encerrando o evento com uma peça de Liszt. Eram assim as solenidades que ele organizava na sede do Ideal Club, engalanado e muito bem decorado.

No ano de 1927 os herdeiros da família imperial brasileiro visitaram Manaus.¹¹⁰ A Academia era sempre o centro de todas as manifestações de alto nível que os governos e a sociedade costumavam realizar. Assim foi na sua gestão, em 29 de maio de 1927, que foi realizado um Festival de Arte promovido pela Academia em homenagem ao príncipe e a princesa de Orleans e Bragança, depois classificada como uma das mais belas festas da época.

Foi orador no ato de inumação dos restos mortais do acadêmico Heliodoro Balbi,¹¹¹ transladados do Acre para Manaus, seu grande e admirável amigo de paliçadas de imprensa e da política, proferindo belíssima oração a qual, por muitos anos mereceu comentários e registros especiais.

No campo estrito da gestão administrativa, também deu posse a Manoel Anísio Jobim em 24 de setembro de 1932, que foi recebido por Leopoldo Péres. Reformou o Estatuto, publicado em 24 de novembro de 1934.

Foi sob sua administração que a entidade conseguiu sede própria, inaugurada em sessão solene de 6 de janeiro de 1935, sob os auspícios do interventor federal capitão Nelson de Mello, por isso mesmo elevado à condição de Presidente de Honra da Academia.

Bidu Sayão,¹¹² considerada a melhor cantora do país naqueles anos após a revolução de 30, que fazia grande sucesso no exterior onde acabou fixando residência e se projetando ainda mais nos grandes teatros do mundo, esteve em Manaus em 1936, sendo recebida por Adriano, Álvaro Maia e Antônio Maia. Na apresentação que fez no Teatro Amazonas foi saudada por Adriano Jorge, em um dos seus festejados discursos de improviso, sobre o qual Péricles Moraes deixou assentado:

*A sua oração reverberante como um raio solar,
transfigurou-se num espetáculo apoteótico. Toda a*

110 Ver a respeito BRAGA, Robério. **Bidu Sayão em Manaus**. Coleção História do Amazonas, Fundação Lourenço Braga/Grafima, Manaus, 1999.

111 Os restos mortais chegaram à Manaus no navio vapor Distrito Federal, em 24 de fevereiro de 1928, sendo entregue ao Dr. Coriolano Durand que os recebeu em nome da cidade de Manaus, seguindo para a cerimônia realizada na catedral de Nossa Senhora da Conceição e de lá em cortejo para a capela do cemitério São João Baptista. A inumação foi às 16 horas do dia 6 de março, ocasião em que Adriano falou em nome do governo e do povo amazonenses.

112 Ver a respeito BRAGA, Robério. **Bidu Sayão em Manaus**. Coleção História do Amazonas, Fundação Lourenço Braga/Grafima, Manaus, 1999.

*platêia, num só movimento vibratório, glorificou-lhe o nome, sob esfuziantes aclamações.*¹¹³

Fez circular, em 1946, depois de 10 anos de interrupção, a Revista da Academia, da qual Péricles Moraes era o Diretor.

No seu longo período administrativo a Academia perdeu vários de seus membros, entre eles Araújo Lima e Virgílio Barbosa; outros foram transferidos por imposição estatutária para a condição de membros correspondentes. Foram eleitos Américo Antony, Araújo Neto, Djalma Batista, Mário Ypiranga, Moacyr Paixão, Paulo Sarmiento e Ramayana de Chevalier, que chegaram aos nossos dias como expressão alta da inteligência e da versatilidade.

Em seu último ano de presidência deu-se posse a Mário Ypiranga Monteiro, em sessão de 14 de fevereiro de 1948, recebido por Huascar de Figueiredo. Naquela ocasião foi apresentado um belíssimo programa litero-musical com a pianista Maria José Moraes, declamação de Lili Azevedo e Marly Bitton. São da mesma época a eleição e posse de Felix Valois, recebido por João Leda; de Djalma Batista recebido por André Vidal de Araújo; e, de Salignac e Souza, recebido por Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, além da eleição de Aristophano Antony e da sessão comemorativa do centenário da imposição do nome de Manaus à nossa cidade.

Para registro da história da Academia, vale deixar assentado que Aristophano Antony – o jornalista esmerado e por excelência –, eleito ainda no período adrianino foi empossado em 13 de agosto de 1949, sob a presidência de João Leda, sendo recebido por Péricles Moraes.

Na sessão em sua homenagem e de pompas fúnebres realizadas pela Academia em 30 de dezembro de 1948, foram oradores Leôncio Salignac e Souza e Djalma da Cunha Batista.

Todo o seu período presidencial foi de um exercício sereno, austero, eficiente, à altura da instituição, como registram, sem discrepância alguma, os contemporâneos.

A síntese mais clara da importância de Adriano na paisagem literária do Amazonas e na Academia, parece estar com Péricles Moraes, ao encerrar artigo lançado na Revista:

Grande Adriano Jorge! A nossa Academia, a Academia que viveu quase meio século sob o encantamento do teu

113 MORAES, Péricles, idem, idem.

espírito, jamais esquecerá o nome de seu incomparável animador. Sucedam-se as gerações e reajustem-se as ideias, modifiquem-se os itinerários do pensamento e ressurgam novas escolas e novo profetas, transfigurem-se os homens e descortinem-se novos horizontes para a grandeza do seu templo sagrado – tu serás sempre a legenda heróica de sua vida, a figura cósmica que do alto de outras esferas lhe anunciará a glória dos futuros destinos.¹¹⁴

Pela sua estatura intelectual e contribuição para a vida acadêmica passou a denominar uma cadeira a partir da reforma estatutária de 1968, presentemente ocupada pela filósofa Rosa Mendonça de Brito.

Salão do Pensamento Amazônico – Péricles Moraes

Trata-se do salão nobre de recepções oficiais da entidade, restaurado conforme os objetos decorativos existentes em 1935 quando da inauguração da sede e muito comuns naqueles anos, utilizado para solenidade de posse, homenagens, outorga de títulos e prêmios, celebrações artísticas, no qual se encontram em destaque as fotografias de Adriano Jorge que dá nome à Casa e foi seu primeiro presidente, e do homenageado.

Homenagem ao segundo presidente da Casa, o respeitável escritor Péricles Moraes e que na Academia ocupou a poltrona n. 1 da qual é titular o senador e ministro José Bernardo Cabral.

Péricles Moraes¹¹⁵ nasceu em Manaus em 28 de abril de 1882 e faleceu em 26 de setembro de 1956, sendo filho de Severo José de Moraes e Evarista Mello Moraes. Estudou em Manaus e em Belém.

Foi professor, jornalista e serventário da justiça. Prefeito municipal de Coari e de Parintins, membro do Conselho Consultivo do Governo do Estado (1932), diretor Geral da Instrução Pública (1934), Secretário Geral do Estado.

Pertenceu à Associação Brasileira de Imprensa e Associação Amazonense de Imprensa, sendo membro correspondente das Academias

¹¹⁴ Moraes, Péricles. **Legenda heróica de uma vida**, Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, fevereiro, 1955, p. 14.

¹¹⁵ Ver a respeito, BRAGA, Robério. **Péricles Moraes**. Série Memória. Secretaria de Estado da Cultura, Manaus.



de Letras do Pará e da Bahia, da Associação Brasileira de Escritores e sócio honorário da Sociedade de Geografia e História do Ceará.

Teve uma breve incursão pela vida pública e política como Prefeito Municipal de Coari e de Parintins, em 1926, membro do Conselho Consultivo do Estado em 1932, Diretor Geral da Instrução Pública em 1934, no governo do capitão Nelson de Mello, hoje cargo correspondente ao de Secretário de Estado da Educação e Cultura, Secretário Geral do Estado no Governo do Desembargador Stanislau Afonso em 1945, e novamente na administração do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves de 1947 a 1950. Fundador, em Belém, do "Apostolado Cruz e Souza", e em Manaus, da "Sociedade de Homens e Letras", depois transformada em Academia Amazonense de Letras. Teve atuação destacada como jornalista e polemista, contribuindo em "O Amazonas", "O Jornal", "O Jornal do Comércio", "O Libertador", "A Gazeta da Tarde", "A Tarde", o "Diário da Tarde", órgãos da imprensa amazonense e em a "Folha do Norte", e "A Província do Pará", de Belém. Atuou ainda para as revistas "Cabocla", "Redenção", editadas em Manaus. Escreveu: "Em louvor de Adriano Jorge" - Cabocla, agosto de 1937; "Anatole, Semeador de Dúvidas" - Redenção, 1924; "Um Artista Clássico" - Redenção, março/abril 1925; "Grandeza e Decadência de D.Juan" - Redenção, maio de 1925.

Casou-se com Zulmira Moraes e depois, em segundas núpcias com Andrômaca de Miranda Moraes. Não deixou filhos.

Sala Aristophano Antony

Espaço destinado ao funcionamento da secretaria administrativa e demais serviços técnicos da entidade, homenageia o jornalista, acadêmico e ex-presidente da Associação Amazonense de Imprensa.

Aristophano Antony nasceu em Manaus em 24 de maio de 1903, sendo neto de Luiz Antony, um dos mais antigos moradores da capital do Amazonas. Estudou direito e agronomia, mas não se fixou em nenhum deles. Foi secretário da Prefeitura de Manaus ao tempo do prefeito Marciano Armond. Dando sinais de seu maior interesse pelo jornalismo, no ano de 1918, exatamente quando era fundada a Sociedade de Homens de Letras, depois Academia, Aristophano dirigiu o "Monóculo", jornal com edição semanal. Depois atuou em "Jornal do Comércio" e, no Rio de Janeiro nas revistas "Fon-Fon" e "Seleta"; no "Jornal do Brasil", no "Diário Carioca", no



Aristophano Antony

“O Jornal” e na Agência Brasileira de Informações Telegráficas. Mais tarde atuou em “O Dia”, editado em Manaus que foi destruído por empastelamento em decorrência da Revolução de 1930. Depois fundou “O Jornal” e “Diário da Tarde”, para finalmente, fundar “A Tarde”, em 1937, concluindo sua trajetória como articulista de “A Crítica”.

Foi fundador e presidente da Associação Amazonense de Imprensa, em 1937, ao lado de Álvaro Maia, Huascar de Figueiredo, Vicente Reis, Leopoldo Péres, Genesino Braga, Américo Nogueira Ruivo, Antônio Vasconcelos, Vivaldo Lima e Herculano de Castro e Costa. Integrou a Associação Brasileira de Imprensa.

Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, Academia Acreana de Letras, Sociedade Literária dos Amigos de Balzac, em Montevideu. Mereceu as medalhas da Cultura, no centenário de nascimento de Ruy Barbosa, Marechal Hermes e Marechal José Caetano de Farias. Escreveu “Sombras e Reflexos” (1968), “Evocações Sentimentais”, e deixou outros trabalhos inéditos.

Atleta e depois diretor e presidente do Atlético Rio Negro Clube, por longos anos. Faleceu em Manaus em 3 de agosto de 1968, quando era vice-presidente da Academia, e em seu sepultamento falaram o padre Nonato Pinheiro, João Martins da Silva e Garcitilzo do Lago e Silva. Seu livro “Sombras e Reflexos” foi lançado depois de sua morte em conjunto pela Academia e a Associação Amazonense de Imprensa, no dia 22 de outubro daquele ano.

Sala José Chevalier

Sala destinada às reuniões da diretoria, local tradicional dos debates administrativos que homenageia um dos idealizadores e fundadores da Academia, seu primeiro e mais longo secretário, professor e jornalista.

José Chevalier Carneiro de Almeida nasceu em Alagoas em 5 de setembro de 1852, faleceu no Rio de Janeiro, em 1940. Era filho de Manuel Carneiro de Almeida e Amélia de Chevalier. Chegou a Manaus ainda jovem, no começo do século 20. Foi professor de curso primário, trabalhando de casa em casa, e depois, com algum prestígio no magistério, comprou o Instituto Universitário Amazonense, na rua do Dr. Moreira, fundando no mesmo local





a Legião Amazonense de Escoteiros (1910), considerado o segundo grupo de escoteiros organizado em todo o país, depois do Rio de Janeiro.

Em 29 de novembro de 1914 foi criada a primeira entidade escoteira de caráter nacional, a “Associação Brasileira de Escoteiros”, com sede em São Paulo, tendo como mentores Mário Sérgio Cardim, Júlio Mesquita e Olavo Bilac que, através da Liga de Defesa Nacional, e tendo conseguido bons resultados com o movimento do “Tiro de Guerra” e do serviço militar obrigatório, iniciou em 1916 uma forte campanha para difusão do escotismo no país.

Nesta esteira foi realizado em 1917, em São Paulo, o I Congresso de Escotismo no Brasil, patrocinado pela Associação Brasileira de Escoteiros e promovido e secretariado pelo Dr. Américo Netto do estado de Pernambuco, evento de grande importância que foi presidido pelo professor José Chevalier, representante do Amazonas no conclave.

Estudou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi diretor da Biblioteca Pública, do Arquivo e Diário Oficial.

De sua passagem na direção da Biblioteca, e mais do que isso, de seu perfil profissional, registrou com propriedade Genesino Braga, esclarecendo:

Foi o primeiro Bibliotecário que exerceu o cargo com exata noção de sua importância no seio da comunidade. Nele permaneceu tirante mais de vinte anos, operoso e eficiente, revelando-se o mais dedicado e o mais erudito dos bibliotecários que por ali passaram. Dera ao desempenho da função a austeridade de um sacerdócio, mantendo sempre acesa uma envolvente paixão pela bibliofilia. Sua longa permanência na chefia da Biblioteca, – guardião severo de seus livros, zelosíssimo na conservação destes, – fê-la atravessar os anos em perfeita correspondência com a sua finalidade educativa, muito embora sempre em luta com a exigüidade das dotações orçamentárias e a indiferença dos governos aos seus freqüentes apelos. José Chevalier representa uma autêntica transição do Bibliotecário antigo para o

Bibliotecário moderno. Tinha o valor cultural daquele e a consciência profissional deste.¹¹⁶

Depois de muitos anos de serviço público, em vários cargos relevantes, sempre preocupado com a educação e a cultura, Chevalier se aposentou em 1936.

Foi casado com a professora Raymunda de Paula e Souza Chevalier, sendo pai de Ramayana de Chevalier e Carlyle, o primeiro, anos depois membro da Academia Amazonense na cadeira de Euclides da Cunha.

Durante muitos anos e enquanto a Academia não tinha sede própria, as reuniões foram realizadas em sua residência que também servia de secretaria da entidade, para cujo endereço era remetida toda a correspondência oficial da instituição, sendo ele fundador e primeiro secretário.

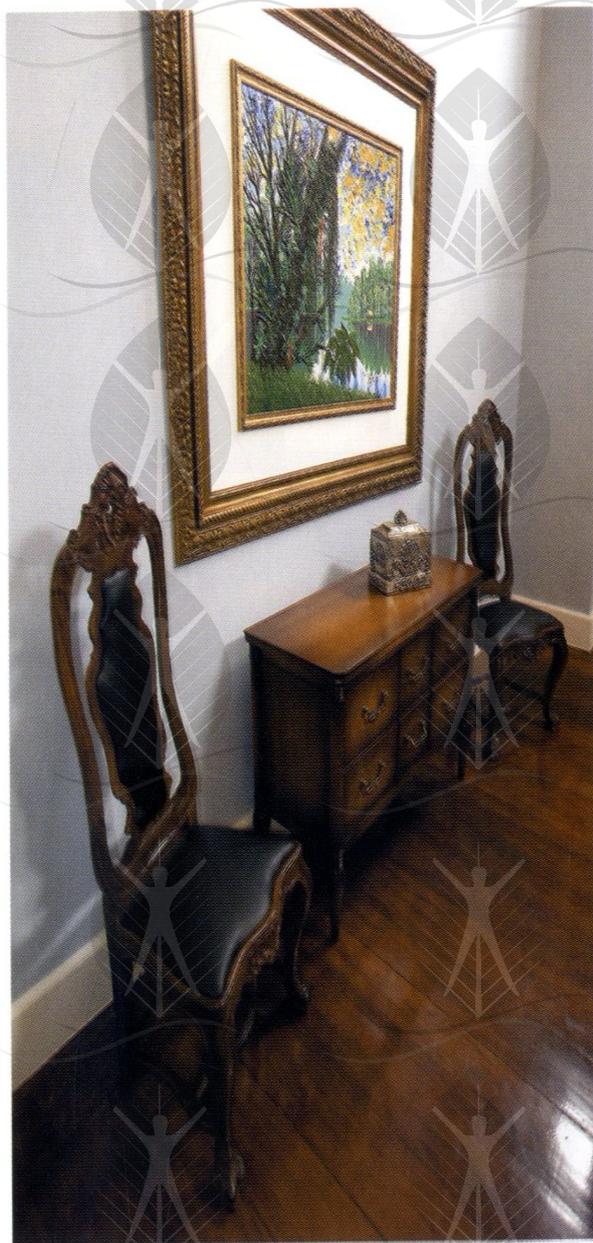
Gabinete Nelson de Mello

Trata-se do gabinete de trabalho do presidente da Academia, composto adequadamente para os serviços rotineiros de seu mister e de recepção a visitantes, e que homenageia o primeiro sócio Benemérito e Presidente de Honra da entidade, o marechal Nelson de Melo, que, no exercício do cargo de interventor federal no Amazonas, em 1934, doou o prédio sede para a instituição.

Como governante se dedicou-se à educação e à saúde pública de forma muito particular. Estabeleceu boa convivência com a classe política e sociedade amazonense. Como militar, tendo combatido na segunda grande guerra mundial, alcançou todos os postos na hierarquia do Exército Brasileiro, com notável reconhecimento de seus camaradas.

Biblioteca Genesisino Braga

Trata-se de setor criado com a própria Academia que desde o primeiro estatuto fixava a necessidade de organização de uma biblioteca. Possui uma coleção especializada, com acervo qualificado de obras dos patronos, fundadores e demais acadêmicos, de modo a servir de referência bibliográfica de todos que estejam vinculados à vida da entidade.



¹¹⁶ BRAGA, Genesisino. *Nascência e vivência da Biblioteca Pública do Amazonas*. Manaus, 1957.



Genesisino Braga

Homenageia um antigo acadêmico que foi secretário, vice-presidente e presidente interino, bibliotecário e ex-diretor da Biblioteca Pública do Amazonas e professor especializado na matéria.

Genesisino Braga nasceu em Santarém, Pará, em 6 de dezembro de 1906. Filho de Genesisino dos Santos Braga e Silvina Pedrosa Braga. Graduado em Ciências biblioteconômicas em curso especial da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Foi Professor da Universidade do Amazonas nas cadeiras de História do Livro e das Bibliotecas, de Paleografia e Arquivística, bibliotecário, diretor da Biblioteca Pública do Estado por longos anos, membro do Conselho Estadual de Cultura, redator oficial do Gabinete do Governador do Estado e integrante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA. Jornalista por excelência.

Integrou várias instituições culturais e científicas, entre as quais era correspondente da Academia Paraense de Letras e do Instituto do Ceará, o PEN Clube do Brasil e membro efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, da Associação Brasileira de Imprensa e sócio correspondente da American Library Association. Integrou a Comissão Nacional de Bibliografia (1954) a delegação do Brasil à conferência de Biblioteconomia promovida pela UNESCO (1951).

Sua grande experiência na administração pública foi como diretor da Biblioteca Pública, cargo que exerceu durante 30 anos.

Na imprensa, que foi sua grande tribuna, ingressou através do *Jornal do Comércio*, no serviço de reportagem, sendo depois levado a Redator e escreveu durante mais de quinze anos com regularidade. Condecorado com a medalha do Mérito Jornalístico (1971) participou da fundação da Associação Amazonense de Imprensa (1937), e foi escolhido como jornalista do ano em duas oportunidades, 1965 e 1973, em eleição pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas.

Foi também condecorado com a Medalha do Pacificador, outorgada pelo Exército Brasileiro e a Medalha Cultural "Paulino Brito", do Conselho Estadual de Cultura do Pará.

Dentre outros títulos escreveu: *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*, 1957; *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de Ontem*, 1960; *Chão e Graça de Manaus*, 1975; *Assim nasceu o Ideal Clube* 1979; *Lampejos de um Cronista*.

Sala Memória Mário Ypiranga Monteiro

Sala destinada ao registro da memória da Academia, através de fotos, documentos, placas, álbuns, hemeroteca e outras formas de registro, instalada no anexo construído na restauração de 2009, especialmente para este fim, servindo de local para pequenas recepções durante os eventos acadêmicos. Homenageia um ex-presidente, historiador e daqueles que alcançaram o jubileu de ouro acadêmico.

Mário Ypiranga Monteiro nasceu em Manaus a 23 de janeiro de 1909, filho de Francisco Monteiro e Maria de Souza Monteiro. Iniciou os estudos em Manaus no Grupo Escolar Cônego Azevedo, depois no grupo Saldanha Marinho, seguindo para o colégio Dom Bosco e para o Instituto Universitário criado pelo professor José Chevalier, onde teve oportunidade de iniciar a prática do escotismo, e no colégio Heliodoro Balbi, ingressando no Ginásio Amazonense D Pedro II, em 1924 onde se bacharelou em Ciências e Letras em 1930. No período de 1940 a 1946 cursou a faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, formando-se em 14 de dezembro de 1946.

Advogado, professor e jornalista. Foi membro e presidente do Conselho Estadual de Cultura, cabendo-lhe instalar a Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, professor do Ginásio Amazonense D. Pedro II. Membro Efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e seu ex-presidente, membro da Comissão Estadual de Folclore e da Comissão do Patrimônio Histórico do Estado.

Publicou centena de títulos sobre a Amazônia, Manaus, folclore, história social e política, tendo colaborado em jornais e revistas de Manaus e outras cidades, realizado conferências e palestras e exercido o magistério em todos os graus de ensino. Pesquisador por excelência.

Exerceu diversos cargos na diretoria da Academia, chegando várias vezes à presidência da instituição, sempre movido por um dinamismo especial.

Café das Rimas

Recanto especialmente preparado na Sala Memória “Mário Ypiranga Monteiro” para encontros informais dos acadêmicos, motivando a que cada um, quando lhe aprouver, deixe seu verso inscrito no livro próprio do café,



Mário Ypiranga



como forma de constituir uma memória da produção literária instantânea de cada acadêmico, na convivência cotidiana na instituição. Iniciativa implantada em 2009, com a construção do anexo ao prédio sede, na presidência José Braga.

Para estimular a produção dos acadêmicos, o presidente deixou gravado no espelho da sala a seguinte rima, de sua lavra:

Beba o café saboroso,
leia os jornais do dia
e jogue conversa fora....
Mas ao sair não se esqueça
de deixar a "obra-prima"
e volte sempre, apareça:
tome o café e deixe a rima.

ANEXOS

Diretoria 2008-2009

Presidente: José dos Santos Pereira Braga

Vice-Presidente: Tenório Nunes Telles de Menezes

Secretário Geral: Francisco Gomes da Silva

Secretária Geral Adjunta: Carmen Novoa Silva

Tesoureiro: Cláudio do Carmo Chaves

Tesoureiro Adjunto: Arlindo dos Santos Porto

Diretor de Patrimônio: Almir Diniz de Carvalho

Diretor de Promoções e Eventos: Antônio José Souto Loureiro

Diretor de Edições: José Maria Pinto

CONSELHO FISCAL

Armando Andrade de Menezes

Lafayette Carneiro Vieira

Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello

SUPLENTE

Moacir Couto de Andrade

Luiz Franco de Sá Huet-Bacellar

Demosthenes Ribeiro Carminé

QUADRO DE POLTRONAS E ACADÊMICOS

POLTRONA 1

Patrono Péricles Moraes

Antiga Poltrona 13

Patrono original Gonzaga Duque

Fundador

Péricles Moraes

Ocupante Anterior

Cosme Ferreira Filho

Ocupante

José Bernardo Cabral

POLTRONA 2

Patrono Euclides da Cunha

Antiga Poltrona 1

Patrono original Euclides da Cunha

Fundador

Adriano Augusto de Araújo Jorge

Ocupantes Anteriores

Dom Alberto Gaudêncio Ramos

Ramayana de Chevalier (1)

Cláudio de Araújo Lima

Ocupante

Moacyr Couto de Andrade

POLTRONA 3

Patrono Gonçalves Dias

Antiga Poltrona 21

Patrono original Raul Pompéia

Fundador

Aurélio Waldomiro Pinheiro (2)

Ocupantes Anteriores

Agnello Bittencourt

Ulysses Uchôa Bittencourt

Agnello Uchôa Bittencourt

Ocupante

Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello

POLTRONA 4

Patrono Sílvio Romero

Antiga Poltrona 22

Patrono original Sílvio Romero

Fundador

Odilon Lima (3)

Ocupantes Anteriores

Alfredo Augusto da Matta

Aderson Andrade de Menezes

Ocupante

Newton Sabbá Guimarães

POLTRONA 5

Patrono Araújo Filho

Antiga Poltrona 12

Patrono original Martins Júnior

Fundador

Francisco Pedro de Araújo Filho

Ocupantes Anteriores

André Vidal de Araújo

Paulo Pinto Nery

Ocupante

Almir Diniz de Carvalho

POLTRONA 6

Patrono Adriano Jorge

Antiga Poltrona 18

Patrono original Eduardo Prado

Fundador

J. Mendonça Lima

Ocupantes Anteriores

Sá Peixoto

José Jorge Carvalhal

Abdul Sayol de Sá Peixoto

João Nogueira da Matta

Ocupante

Rosa Mendonça de Brito

POLTRONA 7

Patrono Maranhão Sobrinho

Antiga Poltrona 29

Patrono original Maranhão Sobrinho

Fundador

Álvaro Botelho Maia

Ocupante Anterior

Paulo Herban Maciel Jacob

Ocupante

Aldisio Gomes Filgueiras

POLTRONA 8

Patrono Torquato Tapajós

Antiga Poltrona 8

Patrono original Torquato Tapajós

Fundador

Benjamin de Souza

Ocupantes Anteriores

Antônio Mavignier de Castro

José Jefferson Carpinteiro Peres

Ocupante

Euler Esteves Ribeiro (eleito)

POLTRONA 9

Patrono Machado de Assis

Antiga Poltrona 4

Patrono original Machado de Assis

Fundador

Benjamin Lima

Ocupantes Anteriores

Félix Valois Coelho

Francisco Pereira da Silva

Homero de Miranda Leão

Ocupante

José dos Santos Pereira Braga

POLTRONA 10

Patrono Barão do Rio Branco

Antiga Poltrona 15

Patrono original Barão do Rio Branco

Fundador

Carlos Eugênio Chauvin

Ocupante Anterior

Mário Ypiranga Monteiro

Ocupante

Mário Ypiranga Monteiro Neto

POLTRONA 11

Patrono José Veríssimo

Antiga Poltrona 24

Patrono original José Veríssimo

Fundador

Coriolano Durand

Ocupantes Anteriores

Djalma da Cunha Batista

Octávio Hamilton Botelho Mourão

Samuel Benchimol

Ocupante

Marcus Luiz Barroso Barros

POLTRONA 12

Patrono Olavo Bilac

Antiga Poltrona 26

Patrono original Souza Bandeira

Fundador

Dorval Pires Porto

Ocupante Anterior

Mithridates Álvaro de Lima Corrêa

Ocupante

Élson José Bentes Farias

POLTRONA 13

Patrono Estelita Tapajós

Antiga Poltrona 17

Patrono original Escragnolle Taunay

Segundo Patrono Tobias Barreto

Fundador

Gaspar Guimarães

Ocupantes Anteriores

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro

Henoch da Silva Reis

(eleito e não empossado)

Arthur César Ferreira Reis

Jauary Guimarães de Souza Marinho

Ocupante

(vaga)

POLTRONA 14

Patrono Barão de Santa Anna Nery

Antiga Poltrona 20

Patrono original Adolpho Caminha

Fundador

Genésio Cavalcanti

Ocupantes Anteriores

Araújo Neto

Moacyr Gonçalves Rosas

Ocupante

Cláudio do Carmo Chaves

POLTRONA 15

Patrono Graça Aranha

Antiga Poltrona 19

Patrono original Thomaz Lopes

Fundador

Huascar de Figueiredo

Ocupantes Anteriores

João Mendonça de Souza

Narciso Júlio Freire Lobo

Ocupante

(vaga)

POLTRONA 16

Patrono João Leda

Antiga Poltrona 25

Patrono original José do Patrocínio

Fundador

João Leda

Ocupante Anterior

João Chrysostomo de Oliveira

Ocupante

Tenório Nunes Telles de Menezes

POLTRONA 17

Patrono Francisco de Castro

Antiga Poltrona 10

Patrono original Francisco de Castro

Fundador

José Francisco de Araújo Lima

Ocupantes Anteriores

Leôncio de Salignac e Souza

Áureo Nonato dos Santos

Ocupante

Demosthenes Ribeiro Carminé

POLTRONA 18

Patrono Jonas da Silva

Antiga Poltrona 23

Patrono original B. Lopes

Fundador

Jonas da Silva

Ocupante Anterior

Aristophano Antony

Ocupante

Jorge Tufic Alaúzo

POLTRONA 19

Patrono Coelho Neto

Antiga Poltrona 6

Patrono original Oswaldo Cruz

Fundador

Jorge de Moraes

Ocupantes Anteriores

Moacyr Paixão

Genesino Braga

Ocupante

Lafayette Carneiro Vieira

POLTRONA 20

Patrono João Ribeiro

Antiga Poltrona 3

Patrono original Afonso Arinos

Fundador

José Chevalier Carneiro de Almeida

Ocupante Anterior

Padre Raimundo Nonato Pinheiro

Ocupante

Francisco Gomes da Silva

POLTRONA 21

Patrono Tenreiro Aranha

Antiga Poltrona 9

Patrono original Tenreiro Aranha

Fundador

Octávio Sarmento

Ocupantes Anteriores

Leopoldo Péres

Sócrates Bonfim

Padre José Pereira Neto

Plínio Ramos Coelho

Ocupante

Luiz Franco de Sá Bacellar

POLTRONA 22

Patrono Farias Brito

Antiga Poltrona 30

Patrono original Farias Brito

Fundador

Generino Maciel

Ocupantes Anteriores

Achiles Beviláqua

Manoel Anísio Jobim

Ocupante

Robério dos Santos Pereira Braga

POLTRONA 23

Patrono Cruz e Souza

Antiga Poltrona 11

Patrono original Cruz e Souza

Fundador

Manoel Nunes Pereira

Ocupante

Joaquim de Alencar e Silva

POLTRONA 24

Patrono Joaquim Nabuco

Antiga Poltrona 14

Patrono original Joaquim Nabuco

Fundador

Paulo Eleuthério Álvares da Silva

Ocupante Anterior

Sadoc Pereira

Ocupante

Aderson Pereira Dutra

POLTRONA 25

Patrono Araújo Lima

Antiga Poltrona 5

Patrono original Aluizio Azevedo

Fundador

Raul de Azevedo

Ocupantes Anteriores

José Bernardino Lindoso

Gebes de Mello Medeiros

Ocupante

Márcio Gonçalves Bentes de Souza

POLTRONA 26

Patrono Ruy Barbosa

Antiga Poltrona 7

Patrono original Raimundo Corrêa

Fundador

Thaumaturgo Vaz

Ocupantes Anteriores

Waldemar Pedrosa

Oyama Cesar Ituassu da Silva

Ocupante

(vaga)

POLTRONA 27

Patrono Tavares Bastos

Antiga Poltrona 28

Patrono original Lafayette Pereira

Fundador

Virgílio Barbosa

Ocupantes Anteriores

Washington César de Mello

João Pereira Machado Júnior

(eleito e não empossado)

Anthistenes de Oliveira Pinto

Ocupante

José Maria Pinto de Figueiredo

POLTRONA 28

Patrono Aníbal Teófilo

Antiga Poltrona 16

Patrono original Aníbal Teófilo

Fundador

Raimundo de Castro Monteiro

Ocupantes Anteriores

Violeta Branca Menescal Vasconcellos
de Oliveira

Hugo Bellard

Américo Antony

Aníbal Augusto F. de Madureira Beça
Neto

Ocupante

(vaga)

POLTRONA 29

Patrono Castro Alves

Antiga Poltrona 2

Patrono original Tito Lívio de Castro

Antiga poltrona 30

Patrono original Tito Lívio de Castro

Fundador

Heliodoro Balbi

Ocupantes Anteriores

Ribeiro da Cunha

Mello Rezende

(eleito e não empossado)

Vivaldo Lima

Ocupante

Amadeu Thiago de Mello

POLTRONA 30

Patrono Araripe Júnior

Antiga Poltrona 27

Patrono original França Júnior

Antiga Poltrona 27

Patrono Capistrano de Abreu

Fundador

Alcides Bahia

Ocupantes Anteriores

Arthur César Ferreira Reis
(eleito e não empossado)

José de Castro Monte

Carlos de Almeida Barroso

Ocupante

Armando Andrade de Menezes

POLTRONA 31

Patrono Raimundo Monteiro

Fundador

Sebastião Norões

Ocupante Anterior

Rodolpho Guimarães Valle

Ocupante

Max Carpentier Luís da Costa

POLTRONA 32

Patrono Bernardo Ramos

Fundador

Walter Gonçalves Nogueira

Ocupante

Ruy Alberto Costa Lins

POLTRONA 33

Patrono Antônio Brandão de Amorim

Fundador

Epaminondas Corrêa Barahuna

Ocupante

Carmen Nóvoa e Silva

POLTRONA 34

Patrono Ermano Stradelli

Fundador

Manoel Bastos Lyra

Ocupante

Antônio José Souto Loureiro

POLTRONA 35

Patrono Dom Frederico Costa

Fundador

Moacyr de Souza Alves

Ocupante Anterior

Agenor Ferreira Lima

Ocupante

Arlindo Augusto dos Santos Porto

POLTRONA 36

Patrono Inglês de Souza

Fundador

Josué Cláudio de Souza

Ocupante

Dom Luís Soares Vieira

POLTRONA 37

Patrono Benjamin Lima

Fundador

Carlos Dagoberto de Araújo Lima

Ocupante

Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto

POLTRONA 38

Patrono Barbosa Rodrigues

Fundador

William Antônio Rodrigues

Ocupante

William Antônio Rodrigues

POLTRONA 39

Patrono Alfredo da Matta

Fundador

Mário Pinto de Moraes

Ocupante

Mário Pinto de Moraes

POLTRONA 40

Patrono Paulino de Brito

Fundador

Waldemar Batista de Salles

Ocupante

Waldemar Batista de Salles

LISTA NOMINAL DE ACADÊMICOS

ADERSON PEREIRA DUTRA

ALDÍSIO GOMES FILGUEIRAS

ALMIR DINIZ DE CARVALHO

AMADEU THIAGO DE MELLO

ANÍSIO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO

ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO

ARLINDO AUGUSTO DOS SANTOS PORTO

ARMANDO ANDRADE DE MENEZES

CARMEN NÓVOA E SILVA

CLÁUDIO DO CARMO CHAVES

DEMOSTHENES RIBEIRO CARMINÉ

DOM LUIZ SOARES VIEIRA

Élson JOSÉ BENTES FARIAS

EULER ESTEVES RIBEIRO (eleito)

FRANCISCO GOMES DA SILVA

JOAQUIM DE ALENCAR E SILVA

JORGE TUFIC ALAÚZO

JOSÉ BERNARDO CABRAL

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

JOSÉ MARIA PINTO DE FIGUEIREDO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

LUIZ FRANCO DE SÁ HUET-BACELLAR

LUIZ MAXIMINO DE MIRANDA CORRÊA NETO

MÁRCIO GONÇALVES BENTES DE SOUZA

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

MÁRIO AUGUSTO PINTO DE MORAES

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

MOACIR COUTO DE ANDRADE

NEWTON SABBÁ GUIMARÃES

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

ROSA MENDONÇA DE BRITO

RUY ALBERTO COSTA LINS

TENÓRIO NUNES TELLES DE MENEZES

WALDEMAR BAPTISTA DE SALLES

WILLIAM ANTÔNIO RODRIGUES

REFERÊNCIAS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. Revista da Academia, número especial, Manaus: Imprensa Pública, de fevereiro de 1935.

ACADEMIA AMAZONENE DE LETRAS. Revista da Academia, n. 6, Manaus: Imprensa Oficial, agosto de 1956.

AMAZONAS. Diário Oficial do Estado. Manaus, de de 1934

AMAZONAS. Diário Oficial do Estado. Manaus, 3 de outubro de 1980.

A Capital, Manaus, 9 de janeiro de 1918.

TIMOTHEO, Pedro (seleção e biografias). Antologia do jornalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zello Valverde, 1944.

ARAÚJO, André. Uma posição para a Academia. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Oficial, 1968.

AZEVEDO, Raul. Um romancista brasileiro. Aluizio Azevedo: o escritor e o homem. Discurso de recepção na Academia Amazonense de Letras, em Manaus, 21 de janeiro de 1920.

AZEVEDO, Raul, Benjamin Lima, jornalista, escritor e teatrólogo. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955.

BARBOSA, Virgílio. Discurso de Homenagem a Adriano Jorge. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, 1919.

BATISTA, Djalma. Lições do Cinquentenário. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12. julho de 1968, Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1968.

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias, Academia Amazonense de Letras, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973.

BRAGA, Genesino. Presença da Revista da Academia. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 13, 1968. p. 193, e "Jornal do Comércio", Manaus, 15 de setembro de 1968.

BRAGA, Genesino. Nascimento e Vivência da Biblioteca Pública do Amazonas, Manaus.

BRAGA, Genesino. Plínio na poltrona 21, Jornal do Comércio, Manaus, 27 de abril de 1963.

BRAGA, Genesino. Palavras no caminho do reencontro, in BRANCA, Violeta, Reencontro – Poemas e ontem e de hoje. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, abril de 1982.

BRAGA, Genesino. Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras. Jornal do Comércio, Manaus, 31 de dezembro de 1967.

BRAGA, Robério. Presidentes da Academia Amazonense de Letras – 1918-2008. Manaus: Governo do Estado/Secretaria de Cultura/Valer, 2008.

BRAGA, Robério. (organizador) Quadro de Poltronas e Acadêmicos – 1918-1999 – Academia Amazonense de Letras, Manaus, 1999

BRAGA, Robério; Carpentier, Max (organizadores) Anuário da Academia – 1999. Academia Amazonense de Letras, Manaus, 1999.

BRAGA, Robério. Acadêmicos banidos. A Crítica, Manaus, 5 de abril de 2008.

BRAGA, Robério. Olhar de despedida. A Crítica, Manaus, 28 de dezembro de 2008.

BRAGA, Robério. A Família imperial em Manaus, Série Memória, Governo do Estado, Manaus, 1999.

BRAGA, Robério. Bidu Sayão em Manaus. Coleção História do Amazonas, Fundação Lourenço Braga/Grafima, Manaus, 1999.

BRAGA, Robério. Arthur Cezar Ferreira Reis. Estudos biográficos 6. Fundação Lourenço Braga, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

CALMON, Pedro. História da literatura bahiana, Coleção Documentos Brasileiros, 62, São Paulo: Livraria Editora José Olympio, 1949.

CHEVALIER, Ramayana. Os olhos que se fecharam. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, ano XLVIII, Manaus: Imprensa Oficial do Estado, julho de 1968.

DINIZ, Almir. Acadêmicos. Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Manaus, 2002.

FIGUEIREDO, Fidelino. O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa, in Estudos de Literatura Contemporânea de Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917.

GUIMARÃES, Newton Sabbá. A Poesia de Violeta Branca. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 23. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, novembro de 2001.

JORGE, Adriano. Crônica. Tribuna do Caixeiro. Manaus, domingo, 21 de março de 1909, com o pseudônimo de Pangloss.

JORGE, Adriano. Crônica. Tribuna do Caixeiro, Manaus, domingo, 28 de março de 1909. Com o pseudônimo de Pangloss.

JORGE, Adriano. Palavras na solenidade de inauguração da sede da academia, Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial, fevereiro de 1935, Manaus: Imprensa Pública, 1935

MELLO, Nelson de. Resposta em agradecimento, Revista da Academia Amazonense de Letras, número especial, fevereiro de 1935, Manaus: Imprensa Pública, 1935.

MELLO, Nelson de. Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, Manaus: Imprensa Pública, 1935

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Arquitetura. Tratado sobre a evolução do prédio amazonense, Manaus, 2006.

MONTEIRO. Mário Ypiranga. A César o que é de César... Jornal do Comércio, Manaus, agosto de 1969.

MONTEIRO. Mário Ypiranga. Alhos & Bugalhos. Jornal do Comércio, Manaus, 9 de setembro de 1969.

MORAES, Péricles. Benjamin Lima e a Academia, Revista da Academia Amazonense de Letras. n. 3. Manaus: Imprensa Pública, setembro de 1955.

MORAES, Péricles, in BRAGA, Genesino. Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras, Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 12, ano XLVIII, Manaus: Imprensa Oficial, julho de 1968.

MORAES. Péricles. Um animador de símbolos mitológicos. Revista da Academia Amazonense de Letras, 1946, Manaus: Imprensa Oficial, 1946.

MORAES, Péricles. Legenda heróica de uma vida. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Pública, fevereiro, 1955.

PERES, Leopoldo. Discurso na Câmara Federal. Diário do Congresso Nacional, terça-feira, 13 de janeiro de 1948.

PINHEIRO, Nonato. A caminho da acrópole literária. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 11, Manaus: Imprensa Pública, maio, 1963.

PINHEIRO, Nonato. Evocações Acadêmicas, Revista da Academia Amazonense de Letras Manaus: Imprensa Pública.

PINHEIRO. Nonato. As origens nebulosas de uma cidade. O Jornal. Manaus, 7 de setembro de 1969.

PINHEIRO. Nonato. Machado de Assis. O Jornal, Manaus, 28 de setembro de 1958.

PINHEIRO. Nonato. A estatura do gigante. Jornal do Comércio, Manaus, 9 de maio de 1969.

ROQUE, Carlos. Grande Enciclopédia da Amazônia, Belém, Amazônia Editora Ltda, 1968.

SOUSA, João Mendonça de. Discurso de recepção. Revista da Academia Amazonense de Letras, n. 23 Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, novembro de 2001.

SOUZA, João Mendonça de. Jubileu da Academia, Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus: Imprensa Oficial.

PEREIRA NETO, Padre. Ormando Sobreira de Sampaio. Revista da Academia Amazonense de Letras, Manaus, Imprensa Pública, março de 1956.

SOCIEDADE AMAZONENSE DE HOMENS DE LETRAS. Revista do Norte. Ano I, n.1., Manaus, dezembro de 1918.

VERÍSSIMO, José. História da Literatura Brasileira, 3ª. Ed.



Este é um breve levantamento da história da Academia Amazonense de Letras que objetiva facilitar o conhecimento pela população amazonense, especialmente estudantes e professores, e pelos visitantes, sobre a organização, o funcionamento e a sede da instituição, servindo também ao programa de revitalização histórica e urbana de Manaus.

Cuida-se, ao mesmo tempo, de realizar alguns registros sobre a trajetória da instituição, curiosidades e fatos pitorescos, que possam contribuir para os festejos de seu centenário que se aproxima.

CULTURA
Secretaria de Estado



ISBN 978-8599-209-36-3



9 788599 209363



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA